

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**RELAÇÕES ENTRE ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO
TAIM E COMUNIDADE LOCAL: CONFLITOS E
COOPERAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Lucas Rogério Sete

**Santa Maria, RS, Brasil
2010**

RELAÇÕES ENTRE ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO TAIM E COMUNIDADE LOCAL: CONFLITOS E COOPERAÇÃO

por

Lucas Rogério Sete

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientadora: Prof. Dr. Vivien Diesel

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de
Mestrado

**RELAÇÕES ENTRE ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO TAIM E
COMUNIDADE LOCAL: CONFLITOS E COOPERAÇÃO**

elaborada por

Lucas Rogério Sete

como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

Comissão Examinadora

Vivien Diesel, Dr.
(Presidente/Orientador)

Pedro Neumann, Dr. (UFSM)

Carmen Rejane Flores Wizniewsky, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 7 de Abril de 2010

AGRADECIMENTOS

À minha mãe e toda minha família, que sempre me apoiaram no meu percurso acadêmico,

A minha orientadora, pela orientação, pelos incentivos, pela paciência, pela amizade. O meu muito obrigado.

Ao corpo docente e Funcionários do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Foi uma honra conviver com pessoas tão profissionais quanto competentes, desfrutar de um ambiente acadêmico tão saudável e responsável.

Ao CNPq do Brasil e ao Ministério da Ciência e Tecnologia de Moçambique pela bolsa de estudos que me possibilitou atingir este nível acadêmico.

Agradeço carinhosamente também aos colegas de mestrado e doutorado, pelo convívio, pelas confraternizações, pelas amizades construídas, muitos churrascos. A minha estadia em Santa Maria se tornou categoricamente mais feliz e mais proveitosa.

O meu agradecimento para a gestão da Estação Ecológica do Taim, pelo alojamento e acompanhamento proporcionados para a realização da pesquisa de campo.

Ciente da impossibilidade de citar todos que contribuíram para tornar este sonho real. O meu último agradecimento vai especialmente a todos os meus professores do ensino primário, secundário e licenciatura. Sem a participação de todos, certamente este sonho não seria possível.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

RELAÇÕES ENTRE ESTAÇÃO ECOLÓGICA DO TAIM E COMUNIDADE LOCAL: CONFLITOS E COOPERAÇÃO

AUTOR: LUCAS ROGÉRIO SETE

ORIENTADORA: Prof. Dr. VIVIEN DIESEL

Data e Local da Defesa: Santa Maria, Abril de 2010

A criação de áreas protegidas é uma das principais reivindicações históricas de movimentos preocupados com a conservação da natureza e também uma das principais estratégias adotadas pelos governos e entidades ambientais para a conservação do meio ambiente e de seus recursos naturais. Os órgãos responsáveis pela criação e gestão das unidades de conservação como as estações ecológicas, têm empregado políticas autoritárias e tecnocráticas que resultam em conflitos com as comunidades locais, com destaque para a desapropriação das terras; disputa pelas águas; restrições à caça e pesca; entre outras, com prejuízo tanto aos fins de conservação quanto de desenvolvimento das populações do entorno (especialmente grupos tradicionais). Frente a este quadro têm sido buscadas formas de compatibilização entre os objetivos de conservação e desenvolvimento mediante estratégias diversas, com ênfase na valorização da visão e participação das populações locais nas ações e decisões da gestão. As pesquisas sobre a percepção da comunidade local do entorno das unidades de conservação oferecem instrumentos para a compreensão de comportamentos e auxiliam na melhoria do processo de gestão ambiental. Este trabalho aborda a problemática da harmonização entre objetivos de conservação e desenvolvimento no caso da Estação Ecológica do Taim, RS, que se constitui em uma área de proteção integral que, na sua implantação, implicou a remoção de algumas famílias e introdução de normas restritivas para as populações que residem no seu entorno. Nesse contexto se pretendem identificar os conflitos existentes e as iniciativas de conciliação entre os propósitos de conservação e desenvolvimento que vem sendo realizadas na região. Os dados desta pesquisa qualitativa foram obtidos no período de janeiro de 2009 a janeiro de 2010, pela técnica da entrevista semi-estruturada, combinada com consulta a dados secundários, consultas bibliográficas e observações no local. Os dados levantados indicam que a população percebe a existência de diversas contradições no discurso conservacionista e divergências entre os propósitos da unidade de conservação e da população residente no entorno. As iniciativas de harmonização dos propósitos de conservação e desenvolvimento são diversas, mas ainda incipientes e dependentes de recursos externos, o que restringe seus impactos.

Palavras-chave: Áreas protegidas; Unidades de Conservação; Estação Ecológica do Taim; gestão social de UC, participação.

ABSTRACT

Dissertation of Master Degree
Post Graduation Program in Rural Extension
Federal University of Santa Maria

RELATIONSHIPS BETWEEN ECOLOGICAL STATION OF TAIM AND LOCAL COMMUNITY: CONFLICTS AND COOPERATION

AUTHOR: LUCAS ROGÉRIO SETE

SUPERVISOR: Prof. Dr. VIVIEN DIESEL

Date and Place of receiving Master's Degree: Santa Maria, April, 2010

The creation of protected areas is one of the main historical claims of conservation of the nature movements and also one of the main strategies adopted by the governments and environmental entities for the conservation of the environment and of their natural resources. The responsible organs for the creation and administration of the units of conservation as the ecological stations, have employed authoritarian and technocratic political, that result in conflicts with the local communities, with prominence for the expropriation of the lands; dispute of waters; restrictions to the hunt and fishing; among other, with so much damage to the conservation ends as of development of the populations of the spill (especially traditional groups). Front to this scenery compatible forms have been looked between the conservation objectives and development by diverse strategies, with emphasis in the valorization of the vision and participation of the local populations in the actions and decisions of the administration. The researches about perception of local community offer instruments for the understanding of behaviors and they aid in the improvement of the process of environmental administration. This work approaches the problem of the harmonization between conservation objectives and development in the case of the Ecological Station of Taim that is constituted in an area of integral protection that, in his implantation, it implicated the removal of some families and introduction of new restrictive norms for the populations that live in yours spill. In that context intends to observe the conflicts that appeared with the new scenery, and the conciliation initiatives among the conservation purposes and development that it has been accomplished in the area. The data of this qualitative research were obtained in the period of January from 2009 to January of 2010, with the technique of the semi-structured interview, combined with secondary data, bibliographical consultations and observations in the place. The lifted up data indicate that the population notices the existence of several embarrassments in the conservationist speech and divergences among the purposes of the unit of conservation and of the resident population in the spill. The initiatives of harmonization of the conservation purposes and development are several, but still incipient and dependent of external resources, what restricts their impacts.

Word-key: Protected areas; Units of Conservation; Ecological station of Taim; social administration of UC, participation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Percentual de área coberta por UC`s nos continentes, década de 1980.....	32
Tabela 2 - Áreas Naturais Protegidas no Brasil e no mundo.....	33
Tabela 3 - Total de áreas protegidas no Brasil por tipologia.....	38
Tabela 4 - Detalhamento do SNUC por grupo de manejo, jurisdição e condição geográfica.....	41
Tabela 5 - Extensão e percentual de unidades de conservação por bioma e grupo de manejo no Brasil.....	42
Tabela 6 - Número e área de unidades de conservação por categoria da IUCN e sua equivalência segundo o SNUC.....	43
Tabela 7 - Síntese dos parâmetros de análise de atividades que impactam negativamente nas Estações Ecológicas e Reservas Biológicas federais no Brasil.....	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Crescimento cumulativo das áreas protegidas a cada 5 anos no período 1872-2003.....	31
Figura 2 -	Tendências da superfície terrestre sob proteção por categoria da UICN.....	35
Figura 3 -	Número e extensão de áreas protegidas na America do Sul e Brasil.....	36
Figura 4 -	Mapa da localização da região do Taim, RS.....	66
Figura 5-	Vista da Lagoa Mirim, RS.....	71
Figura 6 -	Banhado do Taim, RS.....	72
Figura 7 -	Mata nativa na região do Taim, RS.....	74
Figura 8 -	Indicação dos limites da estação ecológica do Taim.....	75
Figura 9 -	Vista aérea do Banhado do Taim, RS.....	76
Figura 10-	Mapa de unidades ambientais da Capilha.....	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias de Unidades de Conservação e respectivos objetivos de manejo conforme SNUC.....	40
Quadro 2 - Lista dos entrevistados.....	67
Quadro 3 - Atividades do Nema no entorno da ESEC Taim no período 2003-2008.....	97
Quadro 4 - Composição do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim.....	107

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 ORIGENS E EVOLUÇÃO DAS DEMANDAS SOCIAIS PELA CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS.....	18
2.1 Iniciativas de defesa da “natureza selvagem” e o conservacionismo.....	19
2.2 O Ecologismo e a defesa dos ecossistemas.....	21
2.3 O Ambientalismo e a defesa do meio ambiente.....	24
2.4 O Socioambientalismo e a etnoconservação.....	25
2.5 Convergências e divergências de diferentes movimentos em defesa da criação de áreas protegidas.....	27
3 OS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO INTEGRAL: CARACTERÍSTICAS E IMPACTOS SOCIAIS.....	30
3.1 Criação e implantação de áreas protegidas: uma preocupação mundial.....	30
3.2 Criação e implantação de áreas protegidas no Brasil.....	38
3.3 Impactos sociais relacionados à implantação de áreas de proteção integral no Brasil.....	43
3.4 Os conflitos sociais e suas repercussões sobre os propósitos de conservação.....	45
4 “PROMESSAS” E “AVANÇOS” DOS NOVOS MODELOS DE GESTÃO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO INTEGRAL.....	49
4.1 O modelo tradicional de gestão das áreas protegidas e seus limites.....	50
4.2 Os “novos modelos” de gestão.....	51
4.2.1 O co-manejo como modelo de referência para a participação na gestão.....	54
4.3 Mudanças nos modelos de gestão das UC no Brasil.....	56
4.3.1 Mecanismos para participação na gestão das UCs no Brasil.....	58

4.3.2 Primeiras avaliações dos “avanços” possibilitados pelos “novos modelos”	60
5 CONFLITOS E COOPERAÇÃO ENTRE A ESTAÇÃO ECOLÓGICA E COMUNIDADE LOCAL NO TAIM.....	64
5.1 Metodologia.....	65
5.1.1 Localização geográfica da área de estudo.....	65
5.1.2 Percurso metodológico.....	65
5.1.2.1 Técnicas escolhidas para realização da pesquisa.....	68
5.2 As características naturais da região costeira do Rio Grande do Sul e as motivações para criação da Estação Ecológica do Taim.....	69
5.2.1 Lagoas costeiras: Complexo Mirim-Mangueira.....	70
5.2.2. Banhados.....	71
5.2.3 Campos nativos.....	73
5.2.4 Matas nativas.....	73
5.2.5 Importância ecológica da área da E. E. do Taim.....	74
5.3 Histórico de ocupação da região do Taim, categorias sociais e avaliações prévias de impactos sociais da criação da ESEC.....	77
5.3.1 Avaliações prévias sobre impactos sociais da criação e implantação da EE do Taim.....	80
5.4 Estudo da percepção atual da comunidade local sobre sua relação com a Estação Ecológica do Taim.....	81
5.4.1 Processos sociais e organização social atual na região do Taim.....	81
5.4.1.1 Comunidade da Capilha.....	82
5.4.1.2 Comunidade da Serraria.....	83
5.4.1.3 Comunidade da Vila Anselmi.....	84
5.4.2 A persistente problemática de delimitação e implantação da área da Estação Ecológica do Taim e a percepção da população local sobre este processo.....	84
5.4.3 Percepções sobre a influência da ESEC Taim na atividade econômica dos pescadores.....	88
5.4.4 Percepções sobre a influência da ESEC Taim na atividade econômica dos arroseiros.....	90
5.4.5 Percepções sobre a influência da ESEC Taim na atividade	

econômica dos produtores florestais.....	91
5.4.6 A relação dos moradores das vilas do entorno com a ESEC do Taim.....	92
5.5 Descrição e percepção da comunidade sobre as iniciativas de conciliação dos objetivos de conservação e desenvolvimento.....	94
5.5.1 Iniciativas protagonizadas pelo NEMA.....	95
5.5.1.1 Projeto comunidades Taim.....	96
5.5.1.2 Visitação orientada no entorno da ESEC Taim.....	97
5.5.1.3 Estabelecimento de diretrizes para o ordenamento territorial para as localidades da Capilha e da Serraria.....	99
5.5.1.4 Participação das comunidades na gestão da pesca artesanal da região.....	101
5.5.1.5 Promoção de iniciativas de produção agropecuária “ecológica”.....	103
5.5.1.6 Estabelecimento de mecanismos de gestão participativa e de educação ambiental.....	104
5.5.2 Iniciativas dos gestores da ESEC: Promoção da participação na gestão da ESEC do Taim.....	106
5.6 Contrapondo conflitos sociais e cooperação no Taim.....	110
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	120
ANEXO: Roteiro de pesquisa.....	126

1 INTRODUÇÃO

No mundo, a preservação da natureza tem sido feita através da criação de áreas protegidas, por meio da identificação, demarcação e restrição de uso de algumas áreas consideradas importantes de ponto de vista ecológico ou social. Por outro lado, esse propósito resulta em conflitos no processo da gestão e manutenção dessas áreas, devido a incompatibilidades no convívio com as comunidades locais, pois as áreas protegidas, muitas vezes, originam restrições às populações que habitavam essas regiões e que vivem no entorno, levando a desintegração de comunidades realocadas, perdas culturais e implicações negativas para a biodiversidade (FLEURY; BORBA, 2007).

Nos países do sul a criação de áreas protegidas tem sido importante para identificação de problemas mais amplos de conservação, que contribuíram para o reconhecimento da necessidade de se criar modelos de proteção da natureza viáveis, fundamentados nas especificidades ambientais e culturais de suas sociedades.

Geralmente as comunidades que residem no interior ou no entorno das áreas protegidas não participam do processo de tomada de decisões sobre estas áreas: o Estado define o território e os modos de proteção, simplesmente formula e executa os respectivos planos de manejo. Pior ainda, as decisões normalmente são mantidas em segredo até sua transformação em lei, de modo a evitar movimentações sociais que possam comprometer os seus planos. Quando não cumprem as normas, as populações são criminalizadas pelas suas ações que visam assegurar sua sobrevivência através da exploração dos recursos naturais (ARRUDA, 1997). Assim, as populações envolvidas no processo de conservação da biodiversidade, geralmente são ignoradas e afastadas de qualquer contribuição que possam oferecer à elaboração das políticas públicas, por outro lado são as primeiras a serem atingidas pela destruição do ambiente e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação ambiental (ARRUDA, 1997).

As populações vivendo em áreas protegidas ou no seu entorno vivenciam um conflito entre o paradigma de conservação da biodiversidade e da sustentabilidade ambiental e o seu direito ao uso dos recursos naturais, ao desenvolvimento e ao

crescimento econômico, com decorrente confronto permanente com as autoridades reguladoras.

A criação de áreas de conservação representa um indispensável instrumento de proteção do meio ambiente ecologicamente equilibrado, um dever do poder público e de todos, sendo a sua preservação crucial para a presente e para as futuras gerações. Mas, a prática tem evidenciado o conflito entre os objetivos da criação dessas áreas protegidas e a busca do desenvolvimento através do incremento da produção agropecuária.

Este conflito ocorre na região do Taim, situada numa região costeira no extremo sul do Rio Grande do Sul. Nas colocações de Sosinski (2009) fica evidente a importância ambiental da região do Taim, que é destacada como uma das regiões mais ricas em aves aquáticas da América do Sul. Sosinski (2009) realça o seu enorme valor como patrimônio genético e paisagístico, por causa da sua imensa diversidade biológica e ecossistêmica. A região do Taim é considerada núcleo da Reserva da Biosfera e Área Prioritária para preservação da Biodiversidade.

Segundo Quesada et al. (1987) no processo de criação da Estação Ecológica (ESEC) do Taim, a partir de 1978, passou-se inevitavelmente por uma fase de discriminação da área, que foi marcada pela desapropriação de algumas terras. A implantação da Estação Ecológica do Taim causou vários impactos na vida socioeconômica e cultural das populações locais, a desapropriação de terras durante a implantação não respeitou as normas locais (tradição da região), alguns envolvidos consideraram as políticas de compensações injustas, esses conflitos associaram-se à exclusão dos beneficiários nos momentos de tomada de decisão ao longo de todo processo que, inevitavelmente, afetou as suas vidas. No entendimento dos autores a atuação do Estado nesse ato acabou sendo mais um momento em que se beneficiou o estabelecimento das relações capitalistas de produção e o afugentamento ou reformulação das relações tradicionais com a provável inviabilização das comunidades que ali sobreviviam. Deste modo, coloca-se que durante a ação da implantação da ESEC a ordem legal do estado ignorou a ordem local, não se levando em conta as questões sócio-culturais e a participação da comunidade em todo processo (QUESADA et al, 1987).

Segundo NEMA (2002) a ESEC do Taim sofre impactos relacionados fundamentalmente das ações feitas no entorno, por causa dos problemas ligados a conflitos de uso. Destes, sobressai a utilização das águas para o cultivo do arroz, a

pecuária, a pesca, a caça, a mortalidade de animais por atropelamentos na BR 471 (MULLER, 1993 apud NEMA, 2002), o florestamento com espécies exóticas e as queimadas. Outro potencial conflito que vem surgindo é o aumento da atividade do turismo na região.

A preocupação com os conflitos entre propósitos de conservação e desenvolvimento envolvendo áreas protegidas levou a que se propusessem mudanças nos modelos de criação e gestão destas áreas, com maior participação popular. Como política recente (no Brasil estas mudanças foram formalizadas a partir de 2000) ainda há muito para se avaliar sobre sua eficácia. O presente estudo visa conhecer a percepção da comunidade local sobre a influência da área de proteção em suas vidas e sobre as iniciativas de conciliação dos propósitos de conservação e desenvolvimento no entorno e na gestão da ESEC Taim.

Deste modo, o presente trabalho tem os seguintes objetivos:

Objetivo geral

- Avaliar o conflito e cooperação entre os objetivos conservacionistas na Estação Ecológica do Taim e a vida das comunidades locais.

Objetivos específicos

- Identificar a percepção sobre o impacto das normas de conservação relacionadas a Estação Ecológica do Taim na vida da comunidade local

- Caracterizar o cenário dos trabalhos participativos desenvolvidos de modo a avaliar seu potencial na conciliação dos objetivos de conservação e desenvolvimento:

a) descrever a iniciativa e investigar percepção dos atores sociais locais sobre potencial dos conselhos gestores de UC

b) descrever a iniciativa e investigar percepção dos atores sociais locais sobre planos de ordenamento territorial

c) descrever a iniciativa e investigar percepção dos atores sociais locais sobre projetos demonstrativos

d) descrever a iniciativa e investigar percepção dos atores sociais locais sobre educação ambiental

Importa referir neste espaço, que o projeto inicial de pesquisa tinha como região de estudo a reserva terrestre e marinha da ilha de Inhaca, em Moçambique. Mas, questões conjunturais ligadas a bolsa de estudos e acesso a auxílio pesquisa inviabilizaram a viagem à Moçambique para coleta de dados. Assim se optou por

continuar na mesma linha de pesquisa alterando a região de estudo, com esperança de aplicar os resultados desta aprendizagem neste país. A escolha da região do Taim se deveu a sua similaridade com a região de Inhaca, onde foi implantada uma estação de biologia marítima, com reserva florestal e marítima. Por outro lado, este local fornecia facilidades de deslocamento para a coleta de dados e iniciativas de conciliação entre objetivos de conservação e desenvolvimento passíveis de estudo.

Na realização do estudo considerou-se que a avaliação das relações entre as áreas protegidas e as comunidades locais deve partir da elaboração de uma base de dados documentais e de uma revisão bibliográfica que devem fornecer elementos, para, de um lado, entender a evolução das preocupações, tanto dos governantes quanto da população; mas necessita, também, de levantamentos de campo para poder avaliar as especificidades locais e gerar contribuições para análise de outras áreas de proteção.

Para contemplar os objetivos propostos, a presente dissertação segue a seguinte estrutura: o primeiro capítulo aborda as origens e a evolução das demandas sociais pela criação de áreas protegidas, analisando as convergências e divergências de diferentes movimentos em defesa da criação de áreas protegidas.

O capítulo seguinte se dedica ao estudo dos processos de implantação de áreas de proteção integral, suas características e impactos sociais, identificando as áreas de proteção integral como áreas de conflito entre propósitos de conservação e desenvolvimento.

O próximo capítulo se debruça sobre as “promessas” e “avanços” dos novos modelos de gestão de áreas de proteção integral, aborda os limites dos modelos tradicionais de gestão das áreas protegidas, analisa as mudanças e mecanismos para viabilizar a participação na gestão das áreas protegidas no Brasil e termina com as primeiras avaliações dos avanços possibilitados pelos novos modelos.

Parte-se, então, para o estudo dos conflitos e cooperação entre a ESEC e comunidade local no Taim. Inicialmente expõe-se a metodologia utilizada para a realização da presente pesquisa, são apresentadas as características naturais da região costeira do Rio Grande do Sul e as motivações para criação da Estação Ecológica do Taim. A seção seguinte se debruça sobre a caracterização da comunidade local e descrição de suas percepções sobre influência da área de proteção em suas vidas e sobre as iniciativas de conciliação dos propósitos de

conservação e desenvolvimento no entorno e na gestão da ESEC Taim. Finalmente, são apresentadas algumas considerações merecedoras de reflexão sobre conflitos e cooperação nas relações entre áreas de proteção e comunidades locais.

2 ORIGENS E EVOLUÇÃO DAS DEMANDAS SOCIAIS PELA CRIAÇÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS

Todas as sociedades humanas dependem da natureza para seu desenvolvimento, mas a maneira como se relacionam com ela é influenciada por sua cultura e forma de organização econômica.

Em diversas situações históricas sociedades se confrontaram com previsões de escassez de recursos naturais socialmente valorizados discutindo sobre medidas com vistas a sua “proteção”. Tais situações estariam, por exemplo, na origem da instituição de normas em defesa das florestas naturais (para sustentação do acesso à recursos madeireiros, assegurar a disponibilidade de água e diminuir a erosão dos solos) ou na criação de “reservas de caça” para proteção de certas espécies animais. Assim, conforme Ramade (1979, p.453): “A necessidade e o desejo de preservar certas reservas naturais manifestaram-se em diversas sociedades humanas, de nível cultural muito variado, muito mais cedo do que geralmente se acredita.”

As sociedades ocidentais nos últimos séculos vinham se orientando por um “ímpeto expansionista” – a busca pelo crescimento - que se refletia em sua cultura (valorizadora do “progresso”) e organização econômica (capitalista), o que resultou numa crescente artificialização da natureza. Segundo diversos autores a velocidade e magnitude dos processos de artificialização da natureza (e degradação) provocados pelas sociedades ocidentais constituíram ameaça à oferta de recursos e serviços ambientais socialmente valorizados, intensificando reações de “proteção da natureza”. Embora existam diversas estratégias para assegurar a oferta de recursos e serviços ambientais socialmente valorizados, entendeu-se que certos casos requerem estabelecimento de áreas com restrição da intervenção humana na natureza – áreas protegidas. Segundo Scherl et al. (2006, p.7) as áreas protegidas são definidas pela União Internacional para Conservação da Natureza (UICN) como:

[...] uma superfície de terra ou mar especialmente consagrada à proteção e preservação da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e culturais associados, e gerenciada através de meios legais ou outros meios eficazes.

Os argumentos em defesa da criação de áreas protegidas variaram ao longo da história. O presente capítulo visa uma contextualização da questão da criação de áreas protegidas com a identificação da trajetória dos movimentos sociais relacionados à questão ambiental e sua visão sobre as áreas protegidas. Seguindo tendências observadas na literatura brasileira sobre o tema e, considerando os objetivos do presente trabalho, distinguem-se as perspectivas do movimento conservacionista, ecologista, ambientalista e socioambientalista.¹

2.1 Iniciativas de “defesa da natureza selvagem” e o conservacionismo

Conforme Ramade (1979, p.454, grifo nosso) “[...] a primeira reserva natural dos tempos modernos foi criada não por biólogos, mas por um grupo de pintores franceses que, em 1853, conseguiram colocar sob a proteção de uma lei uma parte de uma floresta de Fontainebleau, **a fim de conservar sua beleza.**”

Para entender tais circunstâncias, convém reconhecer, com Simmonet (1981, p.115), que a defesa da natureza foi associada a alguns filósofos, dos quais o mais ouvido foi sem dúvida Jean Jacques Rousseau que protestava contra os espíritos excessivamente quadrados dos tecnocratas do século XVIII, este alegava que pretendiam “colocar as árvores em sentido” nos jardins à francesa, o autor questionava se a natureza empregaria sempre o esquadro e a régua.

Tais aportes levam a reconhecer a importância do movimento romântico na constituição de uma visão valorizadora da “natureza” que, contestando a visão mecanicista e utilitarista da natureza que então se afirmava com o advento da ciência ocidental, a vê como objeto de admiração e contemplação estética.²

¹ Embora estas categorias não sejam consolidadas na literatura entende-se que sua distinção é conveniente para o presente trabalho tendo em vista que a cada visão pode corresponder uma proposta de manejo das áreas protegidas que têm conseqüências significativas na determinação do impacto social de sua operação.

² Diversos autores reconhecem a existência de reivindicações que, partindo de uma crítica ao progresso e seus valores, vêem o ser humano como parte da natureza e na criação de “áreas protegidas” a possibilidade de resguardar a natureza selvagem das forças degradantes do progresso. Este movimento caracteriza-se por uma defesa da “natureza selvagem” e a percepção de que esta estaria ameaçada pelo avanço do progresso.

Cabe reconhecer que este movimento não se restringiu ao espaço cultural europeu. Nos Estados Unidos, consideram-se Henry Thoreau e Gary Snyder como expoentes na luta pela sensibilidade ecológica, estes eram considerados os poetas do poder verde, que viam na água e nas árvores classes tão exploradas como o proletariado (SIMMONET, 1981, p.111-2).³

Neste contexto, áreas e paisagens de particular beleza tenderam a ser socialmente valorizadas a ponto de serem consideradas “riquezas naturais”. Conforme Ramade (1979, p. 454) a primeira decisão destinada a proteger as riquezas naturais na América foi tomada pelo presidente Lincoln em 1864, quando fez com que o Congresso dos EUA votasse por unanimidade, uma lei que confiava ao Estado a incumbência de manter em estado natural a área que veio a constituir o parque nacional de Yosemite e o bosque de Mariposa, com a finalidade de salvaguardar as excelentes sequóias gigantes que estavam sendo exageradamente exploradas.

Conforme relata Vallejo (2003) uma das motivações para a criação destas áreas era a tentativa de “salvar pedaços de natureza de grande beleza”, reservar grandes áreas naturais para colocá-las a disposição das populações urbanas para fins de recreação. Embora diversos autores (como Vallejo) partam do reconhecimento de que a criação destas áreas usa de uma noção de antagonismo entre intervenção humana e a finalidade de conservação, possivelmente acreditava-se que a beleza destas áreas haveria de ser desfrutada pela população em geral razão pela qual se preconizava o seu uso para fins recreativos (turístico – possivelmente desde que controlado) o que não era percebido como uma ameaça à preservação da “vida selvagem”. Assim em torno destas áreas favoreceu-se o turismo e, deste modo, motivações econômicas podem estar na base da criação de muitas destas áreas.

Outras preocupações, aos poucos, emergiram à esfera política em defesa da criação de áreas protegidas. Conforme Vallejo (2003, p.3) “Com a virada do século XX, parques e reservas similares [ao Yellowstone] foram sendo criados em vários

³A contraposição a visão mecanicista da natureza também se revela em John Muir (século XIX). Diegues (2001) aponta que John Muir segue um pressuposto que se baseia no respeito pela natureza, o reconhecimento da constituição de uma comunidade onde os seres humanos também fazem parte. Nas colocações desse mesmo autor, não somente os animais, mas os vegetais, e até as rochas e a água eram fagulhas da Alma Divina. Essas idéias, que defendiam que o homem não poderia ter direitos superiores aos animais, receberam um suporte científico da História Natural, em particular da teoria da evolução de Charles Darwin (1809-1882).

países. Além da proteção de belezas cênicas admiráveis, a criação de novos parques agregou outras motivações como a preservação da biodiversidade florística e faunística e dos bancos genéticos.[...]”⁴ Cabe reconhecer que estas reivindicações tendem a agrupar-se em torno de um movimento social mais abrangente, que se configura nesta época, muitas vezes denominado movimento “conservacionista”. Segundo Santos e Oliveira (2007) o conservacionismo foi iniciado pelo engenheiro florestal, Gifford Pinchot, no século XIX, como um protótipo do atual modelo de desenvolvimento sustentável. Esta visão se caracteriza por reivindicar o uso racional dos recursos; o uso dos recursos pelas gerações presentes e futuras; que se evitem os desperdícios; o uso dos recursos a favor do benefício da maioria da população; a diminuição dos dejetos e da ineficiência da utilização dos recursos naturais não renováveis.⁵ Diegues (2001) acrescenta que se a visão preservacionista [inspirada no romantismo] pode ser exposta como a reverência à natureza no âmbito da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*), almejando proteger a natureza, se precavendo do desenvolvimento moderno, industrial e urbano; o ponto chave da "conservação dos recursos" é a exploração apropriada e criteriosa dos recursos naturais.

No que se refere à criação de áreas protegidas nas reivindicações conservacionistas da época ela aparece, sobretudo, como forma de proteger um patrimônio natural e uma necessidade para assegurar a sobrevivência de espécies vegetais e animais ameaçadas de extinção através da utilização racional dos recursos levando em conta as gerações atuais e futuras.

2.2 O Ecologismo e a defesa dos “ecossistemas”

⁴ A perspectiva científica de criação de parques acabou reforçando a idéia de que a presença humana nessas áreas só deveria ser permitida em situações muito particulares e restritas (ou tira aspas ou indica fonte)

⁵Lima (1999) destaca o relatório publicado em 1980 pela IUCN (*International Union for Conservation of Nature*), intitulado "*World Conservation Strategy*", que confirma prioridades conservacionistas e conclama cada país a constituir suas diretrizes de atuação, fundamentalmente baseado em 3 princípios: uso sustentável dos recursos, manutenção dos processos ecológicos e preservação da diversidade genética (IUCN, 1993).

Segundo Viola (1988) a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente de Estocolmo em 1972, marcou o despertar da consciência ecológica no mundo. O mesmo autor cita o relatório Meadows (1972) que aborda os limites do crescimento⁶; como relacionado ao aparecimento do paradigma teórico da ecologia política e propagação de movimentos sociais ecologistas no mundo não ocidental como fatores determinantes nesta nova abordagem. Pela primeira vez as conseqüências da degradação dos recursos naturais provocadas pelo crescimento econômico são percebidas como um problema de todo o mundo, que vai além das diversas questões pontuais que eram apontadas nas décadas de 50 e 60 pelas instituições estatais de meio ambiente dos países do Primeiro Mundo.

Viola (1988) coloca que os movimentos ecológicos se desenvolveram na década de 1970 no clima de crise do marxismo, e apresenta três fatores fundamentais na base desta crise: o estilo totalitário do socialismo real, a complexidade sócio-política do capitalismo contemporâneo e a crise ecológica. Esta crise questiona no seu cerne o marxismo: o conceito do valor-trabalho, a infinitude dos recursos naturais e concepção de natureza como uma peça passiva sem valor.

O ecologismo se apresenta como uma crítica ao utilitarismo não somente nas relações dentro da sociedade (como acontece no marxismo), mas também, e principalmente, nas relações sociedade-natureza. Nesta ótica os movimentos ecológicos e pacifistas se apresentam como um ponto de destaque na história da mobilização social e da ação coletiva: trata-se de movimentos possuidores de valores e interesses universais acima das fronteiras de classe, sexo, raça e idade (VIOLA, 1988).

Segundo Viola (1988) a expectativa do movimento ecológico para os países do Primeiro Mundo era de promover uma ação de educação ambiental generalizada (que implicaria uma enorme reconfiguração da distribuição do poder na sociedade), o que tornaria possível e provável a incorporação, pela grande maioria da população, de valores pós-materialistas, tendo como conseqüência o autocontrole na satisfação das necessidades materiais. Enquanto que no terceiro mundo a

⁶Publicado em 1972, foi o resultado do trabalho de investigação realizado por uma equipe do Massachusetts Institute of Technology (MIT) coordenada por Donella Meadows, a pedido do Clube de Roma, uma associação informal de empresários, estadistas e cientistas. O Relatório, conhecido por Relatório de Roma, trata essencialmente de problemas cruciais para o futuro desenvolvimento da humanidade tais como: energia, poluição, saneamento, saúde, ambiente, tecnologia, crescimento populacional, entre outros.

expectativa era de uma ação que visava o desenvolvimento ecológico auto-sustentado e socialmente justo resultando na elevação do nível de consumo material das grandes massas da sociedade, no mesmo sentido se estagnaria e racionalizaria o consumo das classes médias, e promoveria a redução do consumo das classes altas.

Devido a este estilo reestruturador cultural e político tão marcante do movimento ecológico ele se transforma no eixo do surgimento de uma nova vaga de partidos políticos, os partidos verdes ou ecopacifistas (BUSKLIN, 1985 apud VIOLA, 1988). Estes novos partidos com valores que não ambicionavam se tornar majoritários, enquanto partidos, e governar ou tomar revolucionariamente o poder, procuravam atuar como transformadores da cultura política inserindo valores pós-materialistas.⁷

Viola (1988) argumenta que os ecologistas realistas apostavam na probabilidade de mudança da sociedade, começando pela construção e desenvolvimento de um movimento ecologista rigoroso nos princípios e flexível na relação com a sociedade. Viola (1986) acrescenta que o referencial normativo do ecologismo é um sistema sócio-econômico totalmente distante do capitalismo e do socialismo, fundamentado na pequena propriedade privada e na propriedade cooperativa (majoritariamente média, e poucas grandes) com autogestão do sistema produtivo e maior destaque no Estado de nível local (município, região) como provedor de recursos. Entretanto o meio para se chegar até esse ponto passa por uma extensa transição, inculcando princípios ecológicos continuamente ao capitalismo e socialismo estabelecidos.

Embora o foco do ecologismo fossem os processos macro-sociais entende-se que, no que se refere às áreas protegidas, o advento da consciência ecológica veio associado à introdução de nova visão (sistêmica) e novos conceitos que repercutem na política de criação de áreas protegidas. Em geral passa-se a adotar novos critérios para seleção, demarcação, justificação e manejo das áreas.

Surgem preocupações com identificação de “ecossistemas representativos”, reconhecimento da importância das noções de entorno, valorização da pesquisa

⁷Pode se tomar como exemplo o primeiro partido verde criado na Nova Zelândia em 1969, este conseguiu em pouco tempo afetar fortemente a cultura política, incorporando valores ecológicos nos dois partidos tradicionais no poder (Trabalhista e Nacional) Viola (1988).

sobre estrutura e dinâmica de “sistemas naturais” e mantém-se o ideal de estabelecer restrições ao uso humano nas áreas protegidas.

2.3 O Ambientalismo e a defesa do “meio ambiente”

Lima (1999), ao comentar a obra de Leis (1999) de caracterização do ambientalismo, coloca que, para o autor, a linha que conduz à complexa rede do ambientalismo parece ser seu potencial inovador e base de sua habilidade de integrar as múltiplas dimensões da realidade, muitas vezes avaliadas de maneira fragmentária e reducionista. Nesse âmbito, o ambientalismo tem originado novas reflexões e sínteses entre a economia e a ecologia, a cultura e a natureza, a ética e a política, a ciência e a religião, as artes e a filosofia. O mesmo autor acrescenta que essa característica do ambientalismo determina sua natureza de movimento histórico-vital, que se baseia numa articulação plural de atores, valores e interesses sociais que, mesmo diferenciados, se complementam na composição de um panorama de enorme riqueza cultural.

Conforme Lima (1999), no caso da visão dos ambientalistas, “as evidências de insustentabilidade das sociedades atuais se exprimem no conteúdo antropocêntrico da cultura ocidental, considerando-se que esses fatos geram e perpetuam o afastamento entre a sociedade e a natureza”. Por outro lado contribuem para a miséria espiritual visível na “autofagia consumista e no império do mercado”, para a instrumentalidade da razão e do conhecimento hegemônicos e para o individualismo quase autista das sociedades modernas.

Essa análise crítica da sociedade e civilização contemporâneas, da visão ambientalista, confirma, por várias perspectivas, a insustentabilidade de modos de vida individual, social e das relações com os recursos naturais contemporâneos.⁸

As preocupações mais comuns dos ambientalistas na década de 1980, arroladas por Viola (1988), eram as seguintes: poluição ostensiva da atmosfera ou do sistema de águas pela indústria; projetos de instalação industrial com suspeitas

⁸E, por outro lado, é nesse diagnóstico menos encorajador que surge a esperança para enxergar a possibilidade de outra sociedade global, motivada por novos princípios éticos espirituais. (LIMA, 1999).

de grande impacto ambiental; preservação de uma área verde em risco de deterioração por um uso particular semi-clandestino ou uso destrutivo pelo poder público; degradação de áreas de preservação ecológica já definidas legalmente por falta de fiscalização das entidades estatais (parques nacionais e estaduais, manguezais, etc.) ou ameaça de destruição de uma área urbana com valor histórico-arquitetônico pela especulação imobiliária.⁹

Além de lutarem por avanços na regulação ambiental exercida pelo Estado, concretizados em políticas ambientais mais sistêmicas e inclusivas, nesta mesma época ganha força **a noção de criação de áreas protegidas para assegurar serviços ambientais como as APAs** (área de proteção ambiental) que constitui um tipo especial de área protegida, valorizada especialmente por sua importância para as sociedades (como as áreas de nascentes de bacias hidrográficas que abastecem centros urbanos).

2.4 O Socioambientalismo e a etnoconservação

O socioambientalismo passou a ser uma alternativa ao conservacionismo/preservacionismo ou movimento ambientalista tradicional, mais afastados dos movimentos sociais e das lutas políticas por justiça social, e cético quanto à probabilidade de envolvimento das populações tradicionais na conservação da biodiversidade (SANTILLI, 2005).

Segundo Santilli (2005) o socioambientalismo foi arquitetado a partir da premissa de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, possuidoras de conhecimentos e de práticas de manejo ambiental. Mais do que isso, desenvolveu-se a partir da visão de que, em um país

⁹Um marco importante apresentado por Viola (1988) é a fundação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), a primeira associação ecologista criada no Brasil e na América Latina. Este fato ocorreu em junho de 1971, graças a um grupo encabeçado pelo engenheiro agrônomo José Lutzenberger. As diretrizes principais do programa fundacional da AGAPAN eram os seguintes: proteção da fauna e da vegetação; luta contra o uso indiscriminado de inseticidas, fungicidas e herbicidas; combate à poluição industrial e domiciliar dos resíduos não tratados; combate a deterioração dispensável de belezas paisagísticas; redução do uso dos meios mecânicos contra o solo e à poluição provocada pelas indústrias e veículos; promoção da ecologia como ciência da sobrevivência e difusão de uma nova moral ecológica.

pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental (a sustentabilidade de espécies, ecossistemas e processos ecológicos), como também a sustentabilidade social, deve contribuir também para a diminuição da pobreza e das desigualdades sociais e originar valores como justiça social e equidade.¹⁰ Por outro lado, o novo paradigma de desenvolvimento recomendado pelo socioambientalismo deve estimular e valorizar a diversidade cultural e a consolidação do processo democrático no país, com ampla participação social na gestão ambiental. Santilli (2005) salienta que a articulação entre meio ambiente e democracia é estimulada pelo socioambientalismo, e a participação social na gestão ambiental é, atualmente, um dos princípios principais e norteadores da legislação constitucional e infraconstitucional e de toda a política ambiental.¹¹

Entende-se que as contribuições do socioambientalismo no que tange às áreas protegidas, abarcam tanto a questão da participação na gestão ambiental quanto o desenvolvimento de uma proposta de Etnoconservação.

Segundo Faria (2002) o etnoconservacionismo enfatiza a necessidade de se estabelecer uma aliança entre o homem e a natureza, fundamentada na importância das comunidades tradicionais indígenas e não-indígenas nesse tipo de conservação das matas e outros ecossistemas presentes nos territórios em que habitam.¹² Apresenta-se como a valorização do conhecimento e das práticas de manejo dessas populações. Nessa ótica, uma das prioridades é envolver as populações tradicionais na pesquisa para a conservação como co-pesquisadores e treinar uma nova geração de pessoas de várias culturas para iniciar estudos junto de seus próprios povos (DIEGUES, 2000).

Diegues (2000) coloca que a diversidade cultural, apontada como condição para manutenção da diversidade biológica, somente prosseguirá se as comunidades

¹⁰O socioambientalismo surgiu fundamentado na premissa de que as políticas públicas ambientais só teriam eficácia social e sustentabilidade política se abarcassem as comunidades locais e promovessem uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios decorrentes da exploração dos recursos naturais.

¹¹ Para seus defensores este enfoque deverá ser abordado na superação das divergências que hoje separam os ecologistas sociais e os preservacionistas, tanto que uma das principais ameaças está vindo das instituições neoliberais que acham que a conservação poderá ser atingida por mecanismos de mercado.

¹² Segundo Farias (2002, p.60) “ Esse contexto tem levado ainda a análise antropológica sobre as comunidades tradicionais a rever o sentido de conservacionismo ambiental ou ecoconservacionismo. Dentro dessa nova ótica, a postulação mais recente para entender o comportamento político, social, econômico e cultural dos “comunitários” tem sido o termo etnoconservacionismo.”

tradicionais continuarem a ter acesso aos recursos naturais de seu território e não forem expulsas, seja pela especulação imobiliária, ou pela implementação de áreas protegidas. O autor acrescenta que a criação de áreas protegidas, em vez de ser baseada na idéia importada de natureza selvagem intocada, deveria fundamentar-se na compreensão da paisagem como mosaico de ecossistemas e habitats, um contínuo que abrange desde porções de matas nativas até áreas de agricultura tradicional e que, em muitos casos, constitui território de comunidades tradicionais.

2.5 Convergências e divergências de diferentes movimentos em defesa da criação de áreas protegidas

Pela exposição apresentada neste capítulo, diversos movimentos reivindicaram, ao longo da história, a criação de “áreas protegidas” como áreas de intervenção humana restrita. As motivações para a criação destas áreas foram tanto de ordem estética, como econômica (valor para turismo), ou de preservação de espécies ameaçadas de extinção, de ecossistemas representativos, da biodiversidade, dos serviços ambientais e, ultimamente, como requisitos da diversidade cultural.

Neste processo é importante reconhecer a convergência de um conjunto de interesses em torno da criação de áreas protegidas sujeitas a restrição absoluta da intervenção humana – “intocadas”. Conforme Diegues (2000) conservacionistas, preservacionistas, defensores da ecologia profunda¹³ e biólogos da conservação¹⁴ se uniram em defesa de uma política de criação de áreas protegidas que prevê que “A natureza, para ser conservada, deve estar separada das sociedades humanas”. Segundo Diegues (2001) os grupos que defendem esta visão são formados, normalmente, por profissionais provenientes da área das ciências naturais que tendem a considerar que toda influência humana na natureza é negativa.

¹³ **Ecologia profunda** constitui linha de pensamento que defendia que a vida humana e não humana tem valores intrínsecos independentes do utilitarismo; considera que os humanos não têm o direito de reduzir a biodiversidade; exceto para satisfazer suas necessidades vitais. (DIEGUES, 2000)

¹⁴ **Biologia da conservação** é uma disciplina científica que nasceu no final dos anos 60 com o objetivo de associar ciência e gestão ambiental. Esta disciplina tende a embasar a ação conservacionista utilizando os conhecimentos adquiridos das teorias ecológicas e da biologia das populações, com influência da teoria da biogeografia insular e das pesquisas relativas à probabilidade de extinção das espécies (DIEGUES, 2000)

Ideologicamente, resultam da visão preservacionista americana, assumem desse modo que a natureza selvagem é intocada e intocável e entendem que não é possível que uma área protegida proteja, além da diversidade biológica, a diversidade cultural.

Este modelo de área protegida contrapõe-se àquele preconizado por aqueles que a buscam como forma de assegurar a diversidade cultural (especialmente de populações extrativistas) ou buscam a biodiversidade através dos princípios da etnoconservação, por exemplo, e que colocam que a diversidade biológica almejada pode ser produto da intervenção humana. Diegues (2001) dá como exemplo o caso da agricultura de corte e queima que estimula o desenvolvimento da biodiversidade, tendo em conta que pode ser considerada uma forma de manejo das plantas daninhas.

Como produto da contraposição destes movimentos, entre outros fatores, distinguem-se, atualmente, dois modelos gerais de áreas protegidas (GONÇALVES, 2007):

- **áreas de proteção integral** (ou de uso indireto) - cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais.
- **áreas de uso sustentável** (de uso direto) – que objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos recursos naturais existentes em seu interior.

Dentro de cada uma destas categorias gerais distinguem-se tipos específicos de áreas protegidas conforme a motivação dominante para criação das áreas, que podem ser¹⁵:

- áreas com ecossistemas, atributos físicos, geológicos e/ou espécies representativos e/ou excepcionais;
- grandes áreas pouco ou não modificadas que mantêm suas características naturais, sem significativa habitação humana que são administradas para preservação da sua condição natural;

¹⁵ Os diferentes objetivos das áreas protegidas, aqui apresentados, são derivados da classificação de áreas protegidas da UICN.

- áreas destinadas à proteção da integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para as gerações presentes e futuras, excluindo exploração ou ocupação inadequada aos objetivos; provê visitação, recreação e usos científicos e culturais;
- áreas com uma ou mais características naturais/ culturais específicas excelentes ou únicas por causa de sua raridade, representatividade ou qualidades estéticas;
- áreas sujeitas a manejo ativo para fins específicos a fim de manter habitats ou satisfação de necessidades de espécies específicas;
- áreas de terra, com costa e mar, geralmente com alta biodiversidade, onde a interação com pessoas ao longo do tempo produziu características estéticas, ecológicas e/ou culturais significativas; e
- áreas contendo predominantemente ecossistemas não modificados, manejados para manter a proteção da biodiversidade em longo prazo, mas também prover produtos de forma sustentável às comunidades.

No presente capítulo fica evidente a importância do cenário ambiental e político vigente no mundo e no Brasil, tanto que os movimentos sociais ligados a criação de áreas protegidas vão se adaptando e criando novas possibilidades, que a legislação por fim passa a reconhecer.

Nas primeiras fases dos movimentos sociais de defesa da natureza a participação social na formulação da legislação e das políticas governamentais era limitada. Mas as mudanças nas políticas ambientais acompanharam as mudanças no panorama político dos Estados de modo que, atualmente, a democracia predominante na maioria dos países do mundo possibilita o fortalecimento do socioambientalismo, pois a participação é a base da democracia.

3 OS PROCESSOS DE IMPLANTAÇÃO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO INTEGRAL: CARACTERÍSTICAS E IMPACTOS SOCIAIS

As preocupações com as questões relativas ao esgotamento dos recursos naturais, degradação ambiental, desequilíbrio dos ecossistemas e biodiversidade levantadas pelos movimentos sociais descritos no capítulo anterior tiveram eco em todos os países.

A internalização das preocupações com questões de ordem ambiental veio associada à adoção de um conjunto de políticas, dentre as quais se inclui a criação de áreas protegidas.

Após uma primeira fase em que o modelo de conservacionismo norte-americano baseado em parques nacionais (a exemplo de Yellowstone) expandiu-se com muita rapidez pelo mundo gerando iniciativas isoladas de cada país, houve um esforço internacional de articulação das estratégias de conservação da natureza dos diferentes países. Assim, atualmente, as iniciativas de criação de áreas protegidas geralmente resultam de convergências de interesses internos e externos à população de determinada Nação. Como resultado destes processos observa-se um significativo aumento das áreas protegidas no mundo e criação de sistema internacional de referência para sua classificação e gestão.

O presente capítulo visa apresentar os avanços em termos de superfície protegida, as características dos processos de implantação e aproximar aos impactos sociais da criação de áreas de proteção integral. Apresenta uma breve contextualização inicial da estrutura de apoio à conservação da natureza em nível internacional para, então, discorrer sobre a experiência brasileira.

3.1 Criação e implantação de áreas protegidas: uma preocupação mundial

Kervran (2005) ao analisar as políticas de conservação da natureza na América Latina argumenta que para compreendê-las é necessário levar em conta o papel exercido pelos “atores” internacionais.

Conforme Ramade (1979) no que se refere à conservação da natureza, um fato marcante foi a criação da UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) em 1948. A UICN, na qualidade de união, procura influenciar, encorajar e auxiliar sociedades em todo o mundo a conservar a integridade e diversidade da natureza, além de buscar que toda utilização de recursos naturais seja praticada de maneira equitativa e ecologicamente sustentável. A UICN recorre à força de seus membros, redes e parceiros para incrementar sua capacidade e apoiar alianças globais com a finalidade de proteger os recursos naturais a nível nacional, regional e global (SCHERL et al, 2006).

Além da maior organização das entidades que atuam em defesa da conservação da natureza, a intensificação da preocupação em torno à problemática ambiental repercutiu no aumento das áreas protegidas a partir da década de 1960, como ilustra a figura 1.

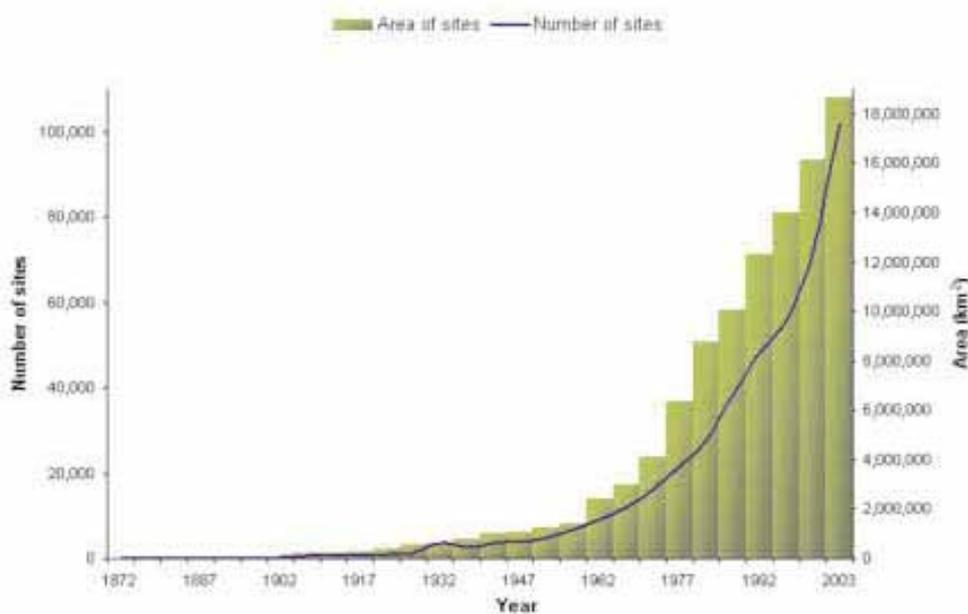


Figura 1 - Crescimento cumulativo das áreas protegidas a cada 5 anos no período 1872-2003

Fonte: Chape et. al. (2003, p.26).

Esta evolução das áreas protegidas foi acompanhada pelo crescimento muito rápido do número de áreas de proteção integral entre 1960 e 1980. Esse fato é justificado pelo início do turismo e reação à deterioração dos ecossistemas devido à reforma agrária combinada com a revolução verde, quando a agricultura industrial transformou completamente o meio rural (KERVAN, 2005).

As tabelas 1 e 2 apresentam a percentagem de área territorial coberta por áreas protegidas por continente.

Tabela 1 - Percentual de área coberta por UC`s nos continentes, década de 1980

Continentes	% Área coberta
Europa	3,9
URSS	2,5
América do Norte	8,1
América do Sul	6,1
África	6,5
Ásia	4,3
Austrália	4,3

Fonte: Cardoso (2007, p.59)

Tabela 2 - Áreas Naturais Protegidas no Brasil e no Mundo

Continentes	Sistemas Nacionais de Proteção (Categorias de I a V da IUCN)*					Áreas protegidas resultantes de	
	Número total	Área (1000 ha)	% da Área de ha	Nº de Áreas com pelo menos		acordos internacionais**	
				100.000 de há	1 milhão	Número	Área (1.000ha)
Ásia (excluindo o Oriente Médio)	2.421	148.692	6,0	210	20	129	21.625
Europa	12.356	109.297	4,7	212	12	799	142.379
Oriente Médio e Norte da África	518	25.863	2,1	25	5	74	25.539
África (Sul do Saara)	1.005	146.904	6,0	202	33	142	83.478
América do Norte	6.146	213.822	11,1	255	46	123	57.107
América Central e Caribe	813	16.450	6,1	35	1	87	20.208
América do Sul	1.116	131.663	7,4	202	26	87	70.882
Oceania	4.056	60.784	7,1	109	11	90	56.067
Países Desenvolvidos		405.509	7,2	617	71		257.245
Países em Desenvolvimento		446.002	5,8	633	83		222.870
Mundo	28.442		6,4	1.250	154	1.536	

Fonte: World Resources Institute (2000-01 apud VALLEJO, 2003).

Os dados das tabelas mostram que a superfície coberta por áreas protegidas no mundo vêm crescendo nas últimas décadas, isso fica evidente também quando se faz a comparação por continentes. A tabela 2 expõe a grande influência dos acordos internacionais na criação das áreas protegidas, tanto que quase metade da área ocupada pelas áreas protegidas em todo mundo resultou de acordos internacionais. Nos países em desenvolvimento a influência dos acordos internacionais esta bastante evidente, pois o número das áreas protegidas criadas nesses países através de acordos internacionais é aproximadamente metade em relação aos países desenvolvidos, mas o número total de áreas protegidas nos países em desenvolvimento é cinco vezes menor que o dos desenvolvidos.

Kervan (2005) vê o aumento das áreas protegidas nas décadas de 1980 e 1990 como fruto da ação combinada de instituições financeiras internacionais, organizações de cooperação internacional e grandes ONGs ambientalistas.

Segundo este autor essas entidades criaram políticas que possibilitaram fontes de financiamento internacional para a multiplicação dos projetos de conservação executados pela maioria dessas entidades.

Nas colocações de Kervan (2005) fica evidente a forte influência do norte, concretamente dos atores americanos, nas políticas de conservação em todo mundo. O autor explica que as políticas de conservação foram fortemente aceleradas pela ação das três maiores ONG`s internacionais com origem americana, o WWF (Fundo Mundial Para Natureza), o TNC (The Nature Conservancy) e Conservação Internacional. O papel destas três ONG`s internacionais cresceu muito durante os anos 90 chegando a constituir uma espécie de oligopólio da conservação, apoiado por uma logística complexa com os seus assentos em Washington e os escritórios a nível nacional. As três entidades têm um papel essencial de fiador na administração financeira, na produção de informação especializada, na divulgação das normas internacionais e na formação do pessoal nacional que atua com as áreas protegidas (KERVAN, 2005). Estas entidades encontraram na América Latina um espaço de ação privilegiado. Apesar de possuírem histórias diferentes e da competição entre elas, atualmente possuem escritórios na maioria dos países do continente signatários das convenções internacionais e têm uma relação privilegiada com a USAID (Agência Americana para o Desenvolvimento).

O autor entende que os “atores internacionais” tanto influenciam no sentido de colocar a criação de áreas protegidas na agenda e incentivá-las, quanto desenvolveram modelos de referência para isto. Os modelos de referência passaram a ser discutidos internacionalmente, e apresentaram certa “evolução” ao longo do tempo encontrando-se hoje um mosaico de “tipos de unidades de conservação” para contemplar a diversidade de propósitos para os quais são criadas. O sistema de referência desenvolvido pela IUCN distingue os seguintes tipos de categorias de áreas protegidas:

Categoria Ia: Reserva natural rígida - área destinada principalmente a pesquisas científicas e/ou monitoramento ambiental;

Categoria Ib: Área de selva - área destinada principalmente para a proteção de selva;

Categoria II: Parque nacional - área destinada principalmente para proteção de ecossistemas e recreação;

Categoria III: Monumento natural - área destinada para a conservação de características naturais específicas;

Categoria IV: Área de gestão de habitats ou espécies - Área destinada à conservação através de intervenção de manejo;

Categoria V: Paisagem terrestre e marítima protegida - área destinada para a conservação de paisagens e recreação; e

Categoria VI: Áreas protegidas para gestão de recursos - área manejada principalmente para o uso sustentável dos recursos naturais.

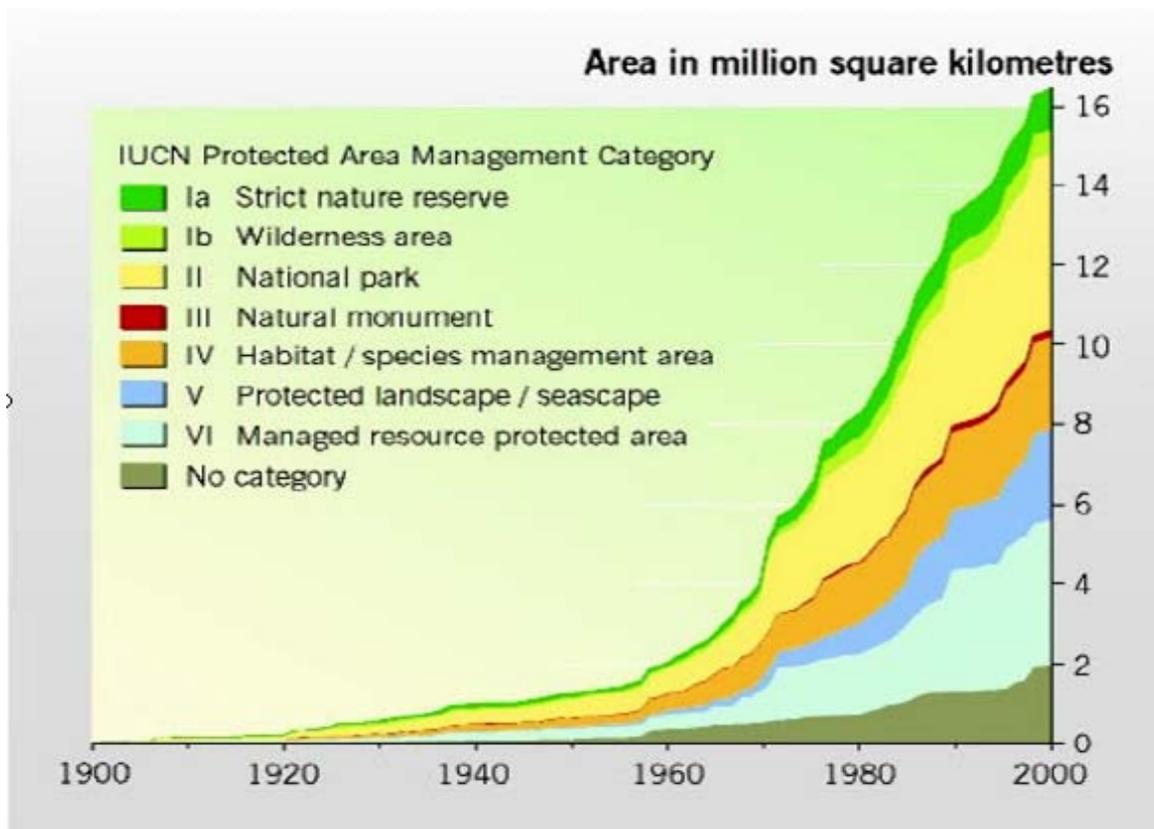


Figura 2 - Tendências da superfície terrestre sob proteção por categoria da IUCN

Fonte: UNEP, Centro de Monitoramento da Conservação Mundial

A Figura 2 evidencia que algumas categorias têm maior representatividade (em termos de área total) destacando-se os parques nacionais, tipo II, que constituem áreas de proteção integral e áreas de uso sustentável (tipo VI) onde as

restrições a intervenção humana são menos severas. É importante observar que a superfície das áreas de proteção integral (com restrições absolutas a intervenção humana) no mundo (abrangendo tipo Ia, Ib, II e III) continua se ampliando.

As avaliações da participação das áreas de proteção integral no total de áreas protegidas na América Latina a partir da base de dados da UICN são prejudicadas pelo grande número de áreas sem classificação, mesmo assim constata-se que constituem cerca de 50% das áreas protegidas com categoria identificada.

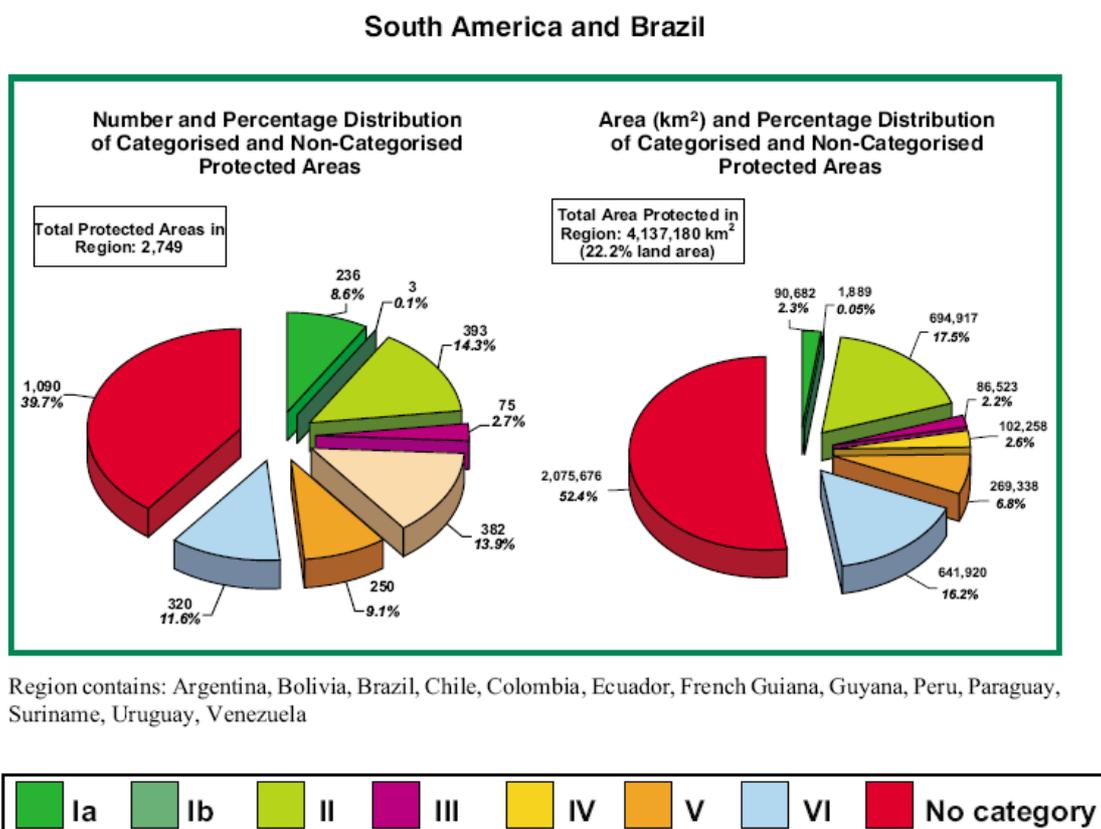


Figura 3 - Número e extensão de áreas protegidas na América do sul e Brasil

Fonte: Chape et al (2003, p. 42).

Muitos autores, analisando pelo lado econômico da questão, percebem a vida selvagem como um grande negócio, pois estes ambientes, neste caso, se apresentam para o turista como uma janela para o passado. O crescimento do mercado turístico, baseado no ecoturismo, leva os países de todo mundo a buscar

programas com a finalidade de demarcarem áreas prioritárias para a conservação (SANTOS; OLIVEIRA, 2007).

Segundo Ramashandra Guha (1997 apud SANTOS; OLIVEIRA, 2007), existem cinco grandes grupos que se beneficiam financeiramente da conservação da vida selvagem:

- I) Populações das cidades e turistas: prazer e recreação;
- II) Membros de governos: veneração de um símbolo de prestígio nacional;
- III) Organizações ambientalistas internacionais: educar as pessoas nos conceitos da biologia da conservação;
- IV) Funcionários dos serviços dos parques: benefícios provenientes da decorrência do “amor à natureza”;
- V) Biólogos: defendem a importância da vida selvagem e a preservação das espécies a favor da ciência.

Nessa argumentação de Ramashandra Guha os cinco grupos se juntam na hostilidade em relação aos camponeses, pastores e caçadores que moravam no território antes da formação das áreas protegidas. Este grupo percebe as comunidades humanas como sendo responsáveis pelas conseqüências negativas sobre o meio ambiente, e interpretam suas formas de vida como promotoras da extinção das espécies, erosão do solo, simplificação de habitats e outros processos mais sérios. O autor destaca uma crítica importante às grandes entidades conservacionistas do mundo, que é o fato de prestarem mais atenção às questões biológicas (fauna e flora) e deixarem de lado as questões humanas (SANTOS; OLIVEIRA, 2007).

Entretanto, hoje há um maior reconhecimento de que o modelo *Yellowstone* não se adapta à realidade dos países do sul, porque gera uma espécie de crise socioambiental. As populações retiradas dos parques precisam de toda uma estrutura pré-estabelecida de modo que os prejuízos provocados ao seu modo de vida sejam os menores possíveis e isto geralmente não acontece. Deste modo, avalia-se que este modelo de área de proteção proveniente de países industrializados não responde as expectativas e as percepções em torno da relação homem/natureza dos países do sul. Na explanação de Santos e Oliveira (2007) ficam evidentes as críticas ao modelo preservacionista norte-americano, onde se destacam as seguintes características:

- a) separatista: promove a dicotomia entre pessoas e parques. Segrega, desse modo, as populações tradicionais que moravam no lugar, provocando danos irreversíveis à essas comunidades;
- b) mitológico: “busca recriar o mito da natureza intocada, do paraíso perdido”;
- c) antropocêntrico: privilegia as comunidades urbanas e valoriza os seus valores estéticos religiosos e culturais; e
- d) discriminador: elege áreas de valor estético em prejuízo de outras que, com menor valor estético, são fundamentais para a manutenção dos ecossistemas.

3.2 Criação e implantação de áreas protegidas no Brasil

Segundo Medeiros (2006) existe um consenso entre vários autores em apontar o Parque Nacional de Itatiaia como a primeira área protegida do Brasil, implantada em 1937 no Rio de Janeiro. O Parque Itatiaia resultou de longos anos de debates e mobilizações iniciados no período colonial e imperial

Desde este período houve grande evolução na política de criação de áreas protegidas que, além das unidades de conservação, englobam outros tipos de áreas, como mostra Medeiros (Tabela 3)

Tabela 3 - Total de áreas protegidas no Brasil por tipologia

Tipologia	N	Extensão ¹	Área Continental do Brasil	%
Unidade de Conservação ²	682	61.875.888,68 ³		7,2
Área de Preservação Permanente	-	-		-
Reserva Legal	-	-	854.546.635,67	-
Terra Indígena	580	98.954.645,00 ⁴		11,6
Áreas de Reconhecimento Internacional	20	135.248.422,77		15,8
Total	1282	296.078.956,45	854.546.635,67	34,6⁵

Fonte: Medeiros (2006)

Cabe destacar a ampliação da área sob proteção com objetivos conservacionistas no período de 1997/ 2007 como evidencia o texto:

[...]Até 1997, haviam sido criadas 345 unidades de diferentes categorias, que protegiam aproximadamente 47,5 milhões de hectares dos ecossistemas brasileiros. Em março de 2007, o país contabilizava 596 unidades de conservação, ou 99,7 milhões de hectares protegidos – um incremento de mais de 100%. Quando somados a essa área os 575 mil hectares de reservas privadas existentes, a superfície do território brasileiro protegida por unidades de conservação ultrapassa 100 milhões de hectares. Além disso, o governo federal, com a aprovação, em 2006, do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, passou a reconhecer a importância das terras indígenas - que somam mais 105 milhões de hectares -, para a conservação da biodiversidade e vem trabalhando para fortalecer a integração dessas terras ao planejamento e à gestão da conservação no Brasil.(GONÇALVES, 2007, p.13)

A política para as áreas protegidas no Brasil passou por uma reformulação em julho de 2000, com a introdução da Lei nº 9.985 que marcou a política atual relacionada à criação e gestão de unidades de conservação. Nesta data foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC); sendo criadas 12 categorias de manejo divididas em dois grupos: o grupo das unidades de conservação de proteção integral, composto por cinco categorias, e o grupo de unidades de conservação de uso sustentável, com sete categorias (GONÇALVES, 2007), conforme Quadro 2.

Grupo de manejo	Categoria de manejo	Objetivos
Unidades de proteção integral	Estação Ecológica	Preservar a natureza e realizar pesquisas científicas
	Reserva Biológica	Preservar a biota e os demais atributos naturais existentes em seus limites
	Parque Nacional	Preservar ecossistemas naturais de relevância ecológica e beleza cênica, pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico
	Monumento Natural	Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica
	Refúgio de Vida Silvestre	Proteger ambientes naturais de forma a assegurar condições para a existência e a reprodução de espécies ou comunidades da flora e fauna residente ou migratória
Unidades de uso sustentável	Área de Proteção Ambiental	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais
	Área de Relevante Interesse Ecológico	Manter ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-la com os objetivos de conservação da natureza
	Floresta Nacional	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e pesquisa científica, com ênfase em métodos de exploração sustentável de florestas nativas
	Reserva Extrativista	Proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas tradicionais e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais
	Reserva de Fauna	Área natural com populações animais nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre manejo econômico sustentável de recursos faunísticos
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	Área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência se baseia em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, adaptados às condições ecológicas locais e que desempenhem papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	Conservar a diversidade biológica, pesquisa científica, visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais

Quadro 1 - Categorias de Unidades de Conservação e respectivos objetivos de manejo conforme SNUC.

Fonte: Lei no 9.985/2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (2000 apud GONÇALVES, 2007).

Entre as unidades de conservação verificam-se diferenças cruciais nos seus modelos de gestão. No caso das Reservas Extrativistas, que constituem uma

modalidade de unidade de conservação de uso sustentável, existem espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis pela população local, a propriedade continua nas mãos do Estado e se estabelecem contratos de concessão de uso (decreto-lei n. 271, de 28/02/87), enquanto que na **Estação Ecológica, que constitui uma unidade de conservação de proteção integral**, a legislação é mais rígida, não prevê a presença humana dentro dos limites desse tipo de Unidade de Conservação, assim não permite o auto-desenvolvimento e a liberdade de trabalho (PANZUTTI, 2003). Segundo Panzutti (2003) a Estação Ecológica é uma das categorias das unidades de conservação mais restritivas, tendo em conta que serve para conservar áreas representativas de ecossistemas naturais onde somente serão realizadas pesquisas básicas e aplicadas de Ecologia, visando a preservação do meio ambiente natural e a melhoria da educação conservacionista.

A tabela 4 permite conhecer a representatividade de cada grupo de manejo no total da área protegida.

Tabela 4 - Detalhamento do SNUC por grupo de manejo, jurisdição e condição geográfica

Grupo de manejo	Jurisdição	Nº UC	Área (ha)	Nº UC terrestres	Área (ha)	Nº UC marinhas	Área (ha)
Proteção integral	Federal	126	33.133.400	102	32.724.300	24	409.100
	Estadual	184	8.365.000	170	8.356.200	14	8.800
Totais parciais		310	41.498.400	272	41.080.500	38	417.900
Uso sustentável	Federal	162	36.469.200	134	35.412.000	28	1.057.200
	Estadual	124	21.755.800	99	21.380.000	25	375.800
Totais parciais		286	58.225.000	233	56.792.000	53	1.433.000
Totais gerais		596	99.723.400	505	97.872.500	91	1.850.900

Fontes: Atlas de Conservação da Natureza Brasileira – Unidades Federais, IBAMA, 2004; Cadastro Nacional de Unidades de Conservação/ MMA, Março 2007; CNRPPN.

A tabela 4 demonstra certo equilíbrio entre o número de unidades de proteção integral e uso sustentável, com certa supremacia da área ocupada pelas unidades

sob jurisdição federal nos dois grupos de manejo. As UCs marinhas ainda são muito reduzidas, provavelmente por se tratar de modelo mais recente.

Analisando-se os dados da tabela 5 que fornece o detalhamento do SNUC por grupo de manejo, jurisdição e condição geográfica, quanto à representatividade dos diversos biomas no grupo das unidades de conservação existentes, federais e estaduais, é possível verificar que existe disparidade entre a área da Amazônia submetida à proteção e a área dos demais biomas, com fraca expansão do bioma pantanal e zona costeira e marinha.

Tabela 5 - Extensão e percentual de unidades de conservação por bioma e grupo de manejo no Brasil

Bioma	Grupo	Proteção Integral		Uso Sustentável		Total por bioma	
		Área (ha)	%	Área (ha)	%	Área (ha)	%
Amazônia		32.524.200	7,75	41.752.600	9,94	74.276.800	17,69
Caatinga		761.700	0,92	3.819.300	4,61	4.581.000	5,53
Cerrado		5.198.500	2,55	6.566.800	3,22	11.765.300	5,77
Mata Atlântica		2.112.100	1,89	4.333.600	3,88	6.445.700	5,77
Campos Sulinos (Pampas)		143.500	0,80	319.800	1,79	463.300	2,59
Pantanal		340500	0,02	-	-	340.500	0,02
Zona Costeira e Marinha		417.900	0,10	1.433.000	0,37	1.850.900	0,47

·Não inclui as Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, março de 2007.

A tabela 6 apresenta a representatividade de cada categoria de manejo, onde se evidencia a importância das áreas de proteção integral, com significativo número de UC's do tipo Estações Ecológicas e parques nacionais. Na ótica de Barbosa e Santos (2008) as unidades de conservação de uso restrito vêm ganhando espaço nas políticas públicas.

Tabela 6 - Número e área de unidades de conservação por categoria da IUCN e sua equivalência segundo o SNUC.

Categoria IUCN	Categorías equivalentes do SNUC	Nº de UCs	Área bajo protección (ha)
Ia	Reserva Biológica	40	4.013.700
	Estación Ecológica	78	7.723.800
Ib	No existe categoría equivalente no SNUC	-	-
II	Parque (Nacional y Estadual)	184	29.474.300
III	Monumento Natural	03	29.600
	Refugio de Vida Silvestre	05	256.900
IV	Área de Relevante Interés Ecológico	24	55.800
	Reserva Particular do Patrimonio Natural	743	575.000
V	Área de Protección Ambiental	111	19.583.300
VI	Reserva Extractivista	54	10.638.500
	Reserva de Desarrollo Sostenible	13	9.572.300
	Floresta (Nacional y Estadual)	84	18.375.100
	Reserva de Fauna	0	0

Fontes: Atlas de Conservação da Natureza Brasileira – Unidades Federais, Ibama 2004; Cadastro Nacional de Unidades de Conservação/ MMA, março 2007; CNRPPN.

3.3 Impactos sociais relacionados à implantação de áreas de proteção integral no Brasil

A questão das populações humanas tornou-se um tema central na discussão das áreas protegidas em todo mundo. No cenário das UCs brasileiras, sobressai o conflito das populações humanas com órgãos da administração pública em áreas naturais protegidas integralmente.

Na ótica de Barbosa e Santos (2008) as unidades de conservação de uso restrito tem aumentado a pressão sobre populações locais nessas áreas, por não apresentarem mecanismos efetivos de gestão sustentável, forçando essas populações a abandonarem suas propriedades ao restringirem o uso dos recursos naturais existentes nestas áreas e no entorno. Nessa ótica as unidades de conservação acabam se tornando parte de um processo de invisibilidade e encurralamento das populações locais.

Fleury e Borba (2007) entendem que a legislação brasileira sobre as unidades de conservação, em muitos casos é muito rígida, mesmo quando a população comprovadamente não causa impactos, como nos casos de reduzida densidade populacional, ela é retirada pelas obrigações da legislação. Esse propósito gera conflitos no processo da implantação, gestão e manutenção dessas áreas. Devido a

incompatibilidades no convívio com as comunidades locais, as áreas protegidas muitas vezes representam restrições às populações que antes moravam nas regiões onde são implementadas, levando a desintegração de comunidades realocadas, perdas culturais e implicações negativas para a biodiversidade.

Simon (2003) estudando o caso do Parque Estadual da Serra da Tiririca avalia que a razão que credencia os atores para o conflito é o fato de estarem submetidos às novas regras de uso e apropriação dos recursos, normas voltadas para o “não uso”. Assim, as novas regras de uso e de apropriação e o eventual desenho do espaço enquanto espaço público estão na base dos conflitos sócio-ambientais nas unidades de conservação. O mesmo autor acrescenta que a perda do direito de usar, usufruir e abusar da propriedade resulta da nova dinâmica estabelecida para o ambiente.

Arruda (1997) estudando as relações entre as comunidades tradicionais e as unidades de conservação aponta que, historicamente, as populações envolvidas nas áreas de conservação parecem invisíveis para o poder público, que se prende às concepções ambientais tecnicistas e inadequadas, ignorando outra saída além do padrão vigente. As populações são convidadas a proteger e respeitar o meio ambiente, mas suas principais atividades para a subsistência como a caça, a pesca, agricultura são transformadas em crime. Mesmo que não residam na área elas são impedidas de tirar a lenha para cozinhar, para a construção de suas residências, etc.. Não se leva em consideração que as populações locais são as principais responsáveis pela preservação da área em questão. Em certos casos, as comunidades passam a enxergar os recursos naturais da região como se estivessem perdidos para elas, levando-os a praticar formas de manejo dos recursos que causam a deterioração ambiental. (ARRUDA, 1997) Nas colocações de Arruda (1997) fica evidente que não é reconhecida a identidade sócio-cultural das populações tradicionais, elas ficam desprovidas do seu modo de sobrevivência habitual e desse modo passam a enveredar por práticas destrutivas para o meio ambiente como estratégia para garantir sua subsistência e evitar a miséria. Desse modo, aumentam situações em que os objetivos de conservação não são atingidos e as populações locais são criminalizadas e, ao mesmo tempo, privadas de usufruir dos recursos naturais de forma sustentável e garantir sua sobrevivência. Nesse âmbito, são privilegiados os grupos que comercializam irregularmente os bens de

extração clandestina, deixando-se de lado a conservação da bio e sócio-diversidade, a credibilidade e anuência dos ideais da preservação dos recursos naturais.

Arruda (1997) indica que os impactos não se limitam ao nível local de modo que as restrições resultantes da criação de áreas de proteção integral têm contribuído para o descontentamento crescente. A aplicação de modelos de gestão de áreas protegidas que não respeitam a participação comunitária em países do terceiro mundo, traz um conjunto de conseqüências desagradáveis tais como, agravamento das condições de vida das comunidades locais; aumento das multidões em situação de miséria e a proliferação de favelas, crescimento da degradação ambiental e destruição florestal, pois quando populações são expulsas passam a ocupar e derrubar novas áreas para residência ou sobrecarregam as áreas ainda acessíveis (ARRUDA, 1997). Conforme o autor, na situação do Brasil, país com sérios problemas de desemprego urbano, estrutura fundiária superconcentrada, distribuição de renda desigual, esse modelo tem acelerado o agravamento do conflito rural (ARRUDA, 1997).

Uma vez que o modelo de áreas protegidas "intocáveis" se espalhou principalmente nos países do Terceiro Mundo, suas conseqüências foram desastrosas para as "populações tradicionais" de extrativistas, pescadores, índios, mesmo que a relação com a natureza destes povos não seja tão perversa quanto a pressuposta pelos primeiros "ideólogos" preservacionistas.(DIEGUES, 2001).

3.4 Os conflitos sociais e suas repercussões sobre os propósitos de conservação

As dificuldades na implantação e gestão de áreas de proteção integral vêm sendo apontadas por diversos autores há algumas décadas. Arruda, em 1997, avaliava que a legislação ambiental não é cumprida totalmente como resultado das pressões de grupos econômicos, da organização das populações locais, dificuldades operacionais, financeiras e políticas que afetam a fiscalização e manejo destas áreas.

Benatti, em 1998, apontava que nas Unidades de Conservação de uso indireto no Brasil não se estava conservando nem 1,8% dos biomas brasileiros.

Acrescentava que boa parte das áreas protegidas criadas não foram efetivamente implantadas, não passavam de “unidades de conservação no papel”, pois a maioria das unidades de proteção integral apresentava problemas (53,4%). Benatti (1998) apontava como os problemas principais: a existência de terras ainda não totalmente regularizadas, demarcadas, falta de equipamentos e de funcionários suficientes para fiscalizar e administrar a área; existência de planos de manejo e de gerenciamento em apenas poucas unidades e presença de populações humanas dentro das áreas protegidas.

Estudos mais recentes reforçam a noção de incompletude dos processos de implantação de unidades de conservação de proteção integral. Destacam o impacto negativo de variáveis como a caça, a pesca, espécies exóticas invasoras, influência externa, incêndios, expansão urbana, presença de populações humanas, pastagens, construção de infra-estruturas, conforme resume a tabela 7 para o caso das Estações Ecológicas e Reservas Biológicas federais.

Tabela 7 - Síntese dos parâmetros de análise de atividades que impactam negativamente nas Estações Ecológicas e Reservas Biológicas federais no Brasil.

Atividade impactante	Criticidade de pressão \geq média	Criticidade de ameaça \geq média	Frequência de pressão \geq média	Frequência de ameaça \geq média	Tendência positiva de aumento da pressão	Probabilidade positiva de ocorrência como ameaça
Caça	+	+	+	+	+	+
Espécies exóticas invasoras	+	+	+	+	+	+
Influências externas	+	+	+	+	+	+
Pesca	+	+	+	+	+	+
Incêndios de origem antrópica	+	+	+	+		+
Expansão urbana	+	+			+	+
Presença de populações humanas	+			+	+	+
Pastagens	+				+	+
Construção de infra-estruturas		+		+	+	+
Conversão do uso do solo						+
Disposição de resíduos					+	+
Processos seminaturais					+	+
Turismo e recreação					+	
Coleta de produtos não-madeireiros					+	+
Extração de madeira						+
Mineração						

Fonte: IBAMA; WWF-Brasil (2007, p.30-31)

* O sinal “+” é indicado quando o parâmetro analisado apresenta valor maior que a média alcançada em cada atividade impactante, tanto para as pressões (atividades ocorridas nos últimos cinco anos) quanto para as ameaças (atividades que poderão ocorrer nos próximos cinco anos).

Segundo Vivacqua e Vieira (2005) o crescimento dos conflitos nas unidades de conservação pode gerar perdas irreparáveis em médio e longo prazo, por outro lado, eles são fundamentais para promover oportunidades de colocar em cena atores sociais locais historicamente marginalizados dos processos de tomada de decisão. As pesquisas realizadas têm evidenciado que os custos sociais e ecológicos da criação de áreas de proteção integral levam muitas comunidades locais a burlar as leis e desrespeitar as regras estabelecidas pelos sistemas de gestão.

Segundo vários autores o aumento significativo das áreas protegidas no Brasil têm sido acompanhado pelo crescimento dos conflitos nessas áreas.

Os estudos realizados mostram que processo de implantação das áreas protegidas não está consolidado, procurando-se continuamente alternativas para que os processos sejam menos conflituosos, assegurando a preservação com poucos danos à comunidade local. As áreas de proteção integral são potencialmente mais conflituosas, pelas restrições absolutas ao uso dos recursos na área preservada e restrições de uso no entorno. Isto se agrava em países como o Brasil, pois grande parte da população rural depende da exploração dos recursos naturais para o seu desenvolvimento e a criação destas áreas ao mesmo tempo que estabelece restrições, não resulta automaticamente na disponibilização de outras formas de sobrevivência aos afetados.

4 “PROMESSAS” E “AVANÇOS” DOS NOVOS MODELOS DE GESTÃO DE ÁREAS DE PROTEÇÃO INTEGRAL

Para Buckles e Rusnak (2000, p.1) os conflitos por recursos naturais tais como a terra, a água e os bosques estão presentes em todas as partes e, embora possam ser considerados desejáveis (na medida em que são motor da mudança social), podem também desencadear situações sociais indesejáveis como a violência, a marginalização de grupos sociais ou mesmo a aceleração da degradação de áreas que se desejava proteger.

Um conjunto de autores argumenta que o Estado, em sua intervenção orientada à implementação da política ambiental, tem promovido ou acentuado conflitos pré-existentes e indesejáveis. Isso seria particularmente evidente no caso da política de implantação de áreas protegidas, especialmente unidades de proteção integral, como foi abordado no capítulo anterior. Para Vivacqua e Viera (2005) o crescimento dos conflitos em unidades de conservação é associado ao estabelecimento de normas carentes de legitimidade, que colocam em risco a sobrevivência das comunidades locais e a sustentabilidade dos recursos.

Frente a este contexto têm sido discutidas algumas alternativas que implicam maior atenção às relações com as comunidades locais e revisão do modelo de criação e gestão de áreas protegidas. Vivacqua e Viera (2005), por exemplo, colocam que a incapacidade de resolução de conflitos socioambientais em áreas protegidas tem mostrado a necessidade de se rever o modelo de gestão das unidades de conservação vigente no Brasil.

O presente capítulo tem por objetivo expor as alternativas que vem sendo apresentadas para a harmonização dos interesses de conservação e desenvolvimento na criação e gestão de áreas protegidas. Expõe-se, inicialmente, o diagnóstico apresentado por autores quanto ao modelo tradicional de gestão de áreas protegidas para, posteriormente, apresentar as alternativas e medidas adotadas no Brasil.

4.1 O modelo tradicional de gestão das áreas protegidas e seus limites

Para Marangon e Agudelo (2004) a legislação ambiental é criticada no Brasil por desconsiderar o saber tradicional. Os autores colocam que muitas vezes a política ambiental relativa as unidades de conservação tem se revelado autoritária e presa às informações contidas nas ciências naturais, deixando de lado outros componentes da realidade, como os processos sociais e culturais predominantes. Pimbert e Pretty (2000 apud VIVACQUA; VIEIRA, 2005) tomando por base experiências internacionais colocam que as práticas de gestão de UC continuam sendo dominadas pelos especialistas em Biologia da Conservação. Esclarecem que nos trabalhos de consultoria, os biólogos tendem a ignorar a importância dos conhecimentos locais e, por implicação, da participação autêntica das comunidades locais nos processos de tomadas de decisão no planejamento, na implementação e no monitoramento das áreas protegidas.

Marangon e Agudelo (2006) colocam que a legislação ambiental frequentemente remete a um universo doutrinário jurídico nem sempre sensível às questões socioambientais, por outro lado, estes dispositivos e normas encontram várias barreiras no momento da sua implementação. Benatti (1998) aponta a **política autoritária** na criação de unidades de conservação como sendo responsável pela *colisão* de dois direitos fundamentais garantidos constitucionalmente: o direito cultural e o natural (art. 215 e 225, respectivamente). Segundo este autor esse fenômeno ocorre quando “o exercício de um direito fundamental por parte do seu titular colide com o exercício do direito fundamental por parte de outro titular. O autor ressalta que não se trata de um cruzamento ou acumulação de direitos (como na concorrência de direitos), mas de um ‘choque’, um autêntico conflito de direitos”. Realça que se trata de um conflito dos direitos fundamentais e bens jurídicos das populações tradicionais (patrimônio cultural e natural). Estes conflitos entre normas legais estão presentes na legislação ambiental. Para Marangon e Agudelo (2006) a legislação ambiental brasileira mesmo que configure como uma das mais avançadas do mundo, na prática trabalha com dispositivos e normas virtualmente conflituosos. Nestas circunstâncias, historicamente a legislação ambiental procura se viabilizar por uma postura autoritária toda dependente de fiscalização repressiva, não dispondo de suporte

técnico-científico nem de legitimidade social entre a população local, como aponta Arruda (1997).

Marangon e Agudelo (2004) também identificam que a Lei Ambiental caracteriza-se por ser implementada sem um adequado processo de educação ambiental e sem disponibilizar alternativas de produção que permitam uma agricultura de subsistência sustentável (exemplos: melhoria do solo com adubos orgânicos, demarcação de áreas possíveis ao cultivo, rotatividade de culturas e fomento a outras fontes de renda, como o turismo). Assim, em alguns casos estudados a implementação da Lei Ambiental forçou restrições que resultaram em impactos negativos sobre a população, estendendo-se sobre o próprio ambiente que se pretendia conservar (MARANGON; AGUDELO, 2004). Avalia-se que as normas que causam restrições de uso dos recursos naturais e à manutenção dos modos de vida tradicionais, na ausência de uma política orientada de desenvolvimento sustentável, aceleraram a desagregação da economia e cultura autóctones levando a perda dos conhecimentos ecológicos originais da população e a um comportamento contrário aos objetivos conservacionistas (MARANGON; AGUDELO, 2004).

A procura por novos modelos que buscam rever as relações entre as várias culturas e comunidades com os recursos naturais, favorecendo o alcance dos propósitos de conservação em áreas protegidas é contínua e, cada vez mais, cresce o reconhecimento da importância das comunidades na conservação da biodiversidade que caracteriza os locais onde residem.

4.2 Os “novos modelos” de gestão

Ao tratar-se da questão dos “novos modelos” convém considerar, com Kervran (2005, p.72) que : “Le secteur de la conservation, qui es fortment domine par la gestion des reserves naturelles, est particulièrement marque par le phenomene de convergence des politiques dans lês differents pays.” Tendo em vista que as deficiências abordadas na seção anterior para o caso brasileiro são observadas também em outros países, a questão da conciliação entre propósitos de conservação e desenvolvimento passou a ser discutida em fóruns internacionais.

Neste sentido as preocupações com populações tradicionais são alvo de atenção também em fóruns internacionais. No V. Congresso Mundial de Parques, por exemplo, os participantes insistiram na necessidade de se obter maior clareza relativamente à posse da terra e dos recursos naturais, o que consideram imprescindível para manutenção da biodiversidade assim como a distribuição justa e eqüitativa dos benefícios da conservação (SCHERL et al., 2006). Agindo assim, se estaria de acordo com as sugestões do Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2000/2001 que chamam atenção para ações de redução efetiva da pobreza, apontando a necessidade de se potenciar a resistência da população pobre, através da criação de mais postos de trabalho e incremento da renda; abrindo mais possibilidades para a participação no processo de tomada de decisão em todos os níveis das instituições envolvidas nas suas vidas; diminuindo sua vulnerabilidade às intempéries da natureza, epidemias e crises financeiras, desse modo lhes garantindo maior segurança (SCHERL et al., 2006).

Diversos autores têm defendido a maior participação da população na gestão das unidades de conservação.

Scherl et al. (2006), em texto para UICN, recomendam que os grupos de gestão trabalhem para fortalecer a capacidade de incorporar as questões sociais na conservação, no sentido de promover políticas e condições que promovam a plena participação dos diversos atores sociais na conservação ambiental. Consideram que esta é uma abordagem com grande potencial para a consecução da almejada utilização sustentável e equilibrada dos recursos naturais.

No Brasil, a questão da participação da população já era reivindicada há tempos. Arruda (1997) colocava que a legislação ambiental, vinha ignorando um dos caminhos possivelmente mais indicados para atingir os objetivos conservacionistas preconizados ao desprezar o potencial da diversidade cultural que, historicamente, favoreceu a riqueza dos ecossistemas habitados. Nessa ótica a inclusão da visão das populações rurais no modelo de conservação, teria que ter em conta o reconhecimento da sua identidade sócio-cultural, a valorização de seus conhecimentos, a melhoria das suas condições de vida e a garantia de sua participação na construção de uma política de conservação ambiental mais abrangente e sustentável. Na ótica de Arruda (1997) a participação comunitária deve se estender à definição da área protegida e à gestão, considerando-se, assim, o interesse de todos intervenientes. Isto implicaria preconizar a adoção de uma

participação mais ativa, avançar de uma participação consultiva para mais interativa e com repartição de poder. Neste contexto, no entendimento do autor, os profissionais da preservação e outras pessoas externas deveriam assumir novos papéis, de modo a garantir a participação genuína das comunidades na concepção, desenho, manejo e avaliação de áreas de conservação. Esta nova visão requereria uma nova postura dos profissionais perante as novas teorias, valores, comportamentos e métodos. Isso levaria os governos a adotarem modelos que repartem o poder com as comunidades.

Marangon e Agudelo (2003) refletindo sobre a situação de áreas de proteção ambiental também destacam a importância da participação das comunidades locais na gestão de unidades de conservação, pois para os autores não se pode exigir que populações inseridas nessas áreas não beneficiem das suas possibilidades de desenvolvimento, uma vez que todos almejam uma vida melhor, pretendem melhores serviços públicos básicos (como saúde, educação) e querem acesso a recursos comercializáveis. Para que tal aconteça é imprescindível a compatibilização do uso dos recursos naturais com o saber da população local de modo que ambos sejam respeitados na busca da sustentabilidade das UCs.

Soares et al (2002, p.92) refletindo sobre experiências de unidades de conservação integral colocam:

É necessário lidar com a complexidade das situações que envolvem conservação da biodiversidade e populações humanas; o que acontece fora da unidade de conservação influencia o que se quer conservar em seu interior; quanto mais participação, organização e informação, menos conflituosa e mais eficiente é a gestão da unidade; e quanto mais alternativas para a geração de renda das comunidades locais, maior sucesso na conservação da biodiversidade tem sido obtido.

Outros autores ressaltam a necessidade de indicar alternativas econômicas para a comunidade local. Para Diegues (1996) para se alcançar um modelo gestão mais harmonioso para todas as partes envolvidas, é preciso não priorizar apenas a repressão, necessitando-se de exemplos de convívios bem sucedidos entre as pessoas e a natureza. Para o autor, para tornar as unidades de conservação mais adaptadas às novas situações emergentes é importante criar mecanismos para que os métodos tradicionais de manejo dos recursos naturais sejam valorizados, renovados e até reinterpretados.

4.2.1 O co-manejo como modelo de referência para a participação na gestão

O co-manejo apresenta-se como o novo modelo de gestão de áreas protegidas com a participação de profissionais e populações, esperando-se que resulte em uma preservação ambiental mais apropriada. Scherl et al (2006) entendem que este modelo pode proporcionar meios eficazes para lidar com os interesses e as relações complexas e que pode promover a participação de grupos e comunidades que são frequentemente marginalizadas nos modelos convencionais de gestão de recursos e processos de desenvolvimento. Segundo Pimbert e Pretty (2000 apud VIVACQUA; VIEIRA, 2005) no novo paradigma da pesquisa transdisciplinar a palavra-chave é *co-gestão* ou *co-manejo*: uma configuração de parceria onde o governo, as comunidades envolvidas localmente, os atores externos (organizações não-governamentais, universidades e institutos de pesquisa) e outros atores sociais compartilham responsabilidades e autoridade para tomadas de decisão na procura de gestão integrada dos recursos. As autoras acrescentam que se o manejo das UCs apresenta como finalidade garantir a conservação em longo prazo, sem omitir a preocupação pela redução das desigualdades sociais, seria necessário abrir gradativamente espaços para uma participação capaz de permitir o exercício da cidadania completa.

Para Pimbert e Pretty (1997) os dados disponíveis mostram que quando existe uma mudança do comportamento dos atores externos e se aposta em métodos participativos, as comunidades rurais exibem grande capacidade de apresentar e analisar informação e uma criatividade surpreendente de fazer diagnósticos, planejar, manejar e avaliar. Podem ser consideradas especialistas de suas realidades imediatas, tanto que conhecem o seu meio ambiente, a complexidade e diversidade do seu estilo de sobrevivência.

O novo modelo conservacionista pressupõe participação e assim novas habilidades para os profissionais envolvidos e comunidades locais na gestão das áreas protegidas. Esse fato condiciona maior ênfase de treinamento em comunicação em relação às habilidades técnicas, é necessário que se formem equipes de trabalho multi e pluridisciplinares, que incluam as comunidades locais tendo em conta as questões de gênero e de geração. O treinamento deve levar ao

desenvolvimento das capacidades de julgamento e habilidades interpessoais através do uso de métodos participativos. Esse treinamento deve ser ele próprio participativo e baseado na ação; reconhecendo-se que essas mudanças certamente afetariam as técnicas usadas nos treinamentos convencionais (CHAMBERS, 1992 apud PIMBERT; PRETTY, 1997).

Este novo conceito exigirá enormes mudanças nos profissionais, populações, políticas e instituições. A gestão em colaboração entre todos os atores envolvidos (caso das comunidades locais, técnicos profissionais, entidades do governo, ONGs ou empresas particulares) tendem a garantir que as comunidades locais consigam maior participação na tomada de decisão e recebam maiores benefícios das áreas de conservação. Mas, para que tal aconteça é necessário que as iniciativas de preservação comunitária funcionem ancoradas em uma política e legislação de meio ambiente que preconize a passagem, para a comunidade local, de uma parte considerável de autoridade e responsabilidade em relação aos recursos naturais (SCHERL et al. , 2006)

Segundo Galvin e Haller (2008) embora alguns projetos de participação tenham tido sucesso, pelo menos no papel, **o fracasso de muitos desses projetos com uma abordagem baseada em participação** conduziu a uma constelação problemática na administração das unidades de conservação. O maior entrave neste assunto se relaciona ao acesso legal aos recursos, direitos de propriedade, segurança para usufruir do recurso, autorização e participação verdadeira na tomada de decisão, de modo que estes são considerados fatores chaves para existência ou mitigação dos conflitos socioambientais em unidades de conservação.

Vivacqua e Vieira (2005) recomendam o desenvolvimento de pesquisas com foco na gestão de conflitos, que possam oferecer subsídios importantes para a construção de um sistema de gestão baseado na procura de soluções negociadas, mediadas por um ideal regulativo que privilegia a transmissão intergeracional dos recursos comuns a todos os atores sociais envolvidos.

Buckles e Rusnak (2000), trabalhando com questão dos conflitos no manejo de recursos naturais, colocam que os conflitos só são resolvidos completamente quando são eliminadas as fontes subjacentes de tensão entre as partes. Por outro lado acrescentam que para os que vêm o conflito como uma característica normal e positiva das sociedades humanas, o conflito não deveria ser eliminado totalmente por meio de "solução" mas, administrado de tal modo que não conduza à violência,

mas seja suficiente para provocar uma mudança. Assim, a gestão do conflito requer uma intervenção para reduzi-lo quando é excessivo, ou uma intervenção para promove-lo quando é muito pequeno.

Buckles e Rusnak (2000) apontam que os mecanismos locais podem constituir meios eficientes de controlar conflitos mas nem sempre o são, especialmente quando os conflitos tem múltiplas dimensões e intensidade crescente. Os autores reconhecem que alguns mecanismos locais podem bloquear o desenvolvimento equilibrado e sustentável na medida em que colocam o poder de decisão na mão de elites locais e também que as decisões podem ser refutada legalmente, por outro lado julgam que o conhecimento e o respeito a estes mecanismos é importante porque reflete respeito à cultura local. Para os autores é importante dedicar atenção às estratégias locais porque a diversidade que ostentam propicia debates metodológicos abertos a outras vozes e experiências (BUCKLES; RUSNAK, 2000).

4.3 Mudanças nos modelos de gestão das UC no Brasil

No Brasil apenas a partir das duas ultimas décadas do século XX, debates importantes foram desenvolvidos com a preocupação de rever a estrutura de regulação à implantação e gestão das unidades de conservação. Tais debates assumiram maior expressividade durante a ECO/92, realizada em 1992 na cidade do Rio de Janeiro, evento em que os debates acerca da temática ambiental como política pública envolveram governos e entidades da sociedade civil (BARBOSA; SANTOS, 2008).

Estes debates refletiram-se em mudanças significativas da política para unidades de conservação, que ocorreram no ano 2000 quando criaram-se diversos mecanismos para assegurar maior participação da população na criação e gestão das unidades de conservação

4.3.1 Mecanismos para participação na gestão das UCs no Brasil

Em 18 de Julho de 2000 foi sancionada a lei Nº 9.985¹⁶ que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e estabelecia critérios e normas para criação, implantação e gestão das unidades de conservação. A participação das populações locais está salvaguardada em preceitos expressos nos capítulos II e IV. No artigo 5 do capítulo II com respeito a participação coloca-se que devem ser seguidas diretrizes que:

II - assegurem os mecanismos e procedimentos necessários ao envolvimento da sociedade no estabelecimento e na revisão da política nacional de unidades de conservação;

III - assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação;

V - incentivem as populações locais e as organizações privadas a estabelecerem e administrarem unidades de conservação dentro do sistema nacional;

VIII - assegurem que o processo de criação e a gestão das unidades de conservação sejam feitos de forma integrada com as políticas de administração das terras e águas circundantes, considerando as condições e necessidades sociais e econômicas locais;

IX - considerem as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;

X - garantam às populações tradicionais cuja subsistência dependa da utilização de recursos naturais existentes no interior das unidades de conservação meios de subsistência alternativos ou a justa indenização pelos recursos perdidos

Assim, a política prevê a participação da população em diversas instâncias e formas: na elaboração da política nacional, na criação, implantação e gestão das unidades de conservação e no estabelecimento e administração de unidades de conservação. Revela-se, ainda, especial preocupação com as populações locais, especialmente as populações tradicionais prevendo-se a integração e

¹⁶Presidência da República. Brasília. Jul. 2000 disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf>. acesso em 20 Jun.2009.

compatibilização das políticas públicas regionais e com a justa indenização e viabilização de alternativas econômicas para os grupos sociais afetados pela criação das unidades de conservação.

O capítulo IV apresenta artigos com regulamentação relativa à criação de unidades de conservação, preconizando-se:

2º A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento.

3º No processo de consulta de que trata o 2º, o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas.

4º Na criação de Estação Ecológica ou Reserva Biológica não é obrigatória a consulta de que trata o 2º deste artigo.

Deste modo a lei assegura a participação das comunidades locais durante as fases de diagnóstico e formulação do projeto, mas na prática, como indicam estudos, nem sempre as entidades respeitam estes direitos adquiridos pelas comunidades, faltam esforços para que a legislação seja cumprida na íntegra.

No que se refere a gestão, ressalta-se a importância da elaboração de Plano de Manejo e do estabelecimento de Conselhos de Gestão. No que se refere ao Plano de Manejo coloca-se:

Art. 27. As unidades de conservação devem dispor de um Plano de Manejo.

§ 1º O Plano de Manejo deve abranger a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

§ 2º Na elaboração, atualização e implementação do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas, das Reservas de Desenvolvimento Sustentável, das Áreas de Proteção Ambiental e, quando couber, das Florestas Nacionais e das Áreas de Relevante Interesse Ecológico, será assegurada a ampla participação da população residente.

Estes dois instrumentos são fundamentais para a integração das comunidades na gestão da UC's, pois criam uma base legal para a integração das

comunidades nessas áreas. Por outro lado, diversos autores reconhecem que na prática estas normas ainda não estão sendo seguidas por todas as UC`s, mas existe o mérito em se legitimar legalmente a participação no processo de gestão, o que pode vir a reduzir os conflitos nessas áreas.

No que se refere ao Conselho, coloca-se:

Art. 29. Cada unidade de conservação do grupo de Proteção Integral disporá de um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil, por proprietários de terras localizadas em Refúgio de Vida Silvestre ou Monumento Natural, quando for o caso, e, na hipótese prevista no § 2º do art. 42, das populações tradicionais residentes, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade.

A composição e atuação do Conselho de Gestão é regulamentada por normativa posterior, de 2002, onde é detalhado o papel do Conselho. No artigo 20 do capítulo V coloca-se:

. Art. 20. Compete ao conselho de unidade de conservação:

I - elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;

II - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;

III - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;

IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;

V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;

VI - opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;

VII - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;

VIII - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos; e

IX - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso.

A Lei nº 9.985/2000, que criou o SNUC, permite, então, a participação da sociedade civil e de populações locais - inclusive indígenas, nos casos que habitam a zona de amortecimento das unidades de proteção integral -, na gestão de unidades de conservação de proteção integral por meio dos Conselhos. Para os casos das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, a participação das comunidades locais ocorre através dos conselhos deliberativos. No sentido complementar, o Decreto nº 4.340/2002, que regulamentou o SNUC, assegura a participação de representantes de associações indígenas na gestão unificada de mosaicos de unidades de conservação, através de um Conselho de Mosaico, de caráter consultivo (GONÇALVES, 2007).

4.3.2 Primeiras avaliações dos “avanços” possibilitados pelos “novos modelos”

Ao instituir o SNUC, o imperativo de planejamento, de investimentos em capacitação e infra-estrutura, de controle e gestão corretos, de participação da comunidade local e regional nos benefícios econômicos desse mercado passam a ser vistos como questões essenciais para o setor. Na linha das diretrizes do SNUC, devem ser formados os conselhos, ser elaborado um zoneamento e um plano de manejo das áreas preservadas, com a participação efetiva das comunidades locais. A partir deste novo marco legal, vem sendo criados conselhos e definidos planos de manejo, entretanto, segundo relatos de diversos autores, ainda não se alcançou uma situação desejável de formação de conselhos ativos e definição de planos de manejo em todas as UCs. Assim, a diversidade cultural vêm sendo incorporada, mas de forma ainda incipiente, nas políticas de conservação da biodiversidade (VIVACQUA; VIEIRA, 2005).

Outro aspecto que merece destaque são as recentes mudanças institucionais. Desde 1989, quando foi criado, o IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (uma entidade autárquica de regime especial dotada

de personalidade jurídica de direito público e vinculada ao Ministério do Meio Ambiente)¹⁷ passou a ser o gerenciador da questão ambiental, responsável por formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional do Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis (IBAMA; WWF-BRASIL 2007).¹⁸ De acordo com novas orientações do SNUC, a partir de abril de 2007, com o advento da Medida Provisória nº 366, a gestão das unidades de conservação federais de proteção integral e de uso sustentável passou a ser de responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade que tem como finalidade:

a) executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção, fiscalização e monitoramento das unidades de conservação instituídas pela União;

b) executar as políticas relativas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável instituídas pela União;

c) fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;

d) exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União;

e) promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidos, programas recreativos, de uso público e de ecoturismo nas unidades de conservação, onde estas atividades sejam permitidas.¹⁹

¹⁷ Este órgão resultou da fusão entre quatro entidades que trabalhavam na área ambiental: Secretaria do Meio Ambiente - Sema, Superintendência da Borracha - Sudhevea, Superintendência da Pesca - Sudepe e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF.

¹⁸ Segundo Gonçalves (2007), em 1997 o IBAMA publicou o "Marco Conceitual das Unidades de Conservação Federais do Brasil", onde cada categoria de manejo integrava diversos tipos de uso público. A publicação afirma o objetivo de promover a participação das comunidades locais nas atividades de ecoturismo, visando melhorar a qualidade de vida através da criação de mecanismos que resultem no uso da mão-de-obra local, ao desenvolvimento das potencialidades das comunidades, o apoio à criação de pequenas empresas de serviços ligados ao ecoturismo e estímulo à produção de artesanato.

¹⁹ Segundo o IBAMA e WWF-BRASIL (2007) o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é responsável pela gestão de 290 unidades de conservação distribuídas em todo o Brasil, compreendendo cerca de 8% do território nacional, onde 126 unidades de conservação são de proteção integral e 164 de uso sustentável. No primeiro grupo perfazem 4% da extensão do território, 62 parques nacionais, 29 reservas biológicas, 32 estações ecológicas, 3 refúgios de vida silvestre. O grupo de unidades de conservação de uso sustentável, que também abrange aproximadamente 4% do território nacional, é composto de 31 áreas de proteção ambiental, 17 áreas de relevante interesse

Doralice Pereira (2007) apud Barbosa e Santos (2008) abordando a concepção e gestão das UC's brasileiras assinala que este processo tradicionalmente ocorre de forma centralizada com decisões "de cima para baixo", limitando a participação pública. O número excessivo de categorias de unidades de conservação não garante a proteção desses espaços, talvez por muitos se encontrarem sem um plano de manejo. Na avaliação de Barbosa e Santos (2008) o órgão executor da Política Nacional de Meio Ambiente no Brasil, criado em 1989-IBAMA, responsável pela gestão das UCs federais até 2007, não vinha se revelando à altura dos desafios envolvidos na gestão de áreas protegidas, assumindo uma postura autoritária, com viés preservacionista e avessa à participação das populações locais no processo de gestão (BARBOSA; SANTOS, 2008).

Com o decorrer do tempo a ação cotidiana das instituições públicas ligadas as UCs tem colocado seus agentes em uma situação social de conflito com os moradores dessas áreas sob proteção legal. Os processos de consulta para criação de UC são especialmente ilustrativos destes conflitos. Projetos de preservação elaborados em gabinetes fechados, debatidos e referendados muitas vezes em fóruns internacionais, no momento de serem implantados, foram severamente politizados, movimentando vários atores; alguns preservacionistas acabaram revendo suas posições e conceitos e, essencialmente os moradores, em sua maioria sem uma prévia experiência importante de participação política, transformaram-se bruscamente em intervenientes ativos do processo (CARDOSO, 2006).

Segundo Barbosa e Santos (2008) freqüentemente a participação das populações locais abrangidas por unidades de conservação ocorre de maneira passiva, limitando-se a uma simples transferência de informações ou participação apenas por consulta, de modo que não se verifica uma participação efetiva da população com a incorporação dos valores preservacionistas em sua cultura, o que facilitaria um manejo participativo e democrático dos recursos ambientais. Entende-se que em muitos casos a participação da população parece ser ainda menor pois as populações locais só ficam sabendo que sua propriedade está inserida dentro de uma unidade de conservação depois de sua criação.

Outros conflitos referem-se a questão das medidas compensatórias. Em muitos casos em que há geração de recursos (pela visitação, etc) resultantes da criação

das unidades de conservação, estes são aplicados em regiões bem distantes; de modo que esse fator cria uma revolta e não aceitação dessas unidades pelas populações afetadas. Ainda, identifica-se uma recusa por parte dos grupos locais de aceitar o processo de implantação de algumas UC`s apoiando-se no fato de que são criadas unidades de uso indireto somente para cumprimento da legislação que obriga adoção de medidas compensatórias (Condicionantes Ambientais, previstas no Artigo 36 do SNUC) para os investimentos governamentais ou privados que venham impactar/degradar, de algum modo, o meio ambiente e a população afetada por este fato não é compensada justamente (BARBOSA; SANTOS 2008).

Analisando as constantes mudanças na legislação brasileira visando harmonizar o processo de criação e gestão das UC`s, percebe-se que existe um esforço enorme em reduzir as tensões que se verificavam nos modelos usados anteriormente, colocando em risco os objetivos da criação destas áreas. Do exposto pode-se deduzir que as críticas que eram feitas pelos analistas tem surtido algum efeito positivo, mas na pratica os novos modelos precisariam de mais tempo para provar a sua aplicabilidade e benefícios.

5 CONFLITOS E COOPERAÇÃO ENTRE A ESTAÇÃO ECOLÓGICA E COMUNIDADE LOCAL NO TAIM

A criação da Estação Ecológica (ESEC) do Taim, definida como uma unidade de proteção integral, implica que o acesso aos recursos naturais dentro da superfície da unidade não é permitido, e que no seu entorno respeitem-se restrições legais. Certamente, isto afeta as estratégias econômicas dos atores sociais que utilizavam recursos na área da UC e/ou residem no seu entorno e à vida das comunidades locais.

Conforme estudos anteriores a implantação da Estação na região do Taim afetou a vida dos membros das comunidades locais em várias dimensões. Nesse processo surgiram conflitos de ordem econômica, ambiental, política e sociocultural. O surgimento dos conflitos e a dificuldade em resolvê-los acabaram tendo implicações negativas para os objetivos da conservação da biodiversidade que nortearam a criação da estação.

Por outro lado, as novas orientações das políticas de conservação têm favorecido a realização de programas de desenvolvimento e conservação da biodiversidade que envolvem as comunidades locais que é envolvida, também, na gestão dessas áreas. Em tese, a opinião das comunidades locais se torna fundamental na avaliação da gestão das áreas protegidas, tanto que a legislação tem estabelecido procedimentos que garantem a participação da população local e a utilização de metodologias que levam à incorporação dos conhecimentos locais.

Este capítulo procura avaliar o conflito entre os objetivos conservacionistas na ESEC do Taim e as atividades econômicas das comunidades locais, assim como caracterizar os trabalhos participativos desenvolvidos na região. Para tal, se recorrerá aos dados qualitativos levantados na região em estudo, com entrevista aos principais atores implicados no processo.

5.1 Metodologia

5.1.1 Localização geográfica da área de estudo

A área de estudo abrange a Estação Ecológica do Taim e seu entorno (esse definido como a área de 10 km que circunda o perímetro da Unidade de Conservação).

A Estação Ecológica do Taim está localizada na região costeira do extremo sul do estado do Rio Grande do Sul.

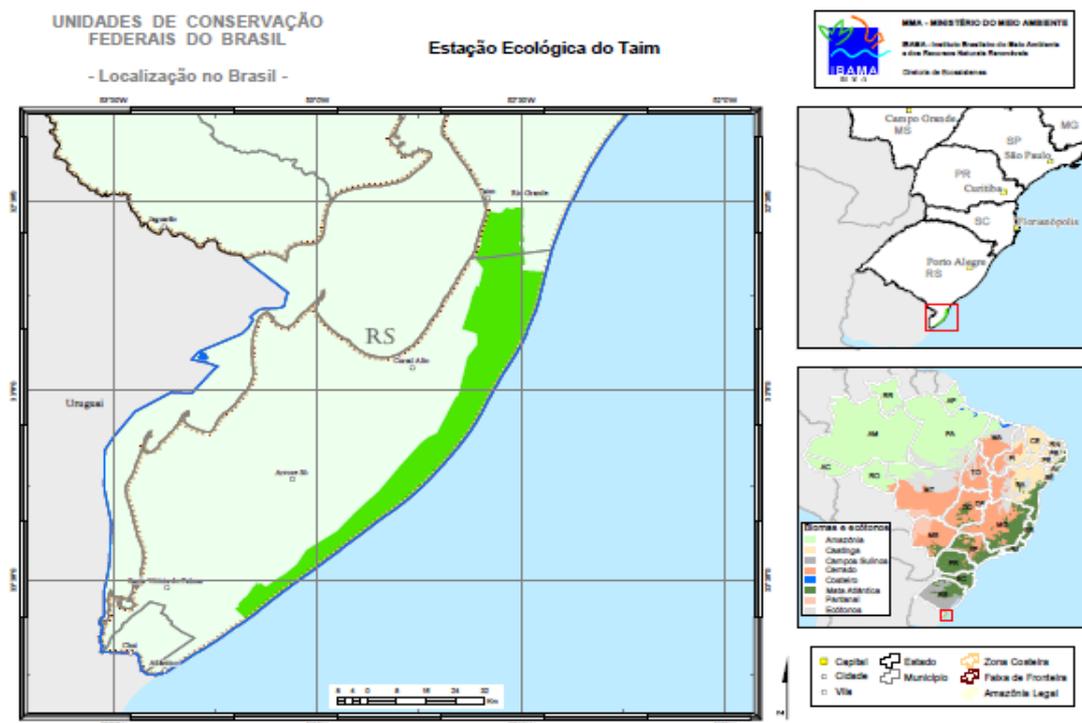


Figura 4 - Mapa da localização da região do Taim, RS

Fonte: Disponível em: <<http://www.Google.com.br/mapas>>. Acesso em 20 Jun. 2009.

5.1.2 Percurso metodológico

No presente trabalho de pesquisa, pelo fato do objeto abordado ser de cunho eminentemente social, optou-se pela utilização de ferramentas primordialmente qualitativas, onde o tratamento dos dados foi direcionado para uma análise que resultasse na compreensão das ações, opiniões, atitudes dos atores sociais envolvidos na questão em estudo.

Chizzoti (1998 apud ALBUQUERQUE; LEITE, 2008) argumenta que a abordagem qualitativa se apóia no pressuposto de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, cria-se uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, uma ligação finita entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

O estudo contou de três fases: uma fase preparatória (de exploração de dados secundários, documentos e revisão bibliográfica sobre o tema), uma fase de levantamento de campo e uma fase de análise e interpretação de dados.

Na fase preparatória realizou-se uma revisão com vistas à caracterização do ambiente natural, do histórico e organização social da região, histórico da criação, levantamento de conflitos da ESEC do Taim e comunidades locais e iniciativas de conciliação dos propósitos de conservação e desenvolvimento realizadas no local.

Na fase de levantamento de dados, o pesquisador realizou duas viagens para o Taim, a primeira eminentemente exploratória ocorreu na última semana de agosto de 2009 com objetivo de conhecer o local, reunir as primeiras impressões, conversar com alguns informantes chaves e programar melhor a realização da coleta dos dados. A segunda viagem de campo ocorreu no final de outubro de 2009 com a duração de duas semanas, quando, com as técnicas escolhidas, foi feita a coleta dos dados junto ao grupo alvo pré-definido. Para realização da pesquisa optou-se por uma amostra intencional, procurando ouvir representantes de todos os atores da comunidade local e envolvidos nas ações conservacionistas da Estação Ecológica do Taim. Nessa ótica, foram selecionados os representantes que participam na gestão da estação, entidades com projetos participativos na comunidade (Núcleo de Estudos e Monitoramento Ambiental - NEMA) e membros das diferentes categorias sociais da comunidade local. A repetição das respostas entre os entrevistados se tornou um meio de validação dos dados.

No total foram entrevistadas 27 pessoas, discriminadas no quadro a seguir:

Entrevistado	Classe social	Viagem
1	Representante da gestão da ESEC do Taim, que também desempenha a função de fiscalizador	1
2	Representante do NEMA	1
3	Representante da associação dos pescadores da vila Capilha	2
4	Representante da associação dos pescadores da vila Anselmi	2
5	Técnico da Trevo Florestal	2
6	Ativista responsável pelas visitas orientadas	2
7	Pescador da vila Anselmi-1	1
8	pescador da vila Anselmi-2	1
9	Pescador da vila Anselmi-3	2
10	pescador da vila Anselmi-4	2
11	Pescador da vila Anselmi-5	2
12	Pescador da vila Anselmi-6	2
13	pescador da vila Capilha-1	1
14	pescador da vila Capilha-2	2
15	pescador da vila Capilha-3	2
16	pescador da vila Capilha-4	2
17	granjeiro do entorno da-1	1
18	granjeiro do entorno da-2	2
19	granjeiro do entorno da-3	2
20	morador do entorno da ESEC-1	1
21	morador do entorno da ESEC-2	2
22	morador do entorno da ESEC-3	2
23	morador do entorno da ESEC-4	2
24	Comerciante do entorno da ESEC-1	2
25	Comerciante do entorno da ESEC-2	2
26	Comerciante do entorno da ESEC-3	2
27	Comerciante do entorno da ESEC-4	2

Quadro 2 – Lista dos entrevistados

A terceira fase de análise e interpretação de dados consistiu na análise das entrevistas e dos documentos de forma descritiva, procurando identificar as percepções, relações e argumentos dos principais atores relacionados a ESEC do Taim.

5.1.2.1 Técnicas escolhidas para realização da pesquisa

a) Utilizadas na fase preparatória de contextualização da problemática local

- Consulta bibliográfica: foram pesquisados estudos acadêmicos e publicações relacionadas ao tema. Com essa pesquisa procurou-se compreender melhor os conceitos relacionados ao tema em estudo, maior familiarização com o assunto em análise para orientar o trabalho de coleta de dados de campo.

- Dados secundários e documentos: procurou-se estudar documentos que fornecessem subsídios importantes para a compreensão da dinâmica (impacto) da criação da ESEC do Taim, como: mapas, fotografias, atas de reuniões, imagens de satélite, etc.

b) Utilizadas na fase de levantamento de campo

- Entrevista semi-estruturada: O pesquisador procurou combinar perguntas abertas e fechadas, onde o informante tinha a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, fazendo perguntas adicionais para elucidar questões não esclarecidas ou ajudar a refazer o contexto da entrevista, em situações que o entrevistado tenha se desviado do tema.

Para o registro da informação se optou pela gravação do som por meio de um MP3 com objetivo de evitar interrupções ao entrevistado para anotações, assim se conseguia melhor fluidez na entrevista. O pesquisador ficou com maior possibilidade de explorar o ambiente, verificar emoções, observar todos os detalhes do contexto e se beneficiava de maior concentração na entrevista.

A entrevista semi-estrutura foi a principal ferramenta de coleta de dados usada nesta pesquisa, de modo que as outras técnicas de coleta descritas a seguir serviram para reforçar os dados obtidos através desta técnica. Nas colocações de Boni e Quaresma (2005) ficam evidentes as vantagens desta técnica, pois as entrevistas semi estruturadas possibilitam a correção de enganos dos informantes, falhas que em muitos casos não poderão ser emendados num questionário escrito;

permitem a elasticidade do tempo, possibilitando o aprofundamento dos assuntos; promovem uma maior abertura e proximidade entre entrevistador e entrevistado, colaborando para a investigação dos aspectos pessoais que influenciam as atitudes e comportamentos dos pesquisados.

- Observação direta: através das conversas informais com o grupo alvo procurou-se explorar ao máximo todas as informações, o pesquisador procurou apenas conduzir as conversas para temas ligados a pesquisa. Esta técnica permitiu ao pesquisador uma maior compreensão do cenário local, porque o observador faz parte do processo de conhecimento e permite a interpretação dos fenômenos, atribuindo-lhes um significado.

Segundo Chizzoti (1998 apud ALBUQUERQUE; LEITE, 2008) a observação direta resulta do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, permitindo a observação das ações dos atores no seu contexto natural, partindo de sua perspectiva e suas opiniões. Acrescenta que a observação direta pode ter em vista uma descrição “fina” dos elementos de uma situação.

5.2 As características naturais da região costeira do Rio Grande do Sul e as motivações para criação da Estação Ecológica do Taim

Segundo Paixão et al. (1984) o clima da região do Taim pode ser definido, como “subtropical”, caracterizado por precipitações médias anuais bastante uniformes, mesmo que os valores mensais causem uma acentuada dispersão acima da média. O mesmo estudo aponta como precipitação média anual 1.100mm e temperatura média do ar de 18°C.

Conforme relatório do Nema (2002) a região caracteriza-se pela presença de ecossistemas límnicos e transicionais.

Os ecossistemas transicionais são aqueles que interagem entre o sistema terra/água/ar – os banhados, as lagoas e as áreas alagáveis. Os ecossistemas límnicos são representados pelos banhados e lagoas de água doce – Lagoa Mirim, Lagoa Mangueira, Lagoa do Jacaré, Lagoas Nicola, Caiubá e das Flores. Existe uma

enorme variedade de espécies da fauna e flora nesses ecossistemas porque existe muita disponibilidade de alimento, condições climáticas adequadas, aliada a características físicoquímicas (NEMA, 2002).

Na região são identificados os seguintes ecossistemas específicos: lagoas costeiras- complexo Mirim- Mangueira; banhados, campos nativos e matas nativas.

5.2.1 Lagoas costeiras: Complexo Mirim-Mangueira

Considera-se que os avanços e recuos do mar, juntamente aos processos erosivos do vento e da água, criam um sistema costeiro que forma em seu interior um rosário de lagoas costeiras. Metade da superfície da Planície Costeira do Rio Grande do Sul é coberta pelas lagoas costeiras, onde sobressaem três lagoas que se estendem paralelas ao oceano: a Laguna dos Patos, a Lagoa Mirim e a Mangueira (NEMA, 2002).

A enorme dimensão das lagoas Mangueira e Mirim contribui para a existência de vários habitats aquáticos e transicionais, que desempenham um papel fundamental na manutenção dos sistemas palustres, além de constituírem ecossistemas aquáticos importantíssimos. O sistema hidrológico formado na área onde se situam as lagoas Mangueira e Mirim oferece elevada biodiversidade, agindo como corredores ecológicos na fauna aquática e terrestre, além de ser uma fonte essencial de sobrevivência das comunidades do entorno (NEMA, 2002).

A Lagoa Mirim (Figura 5) apresenta cerca de 380.000 ha de espelho d'água, com um volume de aproximadamente dezessete bilhões de metros cúbicos de água doce. A lagoa possui 350.000 anos de idade, durante vários momentos esteve ligada ao oceano. Atualmente está completamente isolada das águas marinhas e se beneficia de alguns aportes fluviais – Rio Piratini (via Canal São Gonçalo), Rio Jaguarão, Rio Tacuary, Arroio del`Rey, Arroio São Miguel e outros de menor significância, as suas águas são turvas, com profundidade média de 2,5 a 3,5 metros (NEMA, 2002).



Figura 5 - Vista da Lagoa Mirim, RS

Fonte: NEMA (2002, p.27)

A Lagoa Mangueira é considerada uma lagoa costeira bastante jovem, possui cerca de 150.000 anos de idade, que antigamente ligava-se à Lagoa Mirim. A lagoa possui cerca de 80.000 ha de espelho d'água e volume aproximado de dois bilhões de metros cúbicos de água doce, o que representa 1/6 da Lagoa Mirim (NEMA, 2002).

A Lagoa Mangueira proporciona uma capacidade hídrica limitada, como resultado do seu afastamento na restinga, entre a lagoa Mirim e o Oceano Atlântico, formando o sistema hidrológico do Taim, despojada de aportes fluviais significativos, com exceção do Arroio Pastoreio, esta lagoa é abastecida apenas por drenagens pluviais e águas freáticas sub-superficiais, desse modo, fica muito vulnerável a situações de déficit hídrico. As dunas costeiras são determinantes na sustentação do nível e da qualidade de água dessa lagoa. As águas são límpidas com até dois metros de transparência, caracterizadas por uma dureza elevada – água alcalina. Apresenta uma profundidade média de 2,0 metros (NEMA, 2002).

5.2.2. Banhados

Os banhados correspondem a zona de transição entre a terra firme e a água. Trata-se de um ecótono que trabalha como sistema tampão, ou seja, um regulador do ambiente. Consideram-se banhados as áreas inundadas ou saturadas através da água superficial ou do solo, com uma frequência e duração suficiente para suportar, em situações normais, a prevalente vegetação caracteristicamente adaptada à vida em condições de solo saturado (AZEVEDO, 1995 apud NEMA, 2002).

Os banhados, como o do Taim (Figura 6), proporcionam características peculiares, que tornam muito importantes a sua preservação, estes se compõem de áreas planas e alagadiças de extensão variável ao longo do ano. O modelo oscilante das águas, caracterizado pelos ciclos anuais de enchentes e secas, representa uma enorme importância para a vida que se desenvolve no sistema, onde é influenciada por fatores climáticos (evaporação e precipitação). Este fluxo hídrico depende do regime de precipitação da região, onde a estação chuvosa corresponde ao período das cheias (inverno) e o verão, o período das secas. A quantidade de água que entra e sai do sistema condiciona a entrada de sedimentos, matéria orgânica e nutrientes, para além da saída de detritos, sedimentos, nutrientes, zooplâncton e matéria vegetal (NEMA, 2002).



Figura 6 - Banhado do Taim, RS

Fonte: NEMA (2002, p.28)

5. 2.3 Campos nativos

Um denso estrato herbáceo caracteriza os campos da região, comumente usado no pastoreio intensivo. A vegetação herbácea e por vezes arbustiva acolhe uma enorme diversidade de espécies animais e vegetais que usam estratégias de adaptação aos imprevistos que surgem num ambiente aberto. Os campos arenosos proporcionam alta taxa de solo destapado, com baixa variedade de cobertura que fornecem espécies forrageiras nativas casos do *Paspalum notatum*, *Axonopus compressus*, *Briza minor*, *Stenotaphrum secundatum*. É possível encontrar também densas manchas de *Androtrichum trigynum*, *Senecio crassiflorus*, *Tamarix gallica* e *Bacharis spicata*. (NEMA, 2002).

A proximidade do lençol freático à superfície caracteriza os campos úmidos, encontram-se assim os alagadiços sazonais. Existe um domínio das espécies de estoloníferas como *Axonopus paroddi* e *Ischaemum urvilleanum*. Também é muito freqüente nos campos naturais a ocorrência de *Drosera ssp.*, normalmente significando uma alta acidez edáfica (NEMA, 2002).

5.2.4 Matas nativas

As matas de restinga são habitats de diversas espécies vegetais e animais, uma parte em risco de extinção, que oferecem grande biodiversidade, agindo como corredores ecológicos para a fauna terrestre. As matas nativas servem de proteção para os solos contra o processo da erosão e são fixadoras das dunas fósseis, onde são diferenciadas de acordo com as condições edafo-hidrológicas, estabelecendo formações arbóreas de solos arenosos drenados e turfosos mal-drenados. Nos solos drenados, ocorre o incremento de espécies de maior porte, sobressaindo a pitangueira (*Eugenia uruguayensis*), a quaresmeira (*Scoutia buxifolia*), o araçazeiro (*Psidium cattleianum*) e as capororocas (*Rappanea lorentziana*) (NEMA, 2002).

As espécies de solo mal-drenado se constituem especialmente de corticeiras (*Erhythrina crista-galli*), chá-de-bugre (*Casearia silvestris*), pau-de-leite (*Sapium*

gladatum) e sarandi (*Sebastiania* sp.), todas de pequeno e médio porte, com exceção das figueiras (*Ficus organensis* e *F. enormis*) muito adequadas à saturação hídrica, que possuem um adensamento muito expressivo e um elevadíssimo nível de epifitismo (Figura 7). Entre as epífitas, sobressai a barba-de-pau (*Tillandsia usneoides*), as bromélias (*Aechnea recurvata* e *Vhriesia gigantea*), a orquídea (*Cattleya intermedia*), o cravo-do-mato (*T. aerhantus*), e o rabo-de-rato (*Licopodium* sp.) (NEMA, 2002).



Figura 7 - Mata nativa na região do Taim, RS

Fonte: NEMA (2002, p.29)

5.2.5 Importância ecológica da área da E. E. do Taim

A Estação Ecológica do Taim encontra-se situada na região dos banhados do Taim, nos municípios de Rio Grande e Santa Vitória do Palmar, entre os 32° 32' e 32° 50' S de latitude e 52° 23' e 52° 32' W de longitude. Os seus limites são definidos na parte norte pelas terras de particulares pertencentes ao município do Rio Grande,

a oeste com a Lagoa Mirim, a leste com o Oceano Atlântico, e a sul com a Lagoa Mangueira. (IBAMA, 2003).

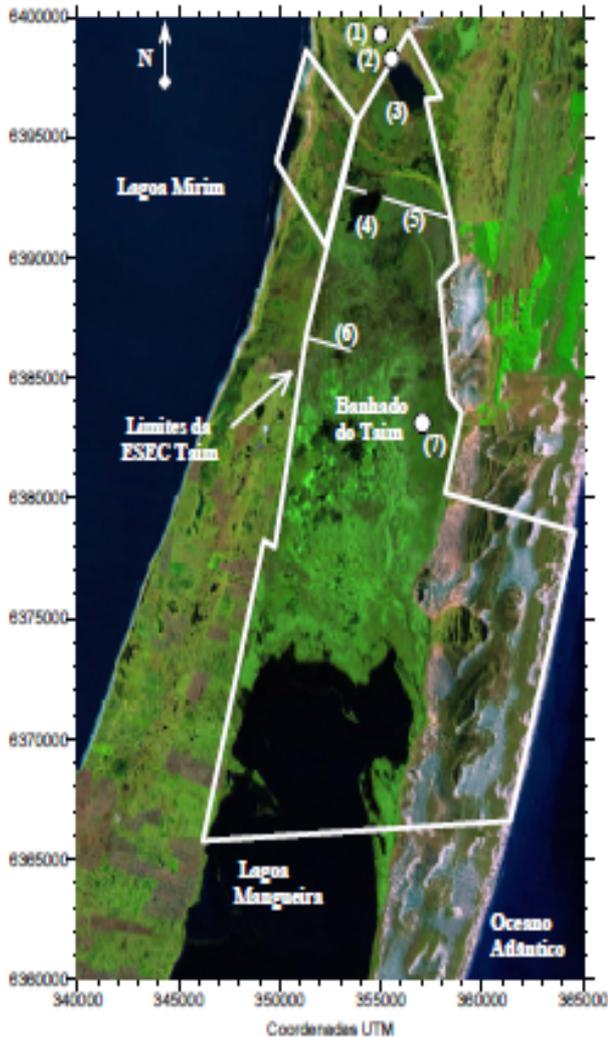


Figura 8 - Indicação dos limites da estação ecológica do Taim.

(1) sede da ESEC Taim; (2) comportas da saída do banhado; (3) lagoa Nicola; (4) lagoa jacaré; (5) canal de jacaré (6) canal da Sarita;

Fonte: Paz (2003, p.13)

A ESEC Taim proporciona variedade de ecossistemas, onde se encontram os banhados que correspondem 51% de sua área total (Figura 8); as lagoas ocupam 20%; as dunas com 10%; os campos com 10%; as dunas obliteradas com 8%; e as matas representam 1% (AZEVEDO, 1995 apud NEMA, 2002). Nestes ecossistemas

se encontram varias espécies de vegetais e animais, entre eles a capivara (*Hidrochaeris hidrochaeris*) e o colhereiro (*Platalea ajaja*), uma parte delas em risco de extinção, como o cisne-do-pescoço-preto (*Cygnus melancoryphus*), a lontra (*Lutra longicaudis*) e o jacaré-de-papo-amarelo (*Caiman latirostris*) (NEMA, 2002).



Figura 9 - Vista aérea do Banhado do Taim, RS

Fonte: Nema (2002, p.7)

Conforme salientado na introdução deste trabalho nas colocações da Sosinski (2009) fica evidente a importância ambiental da região do Taim, que é destacada como uma das regiões mais ricas em aves aquáticas da América do Sul. A Embrapa realça o seu enorme valor como patrimônio genético e paisagístico, por causa da sua imensa diversidade biológica e ecossistêmica. A Zona do Taim é considerada núcleo da Reserva da Biosfera e Área Prioritária para preservação da Biodiversidade.

5.3 Histórico de ocupação da região do Taim, categorias sociais e avaliações prévias de impactos sociais da criação da ESEC

Segundo Quesada et al (1987) durante o século XVII a região do Taim passou por disputas (guerras) entre Portugal e Espanha, que faziam com que o território pertencesse as vezes a Portugal, outras vezes a Espanha sendo que, em alguns anos (30-40 anos), chegou a permanecer como território neutro (sem dono). Rudiger (1965) apud Quesada et al (1987) destaca a migração dos proprietários originais em novas frentes de colonização (buscando terras mais férteis); a formação de grandes latifúndios com áreas abandonadas; as limitações técnicas, ecológicas ou outras para delimitação das propriedades e cenários de sucessão “mal resolvidas” como responsáveis pelo processo de ocupação de certas áreas por outras vias sem ser pelos contratos legais firmados em cartório. A situação irregular de ocupação da área (caracterizada pela ausência de acordos formais legais do domínio privado) não podia ser interpretada como uma anomalia, tanto que os fatores históricos explicavam esse cenário, o contrato verbal predominava na região. (QUESADA et al, 1987). Levantamento de dados realizados por Quesada et al (1987) evidenciaram que, tradicionalmente, grande parte dos contratos de trabalho eram acertados verbalmente, as relações entre os moradores antigos ainda se processavam por meio de contrato verbal, mas nas empresas (agropecuárias ou florestais) as relações tinham a tendência a ser regulamentada por preceitos legais.

Um aspecto de destaque era a existência no local de propriedades de exploração coletiva, onde todo mundo criava junto, uma situação que se manteve até a época da instalação da ESEC do Taim. Além destas áreas de criação coletiva, existiam áreas de caça ou de pesca de exploração coletiva. Estes grupos sociais, mesmo explorando permanentemente a área não tinham como solicitar reconhecimento de propriedade. Assim, com a instalação da ESEC do Taim foram submetidos a mercê de novas condições concretas de existência (QUESADA et al, 1987).

Paixão et al registram, em 1984, que a população do município de Rio Grande era majoritariamente urbana (93,8%), com apenas 6,2% de população rural. O município de Santa Vitória do Palmar tinha uma distribuição populacional mais

equilibrada, com uma pequena vantagem da população urbana em relação à rural, 58,5% e 41,5%, respectivamente. A densidade demográfica do município de Rio Grande era de 56,03 hab/Km², uma situação que refletia o grau de urbanização deste município. O município de Santa Vitória de palmar apresentava 5,86 Hab/Km², portanto uma população bem mais dispersa, com densidade quase dez vezes inferior a Rio Grande (PAIXÃO et al, 1984).

Segundo Paixão et al (1984) nos dois municípios a maioria dos adultos ainda não tinham completado 35 anos. A população não economicamente ativa nesses municípios representava 50,8% em Rio Grande e 49,3% para Santa Vitoria de Palmar. Estes pesquisadores acrescentam que grande parcela da população desses municípios estava sem rendimento, desempregada, procurando trabalho ou em condições inativas.²⁰

Levantamentos de dados realizados por Quesada et al. (1987) de caracterização das categorias sociais encontradas no entorno da ESEC Taim resultaram na identificação das seguintes categorias sociais:

- Empresa rural: eram empresas que se dedicavam a produção de arroz e pecuária. O arroz era cultivado em grande escala, em propriedades com superfície acima de 3.000 hectares próprios. Maior parte de suas áreas eram destinadas a pecuária, onde se praticava a criação extensiva. O cultivo do arroz era sincronizado com a criação bovina.
- Arrendatários capitalistas: este grupo alugava as terras para a produção de arroz, em alguns casos para a pecuária. O arrendatário capitalista organizava e comandava o processo produtivo, estes arrendavam a terra, através de financiamentos bancários, assalariavam os trabalhadores e comercializavam a produção.
- Grandes proprietários: estes possuíam grandes extensões de terra destinadas a pecuária extensiva e ao reflorestamento, as suas propriedades chegavam a atingir mais de 500 hectares.

²⁰A população do município de Rio Grande se dedicava as atividades econômicas dos setores secundário e terciário na sua grande maioria (86,0%). Apesar de possuir 6,2% de sua população alocada na zona rural, 11,6 da população total exercia atividades economicas no setor primario, o que pressupunha que a população alocada na zona urbana podia tambem estar exercendo atividades basicamente rurais. O município de Santa Vitória de Palmar apresentava um quadro diverso, onde 42,9% da população se dedicava a atividades economicas no setor primario enquanto que 53,5% estava ligada a atividades economicas dos setores secundario e terciario (PAIXÃO et al, 1984).

- Médios proprietários: Eram estabelecimentos que ocupavam uma área que variava de 100 a 300 hectares. A principal atividade era a pecuária, com uma certa diversidade na produção, combinando pecuária-agricultura, onde predominava o milho, feijão e batata-inglesa, com a criação de ovelhas, bovinos e suínos.
- Médios arrendatários: eram produtores que arrendavam terras de terceiros para a produção de arroz, as suas propriedades (arrendadas) tinham de 100 a 200 hectares. Na época de plantio e colheita aumentava significativamente o número de trabalhadores assalariados.
- Pequena produção: nesta classe se incluía os posseiros, os pequenos arrendatários e os pequenos proprietários. Faziam parte todos que tinham acesso a terra para cultivo e criação de pequeno número de animais, com propriedades que iam até 50 hectares.
- Assalariados: faziam parte desta classe todos que prestavam serviço as duas atividades principais da região, a arrozeira e a pecuária. Estas atividades produziram alguns tipos de especialização, como os aguadores, posteiros, capatazes, domadores. Este grupo era totalmente desprovido da assistência social e seguro trabalhista.
- Firma empreiteira: Trata-se de firmas que contratavam trabalhadores para execução de serviços ligados ao reflorestamento. Geralmente grupos (trabalho coletivo) para plantio, tratos culturais e corte de madeira, etc.
- Pequeno comércio: eram pequenas vendas ao longo da rodovia Rio Grande- Chuí, onde se encontrava uma variedade de mercadorias, de um modo geral pertenciam a pessoas que tinham terrenos com casa ao longo da rodovia.
- A pequena produção pesqueira: distinguíam-se dois grupos: os pescadores lavradores e pequenos pescadores artesanais. No primeiro caso a pesca era feita ocasionalmente pelo pequeno agricultor ou pecuarista. No segundo tratava-se de uma reduzida produção pesqueira artesanal, que representava a principal fonte para renda.
- A intermediação no setor pesqueiro do Taim: o intermediário residia na vila junto dos pescadores, tinha um forte relacionamento com estes, pois se afirmava como funcionário da firma compradora da produção dos pescadores e por outro lado, pagava as mensalidades e era filiado a colônia dos pescadores.

5.3.1 Avaliações prévias sobre impactos sociais da criação e implantação da EE do Taim

Conforme relatos de Quesada et al (1987) durante o processo da criação da ESEC do Taim as comunidades locais foram afetadas pela desapropriação das terras, as pessoas sentiram a necessidade de recorrer aos tribunais para reivindicar os seus direitos.

Quesada et al (1987) detalham que a criação da estação ecológica do Taim em 1979 causou vários impactos na vida socioeconômica e cultural das populações locais, a desapropriação de terras durante a implantação não respeitou as normas locais (tradição da região), alguns envolvidos consideraram as políticas de compensações injustas. Com a criação da Estação Ecológica do Taim houve desapropriação das terras que pertenciam às populações locais dentro das normas tradicionais da região, isso gerou conflitos diferenciados conforme o posicionamento que as pessoas tomaram frente à legislação estatal. Essa diferença de atitudes afetou o impacto da desapropriação, surgiu um grupo que se conformou com a subtração de seus recursos e migrou, outro foi buscar amparo na justiça e continua em conflito, um terceiro que procurou apoio político e o ultimo grupo que teve sucesso na justiça sendo mais compensado (QUESADA et al, 1987). Passados oito anos depois do processo de desapropriação na estação do Taim podia se considerar que este foi incompleto, parecendo por vezes para a população como injusto (onde alguns foram beneficiados e outros prejudicados). Os grupos sociais apontavam uma implantação incompleta, caracterizada por incoerências concretas facilmente notadas por estes grupos. Logicamente podia se questionar se a justificativa para este aspecto surge como uma opção ou por pressão política de alguns grupos ou situa-se na burocracia estatal e limitações técnicas - científicas (QUESADA et al, 1987).

As comunidades ficaram privadas da exploração dos recursos naturais na região que passou a ser reserva. Com a introdução das normas restritivas o modo de sobrevivência da população local, majoritariamente pescadores, foi severamente afetado, a proibição a pesca; caça; desmatamento; etc., logicamente representou um novo ordenamento na busca pelo desenvolvimento das populações locais. As

comunidades locais tiveram que se adaptar a nova realidade, se enquadrar no novo modelo implantado na relação com os recursos naturais da região.

Quesada et al (1987) apontam que o aparelho estatal foi sendo usado para beneficiar os propósitos de uma determinada classe, esse fato é notório para o restante da população afetada, que é menos influenciada pela “bruma ideológica” que escondia estes interesses. Acrescentam que o Taim podia ser considerado, como um palco de uma clara luta de classes e, assim, evidentemente surgiram os conflitos. Os autores avaliam que esse ato acabou sendo mais um momento em que se beneficiou o estabelecimento das relações capitalistas de produção e o abandono ou reformulação das relações sociais tradicionais com a provável expulsão das comunidades que nela sobreviviam.

5.4 Estudo da percepção atual da comunidade local sobre sua relação com a Estação Ecológica do Taim

Nesta seção apresenta-se, inicialmente uma caracterização das comunidades locais do entorno da ESEC Taim, a investigação sobre a influência da ESEC na vida da comunidade abordando a questão da desapropriação, influência na atividade econômica dos pescadores, dos arroteiros, dos produtores florestais e, depois, a percepção dos moradores do entorno.

5.4.1 Processos sociais e organização social atual na região do Taim

Segundo Paz (2003) citando Villanueva (2000) atualmente, a orizicultura representa a principal atividade econômica na região, esta requer a manutenção de lamina de água sobre os cultivos, ao longo do processo de seu crescimento, tornando-se praticamente a única fonte de emprego e sobrevivência da população

regional.²¹ Cabe assinalar, entretanto, a importância no local das atividades econômicas relacionadas a exploração madeireira, do extrativismo (pesca) e do turismo no entorno do Taim.

O Nema apresentou, em 2002, uma descrição do perfil das comunidades do entorno da ESEC Taim, a qual será utilizada como base para a caracterização da realidade atual das comunidades locais. Os dados foram obtidos pelo Nema através de consultas bibliográficas, entrevistas e conversas informais, reuniões, oficinas, saídas de campo e contatos institucionais.²²

Para entender a descrição apresentada pelo Nema convém lembrar que a Estação Ecológica do Taim insere-se no espaço territorial do distrito de Taim, município de Rio Grande e do distrito de Curral Alto, município de Santa Vitória do Palmar. O 4º distrito do município do Rio Grande, conhecido como Taim, distribui-se ao longo de 120 Km da BR 471, com população agrupada em comunidades como a Vila da Capilha e Terras do Albardão – Serraria e nas propriedades denominadas de granjas. (NEMA, 2002). Já no distrito de Curral Alto, município de Santa Vitória do Palmar, o principal agrupamento encontra-se na Vila Anselmi. A seguir serão descritas as características dos principais agrupamentos sociais encontrados no entorno da Estação Ecológica do Taim.

5.4.1.1 Comunidade da Capilha

A Capilha é uma comunidade muito antiga que testemunhou todo o processo de criação da Estação Ecológica do Taim, os espanhóis chamavam de Saco da Capilla, por causa da capela do Taim, de 1832. Encontra-se no 4º Distrito da cidade do Rio Grande, à cerca de 80 km desta pela BR 471. A Capilha está localizada às margens da Lagoa Mirim. Atualmente, ainda se encontram algumas casas no estilo colonial português, mas a sua maioria são de alvenaria e chalés de *Pinus*. Na comunidade vivem cerca de 300 pessoas, sendo formada principalmente de

²¹ Acrescenta ainda que os estudos iniciais da região basearam-se na avaliação da possibilidade de drenagem do Taim, com a finalidade de utilizá-lo para o cultivo de arroz.

²² O trabalho do Nema se enquadrava no contexto da geração do Plano de Desenvolvimento Sustentável da ESEC do Taim, que contou com a participação das comunidades dos municípios do Rio Grande – Capilha e Serraria e de Santa Vitória do Palmar – Vila Anselmi.

pequenas e médias propriedades. Grande parte da comunidade tem a pesca como atividade econômica principal, outros dependem do trabalho campeiro. (NEMA, 2002).

A comunidade da Capilha é constituída majoritariamente por pessoas adultas, seguidas das crianças e dos jovens. Os poucos jovens que concluem o 2º grau se retiram a procura de melhores oportunidades de trabalho em Rio Grande e Pelotas. O nível de escolaridade da maioria das pessoas é baixo. Os homens dedicam-se nas atividades de pesca, trabalham como caminhoneiros, realizam serviços gerais, são marceneiros, no pequeno comércio, na pecuária, e como trabalhadores nas granjas e nas serrarias (NEMA, 2002).

5.4.1.2 Comunidade da Serraria

A comunidade da Serraria se encontra situada nas Terras do Albardão, que pertence ao 4º Distrito do Taim como o caso da Capilha, de modo que a serraria esta próxima à Sede Administrativa da ESEC, na BR 471. O acesso a comunidade ocorre através de uma estrada municipal sem pavimentação, edificada sobre um aterro que atravessa os campos e banhados²³ (NEMA, 2002).

A Companhia Trevo Florestal, proprietária de cerca de 7.500 hectares de floresta de *Pinus* e *Eucalyptus*, no entorno do Taim é responsável pelo surgimento desta vila, pois com a formação do núcleo inicial, os seus funcionários trouxeram suas famílias para a pequena vila construída pela empresa. Durante anos, a Trevo Florestal fazia o corte e o beneficiamento da sua madeira, mas depois de um incêndio que destruiu sua serraria, passou então a dedicar-se apenas ao corte da floresta. Desse modo surgiram diversas serrarias particulares que trouxeram com elas pessoas de várias localidades do Rio Grande do Sul (NEMA, 2002).

Segundo a fonte da Trevo Florestal atualmente vivem mais de 600 pessoas no local, sem incluir os trabalhadores diários que não residem na comunidade e voltam para as suas localidades no final do dia. Segundo o Nema (2002) a vila da

²³ Infelizmente, durante o inverno as vezes fica intransitável por causa das chuvas e do tráfego pesado de caminhões que transportam a madeira, ficando a comunidade algumas vezes com dificuldades de locomoção

Trevo apresenta melhor organização espacial, isso porque as outras vilas possuem residências das famílias no próprio pátio de produção, local que é freqüentado por caminhões, máquinas e serve de depósito de resíduos gerados do beneficiamento da madeira, pilhas de serragem e restos de madeira picada.

5.4.1.3 Comunidade da Vila Anselmi

A Vila Anselmi está localizada no distrito de Curral Alto, 2º distrito de Santa Vitória do Palmar. A vila se encontra nas margens da BR 471, onde dista a cerca de 80 km de Santa Vitória do Palmar e 35 km da sede da ESEC Taim. A Vila Anselmi se encontra situada entre as Lagoas Mirim e Mangueira, no limite sul da Estação Ecológica do Taim, nesse espaço vivem cerca de 300 pessoas sem muita infraestrutura. (NEMA, 2002)

O nome Anselmi deriva da Casa Anselmi, a segunda firma que surgiu em Santa Vitória do Palmar no final do século XIX. Esta firma foi criada por Raphael Anselmi, um italiano imigrante, este acabou se radicando definitivamente na cidade marítima do Rio Grande. A Anselmi & Cia. possuía sua matriz na cidade do Rio Grande e uma filial em Santa Vitória do Palmar que mais tarde foi ampliada para Curral Alto, local que conservou um grande estabelecimento comercial e pastoril. (NEMA, 2002).

A comunidade apresenta uma ligação muito forte com a pesca, em virtude da sua localização entre as duas lagoas, mas possui muitos problemas em função do declínio dos recursos – sobrepesca, devido a falta de regulamentação da pesca na lagoa Mangueira, onde a porção norte pertence a ESEC. Por outro lado, a deterioração dos banhados adjacentes pelas plantações de arroz contribui para a diminuição das áreas pesqueiras e de criação. (NEMA, 2002).

5.4.2 A persistente problemática de delimitação e implantação da área da Estação Ecológica do Taim e a percepção da população local sobre este processo

O Ministério do Interior encaminhou, em outubro de 1976, o projeto de estruturação e implantação da ESEC Taim. O Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o Serviço de Patrimônio da União começaram em março de 1978 o tombamento e o enquadramento de áreas devolutas. Finalmente, em 26 de abril 1978, a área de 33.815 ha entre a Lagoa Mirim e o Oceano Atlântico, passou, por decreto do Presidente da República, para área de utilidade pública para ser implantada a Estação Ecológica do Taim.

No intuito de legalizar a criação desta unidade de conservação, em 27 de abril de 1981, foi decretada a Lei nº 9.902, que normatizou a criação da Estação Ecológica. Por fim, em julho de 1983, o INCRA submeteu à Secretaria de Meio Ambiente - SEMA o balanço das desapropriações e áreas de domínio da União, que totalizavam 25.247,57 ha (equivalente a 74% da área da ESEC Taim) (NEMA, 2002).

No decreto de 1986 (n 92.963), que cria a Estação Ecológica do Taim, a área total da Estação soma 10.764,64 ha. Notícia publicada em 2008 contribui para esclarecer os impasses criados em torno da implantação e divergências quanto a área total na delimitação da Estação Ecológica:

A reserva acabou sendo criada em 21/07/1986, pelo Decreto 92.963, em cima de áreas devolutas da União que totalizam 11 mil hectares. **Mas, na prática, o Ministério e o Ibama sempre trabalharam em cima da área prevista desde 1978, explica José Paulo Fitarelli**, responsável pelas Unidades de Conservação no Rio Grande do Sul até a recente criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (EcoAgencia Solidaria, 2008, grifo nosso)

Em 2003 a questão da definição dos limites da Estação Ecológica foi revisada com o decreto presidencial de 05 de junho de 2003 que, em seu artigo primeiro previa a ampliação desta UC.²⁴ Segundo o decreto do Presidente da República, a Estação Ecológica do Taim devia ampliar-se em 77.540 ha, e parte dos custos referentes à implantação e regularização fundiária do projeto seriam arcados pelo

²⁴ (“Art. 1º Ficam incorporadas aos limites da Estação Ecológica do Taim, criada pelo Decreto nº 92.963, de 21 de julho de 1986, as áreas com superfície aproximada de setenta e sete mil, quinhentos e quarenta hectares”)

IBAMA com recursos oriundos do empreendimento referente a futura usina hidrelétrica-UHE foz do Chapecó, a título de compensação ambiental. Na mesma deliberação constava que parte da área ampliada é de propriedade ou é arrendada por Selva Floral e Ourives Florestal.

Este decreto foi revogado em 2004 pelo Supremo Tribunal Federal, como esclarece a notícia:

Há um certo alarme na região, pois em junho de 2003 o Governo Federal decretou a ampliação da estação para 111 mil hectares. Mas em dezembro de 2004 o Supremo Tribunal Federal (STF) revogou o decreto. Proprietários descontentes alegaram judicialmente que não teriam ocorrido as audiências públicas obrigatórias. (EcoAgencia Solidaria, 2008)

Segundo o mandado de segurança²⁵ a medida acauteladora foi indeferida em decisão liminar que argumentava que não se comprovou a exigência de efetiva participação popular e de estudos quanto à necessidade de manter-se preservada a área. Os estudos técnicos mostraram-se precários, não havendo demonstrado base suficiente para a edição do decreto. Nessa medida salientava-se que a ampliação resultaria de um estudo realizado por um único biólogo, que se limitou a examinar as questões ambientais, sendo desprezados os aspectos socioeconômicos. Asseverava-se a ausência de alusão as populações locais e aos efeitos que a medida ocasionaria para a economia comprometiam o trabalho. Na mesma liminar apontava-se que os estudos ficaram restritos quase que de maneira total à fauna existente. Ressalta-se a falta de recursos para a efetivação da Estação Ecológica na extensão prevista. Os projetos de reflorestamento seriam interrompidos com prejuízos para os cofres públicos e com interrupção dos projetos de reflorestamento ocorreria uma diminuição de aproximadamente 11 000 empregos diretos, indiretos e a serem criados.

A imprensa revela, também, a intenção governamental atual de consolidar o projeto original da Estação Ecológica, que previa a preservação de 33.000 e não apenas 11.000 atualmente considerados como área da ESEC Taim:

A consolidação foi autorizada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e prevê a ampliação, este ano [2008], dos atuais 11 mil hectares da reserva para 33.815 hectares, conforme está previsto no Decreto 81.603 de 26/04 de 1978. Ele designou a área como de utilidade pública para a desapropriação de áreas visando a criação da Estação Ecológica, com base

²⁵ Publicado em 5 de outubro de 2003, assinado pelo Ministro Marco Aurélio. Brasília. 4p.

num estudo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). (EcoAgencia Solidaria, 2008)

Não há um levantamento sistemático do conjunto dos conflitos gerados no apossamento das áreas pela União para fins da implantação da Estação Ecológica entretanto existem diversas evidências em dados secundários de contestação judicial dos processos de desapropriação.

As referências aos conflitos em torno da desapropriação da área para criação da ESEC Taim são recorrentes nas entrevistas realizadas no trabalho de campo desta pesquisa, como evidenciam os depoimentos abaixo:

A metade que morava ali onde é reserva já não existe mais, morávamos ali onde tem os canais do dique. Sai dali com treze anos, fomos tirados dali de 80 para 81... correu o processo e morreu. Ninguém sabe mais nada, as pessoas que podiam dizer tudo certinho já morreram, o meu pai entrou na justiça não deu em nada e o caso morreu, tem algumas pessoas que conseguiram recuperar suas terras (entrevistado 13)

O processo da passagem para estação ecológica criou muitos problemas, eles tomaram conta das terras e não pagaram, nós tínhamos terra ali dentro 120 ha de terra lá, até hoje não pagaram. Esta na justiça, só chegaram tomaram conta e desapropriaram, a causa foi vencida mas ate agora não pagaram, (entrevistado 25).

Eu estou nesta propriedade desde 1985, o processo de criação da estação não foi pacifico, no nosso caso eles pagaram uma indenização, mas o valor foi baixo. Nós entramos na justiça para corrigir o valor, só q levou 23 anos para conseguir a compensação. O valor foi recebido, foram 70ha da nossa propriedade desapropriados ((entrevistado 23).

O processo da desapropriação da ESEC do Taim afetou os moradores de formas distintas, em alguns casos a situação foi regularizada, as pessoas receberam os seus valores e se conformaram. Noutros casos, os moradores perderam suas terras e ainda estão brigando na justiça pela indenização e alguns deles já perderam a vida antes de se conseguir uma solução. Os dados de entrevistas indicam, também, que existe um grupo que conseguiram recuperar as suas terras na justiça, mas se queixa de não ter sido compensado pelo tempo que ficou sem explorar as suas propriedades.

A tentativa de ampliação da área da ESEC Taim (em 2003) também aparece e é avaliada na fala dos entrevistados:

O projeto deles era para não existirem mais moradores aqui perto, mas o Lula mandou um helicóptero e provou-se que existiam moradores: veja o

caso da serraria que movimenta muitas famílias, muito dinheiro. Aqui as decisões são tomadas sem conversas com as pessoas, só chegam com papel já esta na rua, (entrevistado 14)

[...] naquela época [da criação da ESEC] não tinha consulta popular, mesmo o caso da ampliação para 100 mil ha não deu certo porque não houve consulta popular e perderam na justiça. (entrevistado 25)

Conforme entrevistado, no caso da ESEC do Taim o problema da desapropriação continua se registrando:

O conflito da desapropriação continua 10.000 ha estão sendo desapropriados ainda, alguns agricultores ganharam na justiça para poderem produzir ainda enquanto não ocorrer a desapropriação (entrevistado 1)

Atualmente 10.000 ha estão sendo desapropriados, alguns agricultores conseguiram na justiça o direito de produzir enquanto o processo não se conclui. Segundo representante da gestão da estação entrevistado, a unidade de conservação será redefinida e criado o decreto, a partir daí será estabelecido um plano de desapropriação. Este processo de desapropriação levará em conta as necessidades dos afetados, os direitos de cada um, as benfeitorias existentes no espaço, etc. O entrevistado esclarece que nas reuniões do conselho será estabelecida uma linha estratégica a seguir que orientará a alocação de recursos, entretanto isso possivelmente não eliminará a possibilidade de resultar numa ação judicial movida pelos afetados por causa da diferença de expectativa em torno dos valores a receber.

5.4.3 Percepções sobre a influência da ESEC Taim na atividade econômica dos pescadores

A pesca artesanal é a principal atividade socioeconômica na região do Taim, sendo que esta atividade condiciona a vida de várias famílias no entorno da reserva. No entorno da ESEC do Taim, existem pescadores na Vila Capilha, Vila Anselmi e reunidos em grupos pequenos em localidades ao redor das lagoas Mangueira e Mirim. Os pescadores estão organizados em associações, que se tornaram oficialmente reconhecidas graças ao apoio do Nema, mas atualmente passam por crises de organização.

Quanto à relação com a Estação Ecológica, propriamente dita, encontram-se diferenças na percepção dos pescadores próximos à Lagoa Mirim e da Mangueira.

Os pescadores da lagoa Mirim destacam o impacto negativo que a criação da estação representa nas suas vidas. Estes responsabilizam as normas de conservação pelos seus problemas, alegando que não conseguem muito pescado por causa das restrições do tamanho de rede e que antes de existirem essas normas restritivas conseguiam mais peixe. Relatam que, com as normas, o pescador ficou com poucas opções, as normas diminuem a diversidade e a defesa da própria natureza, como declara um entrevistado:

No meu ponto de vista a reserva traz benefício para a natureza, mas prejudica por causa das normas, não se pode usar malha fina, as multas são muito caras, a fiscalização é muito rígida, mesmo estando perto, fora da reserva, eles fiscalizam muito, todos usam mesmo tipo de rede e o peixe não cresce. Antes de existirem essas normas tinha mais peixe, elas prejudicam a pescaria porque não dá muita opção ao pescador. Sem as normas um pesca com rede miúda outro com rede graúda, e a própria natureza se defende da própria pesca. (entrevistado 9)

Os pescadores da vila Capilha criticam, também, a ação dos turistas que freqüentam a praia no entorno da reserva. Argumentam que os turistas não respeitam o interregno entre os meses de outubro à janeiro. Enquanto eles param com toda a atividade de pesca, os turistas não respeitam as normas estabelecidas, tanto que enchem os seus barcos de peixe, prejudicando os pescadores no seu regresso.

Por outro lado, nas colocações de alguns pescadores majoritariamente da Lagoa Mangueira fica evidente o conflito com os arroteiros e o reconhecimento da influência positiva da área de reserva.

O conflito entre os pescadores e os granjeiros é evidente nas reclamações dos pescadores. Os pescadores consideram que os arroteiros cometem crimes ambientais e que são prejudicados pela atividade exercida pelos arroteiros, porque lhes é limitado o acesso a alguns locais, o peixe é puxado pelas bombas de água e a água é devolvida para lagoa contaminada com agrotóxicos- prejudicando o desenvolvimento dos peixes. Um entrevistado coloca:

A lavoura nos prejudica porque trancam os canais de acesso e a lagoa fica encerrada, não entra peixe nenhum, zero, acaba morrendo porque eles aplicam herbicidas de trator, a água não é escoada para a lagoa mãe e fica lá dentro, eles colocam sucatas de carros, troncos para o pescador não entrar nos canais de acesso, mas como é grande, o IBAMA

não faz nada, quando somos nós a cometer crime ambiental recebemos multas pesadas. (entrevistado 7).

Esta categoria social não encontra soluções para as suas reivindicações a respeito do assunto, alega que já se cansou de encaminhar as suas preocupações para os diversos fóruns, como o caso das associações de pescadores, conselho de gestão da ESEC, associações de arroteiros, sempre sem solução a vista.

Os pescadores da Mangueira, por outro lado, alegam que a área protegida traz benefícios à pesca porque o peixe desenvolve melhor até a fase adulta e pode passar depois para área não proibida. Acrescentam que se não existisse a restrição na reserva os pescadores acabariam com todo pescado, como está acontecendo em outras partes onde se usa redes finas que não possibilitam o desenvolvimento do peixe. Mesmo assim, denunciam que alguns pescadores pescam apenas na área de reserva, entram clandestinamente de madrugada e exercem a atividade ilegalmente.

5.4.4 Percepções sobre a influência da ESEC Taim na atividade econômica dos arroteiros

Segundo estimativa do Instituto Rio-Grandense do Arroz – IRGA, constante em estudo do NEMA, de 2002, no município do Rio Grande se encontram 65 estabelecimentos rurais que se dedicam ao cultivo do arroz irrigado; deste total 48 propriedades se localizam no distrito do Taim, o que demonstra a importância desta cultura para a região. No município de Santa Vitória do Palmar a cultura do arroz representa dois terços da área cultivada, constituindo o elemento mais representativo da paisagem e, sem dúvida, a principal vocação econômica do município (NEMA, 2002).

O arroz irrigado depende da água das lagoas para a sua irrigação que é obtida através de bombas de sucção ou através de canais próprios. Esta necessidade acaba influenciando o balanço hídrico, principalmente em épocas de secas, por outro lado acaba levando agrotóxicos e fertilizantes em direção à ESEC.

Os arroteiros são acusados pelos pescadores de prejudicar o seu trabalho. Como já relatado, afirmam que estes trancam os canais de acesso e os peixes ficam

presos, colocam sucatas de carros, troncos para o pescador não entrar nos canais de acesso. Os pescadores se queixam também das bombas de água usadas pelos arrozeiros, que puxam o peixe por falta de telas nos tubos causando a sua morte. Estas reclamações atingem os fiscais do IBAMA que são acusados de nada fazer contra os mais poderosos economicamente, apenas fiscalizam os desfavorecidos aplicando multas pesadas. Um entrevistado coloca:

Não existe uma força organizada contra os arrozeiros que usam agrotóxicos, porque é o grande produtor que usa água depois devolve com agrotóxico, eles tem força econômica muito maior, o pescador esta numa situação mais frágil, uma fazenda tem dinheiro de todas essas pessoas, é difícil controlar os produtores de arroz, por exemplo nós pedimos para não fazerem mais sobrevôo para deitar veneno para não voar para dentro da água, para o banhado, também na beira da lagoa tem uma faixa que a gente não deixa usar, existe algumas estratégias como recomendar que faça o arroz ecológico mas não se obriga (entrevistado 1).

Os granjeiros rebatem todas as criticas afirmando que a sua atividade em nada prejudica os pescadores, uma vez que eles respeitam todas as normas estabelecidas.

Os arrozeiros entrevistados responsabilizam as normas estabelecidas pela extinção de algumas espécies animais na região, e exemplificam mencionando que antes da criação da ESEC os granjeiros colocavam caçadores para abater os pássaros que se alimentavam da sua produção, estes contam que havia muito pássaro para caça, mas com a proibição os granjeiros começaram a colocar veneno nas lavouras, terminando com tudo que pousava na lavoura.

Assim, existem percepções de que a atividade produtiva dos arrozeiros prejudica tanto a atividade dos pescadores quanto afeta negativamente a preservação dos recursos da ESEC entretanto entende-se que os arrozeiros gozam de alguns privilégios comparativamente as outras classes sociais e, por causa do seu poder econômico, acabam ignorando algumas normas estabelecidas na região, perseguindo prioritariamente maior produtividade e rentabilidade nas suas atividades. Os arrozeiros, por sua vez, não se vêem como transgressores e se sentem prejudicados pela ESEC principalmente pelas restrições que impõe ao controle de pragas.

5.4.5 Percepções sobre a influência da ESEC Taim na atividade econômica dos produtores florestais

A empresa Trevo Florestal criada em 1971 antes da ESEC Taim, atualmente desempenha um papel importante na dinâmica socioambiental da região (entrevistado 5). Esta empresa é proprietária de uma floresta plantada de cerca de 7.500 ha de eucaliptos no entorno da ESEC, que vende matéria-prima para as serrarias instaladas na região. Segundo técnico da empresa entrevistado, esta atividade atraiu, nos últimos anos, cerca de 600 famílias para a região, tudo por causa da floresta que está estabelecida nesta região. O entrevistado também relata que o último plantio da floresta foi em 1984, depois nunca mais se plantou, porque atualmente é proibida essa atividade sem autorização legal das autoridades, e que vem buscando nova autorização para plantio. Avalia que foi “graças a empresa” que surgiram benfeitorias na região como a estrada de areia batida, ônibus, energia, sinal de celular, etc.

O entrevistado coloca que devido à crescente instalação das serrarias na vila, a Trevo Florestal vem estabelecendo normas de conduta e ordenamento, como limpeza do local, assentamento das famílias fora da área de produção, além de um trabalho de divulgação de normas de segurança no trabalho. Também afirma que a empresa Trevo Florestal promove atividades de educação ambiental através da organização de palestras para os trabalhadores e que neste momento a empresa se encontra no processo de obtenção da certificação florestal internacional que significa o bom manejo. Cabe acrescentar que a empresa estava integrada em iniciativas comunitárias promovidas pelo NEMA uma vez que havia trilhas de visitação pública em áreas da empresa.

5.4.6 A relação dos moradores das vilas do entorno com a ESEC do Taim

A categoria social classificada neste capítulo como moradores inclui os pequenos comerciantes, pequenos granjeiros, pequenos pecuaristas, simples

moradores e outros atores sociais com pouca expressão, mas com algum impacto socioambiental.

A maioria dos trabalhadores (moradores) da vila da serraria, por exemplo, reconhece que a ESEC do Taim é um local de proteção e conservação ambiental, que serve para pesquisa e que pode incentivar o crescimento do turismo, proporcionando uma imagem bonita. Mas, alguns trabalhadores se queixam do excesso da população de jacarés e cobras venenosas na região, não se conformam por não poder desfrutar das possibilidades que a natureza fornece, como a carne de caça, pesca e madeira

...aqui é proibido pescar, caçar, não pode fazer nada. Eu acho isso errado, não existe nenhuma estação, porque tu não tens nem segurança, às vezes tu sais podes atropelar um bicho perigando a sua vida, já teve vários acidentes nessa faixa aqui mesmo de cair com o carro dentro do banhado porque teve que desviar um capicho. Então para nós não tem benefício nenhum, aqui tem bastante cobra venenosa, não se pode matar jacaré, tem cobras de mais de 7 metros. (entrevistado 24).

Os moradores da vila Capilha acusam veemente o jacaré pela extinção da maioria dos animais, e explicam que com a proibição ao abate este se multiplicou com mais facilidade nesta região de modo que atualmente o jacaré domina as águas da Lagoa Mirim na região próxima aos diques, e que nessa área já não se encontram as várias espécies de animais que existiam antes da reserva, como o caso do ratão do banhado e variedades de peixes. Pelo excesso de jacarés alguns moradores apelidaram o local de “reserva dos jacarés”. Um entrevistado desabafa:

Ouvir falar da reserva do Taim pensa numa coisa, mas na realidade é a uma coisa totalmente diferente, isto aqui a 30 anos atrás era uma reserva mesmo, era banhado, tinha tudo que era bicho hoje não tem mais nada, só capivara e jacaré não tem mais nada, terminaram com tudo, ali onde é campo era banhado, trancaram as águas, terminaram com tudo, por enquanto só tem capivara e jacaré daqui a nada só terá jacaré apenas, porque tomou conta de tudo, esta terminando com os outros bichos, antes se abatia o jacaré (entrevistado 25)

Esta visão é contraposta, de certo modo, pelas colocações de alguns pescadores especialmente na região próxima à Lagoa Mangueira onde fica evidente o reconhecimento da importância da área de reserva. Esses alegam que essa área protegida traz benefícios porque o peixe desenvolve melhor até a fase adulta e pode passar depois para área não proibida. Acrescentam que se não existisse a restrição na reserva os pescadores acabariam com todo pescado, como esta acontecer em

outras partes onde se usa redes finas que não possibilitam o desenvolvimento do peixe.

Um entrevistado, partindo de outra perspectiva, destaca a projeção social que a ESEC traz para a região:

O benefício existe porque a gente é conhecida no mundo todo, mesmo na Europa as pessoas já conhecem, ouviram falar do Taim, algumas espécies animais [que] estavam desaparecendo já existem, eu concordo que tem se proibir algumas coisas porque se for liberar mesmo os bichos podem desaparecer, em minha opinião se for liberar talvez 2 anos com caça e 4 ou 5 sem caça para manter o equilíbrio. A estação trouxe estrada, telefone, luz, posto medico, lixeira, ônibus, isso tudo é por causa da estação, a estação não me proíbe de produzir, o principal problema é o turista toda hora correndo pescar, não tem cultura de turismo, nem querem pagar nada (entrevistado 23)

Na ótica de representante da entidade gestora, a criação da estação trouxe benefícios para a região, porque manteve a água para o consumo, além de proporcionar uma melhor qualidade de vida. Avalia que alguns empreendimentos não vieram para a região por causa do impacto ambiental que causariam e assim as normas instituídas no entorno proporcionam uma vegetação diferente. Acrescenta que as grandes indústrias, se viessem, teriam expulsado as comunidades para muito longe, mas beneficiou-se de investimentos menores como a serrarias e fábrica de gelo que resultaram em benefícios para a região.

5.5 Descrição e percepção da comunidade sobre as iniciativas de conciliação dos objetivos de conservação e desenvolvimento

A Estação Ecológica do Taim está localizada próxima a grandes centros urbanos (como Rio Grande e Pelotas) e, portanto, situa-se na área de atuação de diversas instituições públicas de ensino e pesquisa como Fundação Universidade de Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Centro de Pesquisa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), entre outros. Entende-se que estes fatores favorecem a presença e atuação de agentes externos na ESEC Taim. Também o fato de ser área prioritária de conservação leva, potencialmente, ao desenvolvimento de projetos diversos na região.

Conforme levantamentos realizados no caso do Taim, na busca da conciliação dos objetivos de conservação e desenvolvimento destaca-se a atuação do Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental (NEMA).

Apresentam-se, inicialmente, iniciativas do NEMA e, depois, os avanços na gestão participativa da ESEC Taim.

5.5.1 Iniciativas protagonizadas pelo NEMA

Uma ONG que foi recorrentemente citada nas entrevistas por sua atuação no local é o NEMA (Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental).

O NEMA é uma associação privada sem fins lucrativos de utilidade pública municipal. Esta associação surgiu em 1985 por iniciativa de estudantes da Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), preocupados com a situação ambiental no município. A finalidade do NEMA é a promoção da harmonia no relacionamento entre o ser humano e a natureza, procurando melhorar a qualidade de vida do ser humano e do ambiente que o rodeia. Tem como objetivos desenvolver uma consciência conservacionista nas comunidades da zona costeira, por meio de programas de educação ambiental; procura planejar e executar trabalhos que levem ao conhecimento e a utilização apropriada dos ambientes costeiros e marinhos; prover informações para o grupo alvo por meio de diversas maneiras de comunicação; promover o intercâmbio com instituições nacionais e internacionais e criar parcerias e acordos para alcançar os seus objetivos (NEMA, 2009).

O NEMA é formado por um Conselho Geral consultivo e deliberativo, constituído por representantes da sociedade, com a finalidade de instituir a política de atuação da instituição. A implementação dessa política está sob a responsabilidade de uma Superintendência formada por um superintendente, um superintendente adjunto, um tesoureiro e um secretário. Coordenadores, técnicos e estagiários de diversas áreas do conhecimento são os executores dos projetos que colocam em prática as diretrizes filosóficas definidas pelo Conselho Geral (NEMA, 2009).

O NEMA desenvolve grande parte de seus trabalhos via projetos em parceria com financiadores e comunidade local para sua execução. Suas ações no entorno do Taim se fizeram via projeto (Projeto Comunidades Taim).

5.5.1.1 Projeto comunidades Taim

O projeto comunidades Taim surgiu em 2002 quando o MMA lançou o edital 03/2001 - FNMA/PROBIO - MMA: Proposta de projeto de utilização sustentável de recursos da biodiversidade no entorno de Unidades de Conservação de Proteção Integral localizadas em ecossistemas abertos. O projeto do NEMA foi aprovado, e posteriormente foi elaborado o plano de atividades.

O NEMA, através da sua intervenção, buscou definir um Plano de Desenvolvimento Sustentável para as comunidades do entorno da Estação Ecológica do Taim. O objetivo deste Plano era de projetar ações demonstrativas para a preservação da diversidade biológica, pelo uso sustentável de seus componentes e repartição justa e equitativa dos benefícios resultantes. Segundo o Nema (2002) com este plano pretendia-se chegar à definição de metodologias, instrumentos e processos; a capacitação de recursos humanos; o incentivo à cooperação interinstitucional; a promoção de investigação e estudos; a produção e dispersão de informações; o aperfeiçoamento institucional e a criação de políticas públicas de conservação e uso responsável da biodiversidade no Brasil e, em particular, na região do Taim, facilitando desse modo o uso dos recursos naturais, observando os critérios de resiliência do ambiente. (NEMA, 2002).

A implementação do Plano tinha como finalidade servir de referência e subsídio técnico-participativo à gestão e co-gestão do espaço de amortecimento do Taim, procurando reduzir o déficit que se verifica na relação comunidade – ESEC, e promovendo estratégias e práticas sustentáveis à criação de renda, à conservação da diversidade biológica e à melhoria da qualidade de vida. Conforme representante do NEMA entrevistado foram priorizadas as comunidades mais próximas da Estação Ecológica, trabalhando-se com as comunidades da Capilha, da serraria e da vila Anselmi.

Para problematizar a realidade local e definir as ações prioritárias o Nema reuniu as comunidades e fez uma oficina onde as pessoas diziam o que tinha de bom e ruim na região, as causas e as conseqüências do problema, o que podia ser melhorado, os meios necessários, depois elegeram o pior problema.²⁶ Usou-se uma metodologia participativa de trabalho com a comunidade, que se baseava na construção da árvore de conflito e árvore de solução. Foram, então, definidas as atividades a serem desenvolvidas com as comunidades.

O trabalho do NEMA no entorno do Taim desenvolveu-se no período de 2003 a 2008 entretanto deu-se em duas fases (de 2003 a 2006 e de 2006 a 2008) tendo em vista os requisitos de financiamento dos projetos. A Tabela 10 mostra as iniciativas desenvolvidas pelo NEMA ao longo do período 2003-2008, salientando a duração de cada iniciativa.

Iniciativa	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Visitação orientada no entorno da ESEC Taim	x	x	x	x	x	x
Diretrizes para o ordenamento territorial para as localidades da Capilha e da Serraria.	x	x	x			
Plano de ordenamento territorial Vila Capilha				X	X	X
Participação das comunidades na gestão da pesca artesanal da região.	x	x	x			
Iniciativas ecológicas de produção agropecuária	x	x	x			
Produção de arroz ecológico				x	x	x
Gestão participativa e de educação ambiental.	X	X	X			
Programa de educação ambiental para o Taim				X	X	X

Quadro 3 - Atividades do Nema no entorno da ESEC Taim no período 2003-2008

A seguir são descritas as atividades desenvolvidas e a percepção da comunidade local sobre elas.

²⁶Paralelamente a esta metodologia foram realizadas diversas ações como: levantamentos bibliográficos, saídas de campo, entrevistas com os moradores locais, reuniões técnicas e contatos institucionais, que culminaram na elaboração do Plano e a formação do Conselho Gestor. (NEMA, 2009).

5.5.1.2 Visitação orientada no entorno da ESEC Taim

O programa de visitação orientada pretendia explorar os benefícios oriundos da organização e normatização do turismo, que era uma atividade já existente e com potencial de risco, e servir de instrumento sensibilizador da sociedade para a conservação do local.

O programa enfatizou o estabelecimento de trilhas interpretativas para visitação orientada, a capacitação da comunidade local - com a formação de monitores locais para visitação - e formação de grupos para a produção de artesanato local. Procurou também ordenar, normatizar, promover a visitação e monitorar a atividade com o estabelecimento de condutas e procedimentos a serem adotados no desenvolvimento do sistema de visitação – as bases socioambientais (NEMA, 2009)

Durante o período de 2003 a 2006 foram estabelecidas 4 trilhas (Tigre, Flores, Capilha e Figueiras), formados de 16 monitores locais (que passaram por um curso com duração de 100 horas, incluindo saídas de campo) e reunidas 20 artesãs que foram envolvidas em cursos sobre biscuits, fauna local, papel reciclado.

Segundo o Nema (2009) no final do período de 2003 a 2006 ficaram estabelecidas as bases socioambientais com definição da capacidade de suporte, normas e protocolo de monitoramento.

No período de 2006 à 2008 se procurou consolidar os grupos de monitores locais organizado, trabalhou-se com as mulheres artesãs, aumentou-se a divulgação da visitação e as atividades passaram por monitoramento e avaliação.

Este programa sofre, atualmente, o problema da falta de sustentabilidade, pois iniciou a sua atividade com 16 e chegou a ter 32 jovens voluntários, atualmente conta com apenas 2 orientadores da visitação, encontrando-se em risco extinção (entrevistado 6).

A falta de sustentabilidade do programa das visitas orientadas criado pelo NEMA é justificada pelos ativistas com referência à motivações sociais: estes alegam que os jovens vão migrando para as cidades a procura de formação e

emprego, uma vez que com este tipo de trabalho não é possível sobreviver. Por outro lado os ativistas reconhecem que essa atividade ajuda a aumentar o movimento de turistas na região, tanto que as pessoas que participam geralmente retornam com outras pessoas. Segundo um ativista entrevistado:

Tem pessoas que ficam deslumbradas com as visitas, outros não, alguns pensam que chegarão e encontrarão os animais esperando por eles, o pessoal tem que fazer silêncio para ver melhor os animais, o que é difícil. Eles cobram algumas coisas que não estão ao nosso alcance... Esse trabalho aumenta o movimento de turistas para cá, geralmente o pessoal que vem retorna, muitas vezes com outras pessoas, os alunos voltam com os pais... (entrevistado 6).

Entende-se que o programa de visitação orientada traz benefícios provenientes da organização e regulamentação da atividade, com enorme potencial turístico a ser explorado, por outro lado serve de ferramenta de sensibilização da sociedade para a conservação do local, mas está fragilizado com o problema da insustentabilidade financeira.

5.5.1.3 Estabelecimento de diretrizes para o ordenamento territorial para as localidades da Capilha e da Serraria.

Segundo Nema (2002) o ordenamento do espaço pretendia resolver os problemas que começaram a surgir com o crescimento dos aglomerados humanos e com a utilização da Capilha como local de balneário, pois o turismo vinha crescendo no entorno da ESEC sem nenhum ordenamento. Com o crescimento da atividade das serrarias, também, era necessário estabelecer normas de conduta e ordenamento como o assentamento das famílias fora da área de produção. Assim as atividades realizadas no ordenamento territorial se basearam na análise territorial, planificação e gestão para ocupação e uso do solo da Capilha e requalificação espacial do assentamento na Vila da Serraria. Na avaliação do Nema (2009) esse processo resultou na elaboração de mapas das unidades ambientais e antrópicas, estabelecimento de diretrizes de uso e zoneamento (texto e mapas), elaboração de plano de requalificação do uso do espaço (planejamento das plantas industriais e indicações comunitárias) e proposta para melhoria da estrada. Na figura 10 pode se ver o mapa elaborado pelo NEMA para o processo de ordenamento.



Figura 10: **Mapa de unidades ambientais da Vila da Capilha.**

Fonte: Nema, 2002.

Segundo o Nema (2009) com as ações desenvolvidas se almejava que fossem criadas as bases técnicas para orientar o processo de gestão municipal, estadual e territorial, assim como fossem estabelecidas regras de convivência compatíveis com as atividades e a conservação no entorno da ESEC do Taim.

No período de 2006 a 2008 houve a implantação do Plano de Ordenamento Territorial para a Vila da Capilha, recuperação de áreas degradadas e produção de espécies nativas. Na avaliação do Nema (2009) o programa de ordenamento territorial trouxe grandes melhorias para a região da serraria, as residências dos trabalhadores se encontram melhor organizadas no espaço comparativamente ao cenário inicial de vilas da serraria, quando se depositava lixo no mesmo lugar, o acesso dos caminhões e máquinas está mais bem estruturado. Os moradores

entrevistados manifestam reconhecimento de que houve mudanças no uso do espaço com afirmações do tipo “agora está melhor organizado” entretanto não reconhecem esta mudança como fruto de ação planejada de alguma instituição.

Para o Nema (2009) o ordenamento na vila da Capilha beneficiou em grande medida o turismo, porque com o crescimento dos aglomerados as vias de acesso aos balneários acabariam se encerrando, dado que as tentativas de usurpar esses espaços são freqüentes, com intenções de habitação ou de desenvolver algumas atividades turísticas nesses locais.

5.5.1.4 Participação das comunidades na gestão da pesca artesanal da região

A pesca artesanal é uma atividade socioeconômica importante na região, da qual muitas famílias das comunidades do entorno dependem diretamente. Conforme Nema (2002) a pesca no início do projeto vinha atravessando uma crise, principalmente por causa da utilização de artes de pesca predatória e da descaracterização de áreas adjacentes a ESEC, antes produtivas.

Para contornar os constrangimentos da atividade pesqueira se procurou agrupar os pescadores da Vila Anselmi e consolidar sua organização estabelecendo medidas de manejo participativo na pesca, buscou-se assegurar a representatividade do grupo no processo de gestão da pesca local em fóruns como o SEAP, IBAMA e MPPA e fomentar outras ações de apoio a esta atividade. As outras ações desenvolvidas estavam relacionadas ao aumento do tamanho da malha, fiscalização, comercialização, criação da colônia modelo, pesquisa de balanço trófico de biomassa, experimento de marca e recaptura (NEMA, 2009)

No final do período de 2003 a 2006, a organização de pescadores foi legalmente reconhecida (como associação com estatutos e CNPJ), alcançou-se atendimento a reivindicações diversas, foi realizado o trabalho de regulamentação sobre o tamanho de malha com COOMIRIM, IBAMA e Ministério Público entre outros avanços. Como metas para a fase seguinte do projeto enfatizou-se o acompanhamento e consolidação do grupo, a necessidade de levantamento de

dados para formatação de uma proposta de manejo e maior atuação na comercialização (NEMA, 2009).

No período 2006 a 2008 enfatizou-se o fortalecimento das Associações de Pescadores da Vila Anselmi e da Lagoa Mangueira, maior articulação e representatividade dos pescadores artesanais na gestão da pesca e aprimoramento da participação dos pescadores na cadeia produtiva da pesca.

Na época do levantamento de campo as atividades da associação relativas a fabrica de gelo (criada com apoio do NEMA) estavam paralisadas, porque não havia condições para processar e embalar o peixe no local, os outros membros pararam de entregar o seu peixe na associação de modo a agregar valor, apenas dois membros continuavam entregando (entrevistado 4). A participação e sustentabilidade na Associação dos pescadores da vila Anselmi - criada com apoio do NEMA – também são críticas. Os dados colhidos em entrevista revelam que nos últimos anos os membros não tem se reunido, o ambiente na associação é descrito como desagradável, o numero de membros reduziu-se drasticamente restando apenas os que possuem ligações familiares e até agora só realizou-se uma eleição, desde que se criou a associação em 2004. A declaração de um entrevistado ilustra o contexto:

A associação é formada por poucos membros só para os associados e de porta fechada, quando se criou a associação dos pescadores da vila Anselmi eram mais de 30 membros, mas agora só ficou uma minoria e essa associação esta ser dirigida por uma família apenas, por causa de desacordos, disputa por dinheiro, os outros acabaram abandonando, a mulher do presidente, o cunhado o primo por ai adiante, uma panela familiar, ao invés de trazer benefícios para nós não esta criando nada aquilo ai, foi um dinheiro do governo jogado fora, se viesse alguém do governo para gerir aquilo podia gerar lucro (entrevistado 8).

No caso da associação dos pescadores da vila Capilha a situação é semelhante. Segundo entrevista, seu representante considera que está praticamente inativa, tem alguns projetos elaborados, mas alega que ainda não conseguiram o apoio desejado: o principal seria da construção de uma fabrica de gelo para agregar valor ao peixe. Esta associação realizou eleições recentemente, mas só existia um candidato por falta de interesse dos outros membros.

Avalia-se que a criação destas associações certamente, em alguns momentos, trouxe benefícios sociais, uma vez que implicou discussão em grupo e

procura coletiva de estratégias para implementar várias reivindicações que melhorariam a qualidade de vida e promoveriam a sustentabilidade da sociedade, trazendo também novos conhecimentos incorporados de forma individual e coletiva.

Segundo o Nema (2009) as ações vinculadas à pesca acabam requerendo a necessidade de uso sustentável e conservação da região, fazendo com que os interesses de conservação sejam partilhados entre os diversos atores sociais para assegurar conservação da biodiversidade e, assim, a manutenção desta atividade econômica.

5.5.1.5 Promoção de iniciativas de produção agropecuária “ecológica”

O objetivo deste tipo de iniciativas promovidas pelo Nema era a conciliação entre conservação e desenvolvimento pelo aproveitamento das vantagens da produção agropecuária baseada em princípios orgânicos/ecológicos (sem o uso de fertilizantes e defensivos, resguardando o solo e a água) conciliada a reconstrução da paisagem na propriedade (se buscava recompor os ambientes “naturais” essenciais à manutenção da fauna e flora local).

As ações implicaram um levantamento da flora arbórea local para recompor a paisagem natural, produção de mudas arbóreas em viveiro, plantio de mudas e, além disto, experimentos de uso de técnicas agroecológicas no cultivo de arroz, criação de espaços de discussão e troca de experiências com proprietários rurais. Para incentivar o uso de novas técnicas na produção realizaram-se reuniões de discussão, demonstrações, visitas a campo, seminários visando o surgimento de novos produtores interessados.

No período de 2003 a 2006 a produção de arroz ecológico passou de 7 ha em 2003 para cerca de 140 ha em 2006. No período 2006 a 2008 apostou-se na capacitação de produtores rurais ecológicos, promoção do cultivo, beneficiamento, comercialização e certificação do arroz ecológico. Na comercialização do arroz ecológico buscou-se diferenciá-lo através de marca própria (“Amigo do Taim”), embalagem à vácuo e certificação.

Segundo dados de entrevista à representante do Nema, a produção do arroz ecológico continua acontecendo, mas em áreas reduzidas de modo que ainda não constitui uma aposta da maioria dos produtores. O entrevistado esclarece que em 2008 foram trabalhados apenas 180 ha. Enquanto o entrevistado do Nema coloca que a lucratividade é maior pela redução do investimento em insumos, arroteiro entrevistado contextualiza que, a lucratividade do arroz ecológico é inferior e, na ótica dos arroteiros da região, a questão do retorno econômico acaba se sobrepondo às vantagens ambientais, mesmo que reconheçam a importância da preservação ambiental que o arroz ecológico propicia.

5.5.1.6 Estabelecimento de mecanismos de gestão participativa e de educação ambiental

O Nema (2002) constatou que existia na região a cultura da não-participação, a falta de hábito em discutir problemas e soluções em caráter comunitário, bem como o distanciamento das pessoas do local em relação à ESEC Taim. Para contornar essas deficiências se apostou na promoção da gestão participativa, esperando que resultasse em benefícios para a conservação da natureza, melhoria da qualidade de vida e para a realização de pequenos investimentos que contribuiriam para que, localmente, fossem alcançadas as condições de sustentabilidade.

As atividades foram desenvolvidas nas escolas do banhado, onde criaram grupo de professores das escolas, elaboraram as visões do banhado. Noutra vertente trabalharam com os visitantes do Taim, elaborando palestras, realizando as trilhas interpretativas. Para os moradores do Taim apostaram nos cursos de educação ambiental e palestras. Outro foco das atividades se concentrou na gestão comunitário-participativa, através de cursos de capacitação para lideranças comunitárias e gestores governamentais, redes de solidariedade entre as comunidades. Com vista a realizar a educação ambiental foram feitas exposições, produziram material informativo/educativo documentos e divulgação (NEMA, 2009).

No balanço periódico das ações realizadas entre 2003 e 2006, o Nema constatou que foram realizados cursos com participantes de todas as comunidades,

saídas de campo; curso de educação ambiental para a ATLA e artesãs; impressão de material educativo; procedimentos administrativos foram executados; programa de Rádio Minuto do Taim transmitido; ações passaram por avaliação (avaliador-facilitador); e outras ações educativas foram executadas concomitantemente. (NEMA, 2009)

Como metas para o futuro se previa a implementação do Programa de Educação Ambiental e consolidação dos Projetos demonstrativos através do Projeto Comunidades do Taim: Educação Ambiental e Sustentabilidade – NEMA/FNMA (NEMA, 2009).

No período 2006 a 2008 nas escolas do banhado houve criação do grupo de professores das escolas e elaboração das visões do banhado.

Os visitantes do banhado participaram das palestras de educação ambiental e das atividades previstas nas trilhas interpretativas.

Os moradores do Taim participaram dos cursos de educação ambiental, das palestras, do curso de capacitação para lideranças comunitárias e gestores governamentais e se criou redes de solidariedade entre as comunidades.

Na ótica de alguns moradores entrevistados os projetos de educação ambiental registram pouca participação na região. Um entrevistado coloca:

Os projetos de educação ambiental têm pouca participação, o pessoal não é unido, as reuniões são pouco divulgadas, só para os proprietários das serrarias e lavouras, o resto não acompanha o que acontece na região, aqui é cada um por si. (entrevistado 6).

Entende-se que, mesmo com pouca participação, certamente a educação ambiental permite aproximação das comunidades às questões da conservação do meio ambiente local e favorece a compatibilização entre os objetivos da ESEC e necessidade de sustento dos moradores.

5.5.2 Iniciativas dos gestores da ESEC: Promoção da participação na gestão da ESEC do Taim

Segundo o modelo institucional vigente o gestor (chefe) da estação do Taim se limita as questões relacionadas ao cumprimento das normas conservacionistas. A direção técnica e financeira da ESEC é feita por duas diretorias em Brasília, que trabalham com todas as unidades. O representante da ESEC entrevistado esclarece que recursos como combustíveis, energia, pagamento do guarda e outros serviços estão na responsabilidade da central em Brasília e coloca que existe a associação regional, com um coordenador em Santa Catarina representando a estação, mas esta ainda não está organizada por isso, atualmente, estão subordinados a organização de São Paulo.

O IBAMA criou o Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim/RS em decreto publicado em 17 de abril de 2003, portaria IBAMA nº 20 baseado no artigo 29 da lei nº 9.985, de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, bem como nos artigos 17 a 20 do decreto nº4340, de 22 de agosto de 2002. Os conselhos têm como finalidade contribuir para com a implantação e implementação de ações voltadas para a consecução dos objetivos de criação desta unidade de conservação.

Segundo o decreto da criação do Conselho da Estação Ecológica do Taim, este tem a composição apresentada no Quadro 4.

Organizações públicas	Organizações de ensino e pesquisa	Um representante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Um representante da Universidade Federal de Pelotas/RS; Um representante da Universidade Católica de Pelotas/RS – UCPEL; Um representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA; Um representante da Fundação Universidade de Rio Grande – FURG/RS;
	Organizações ambientais	Um representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA/MMA; Um representante da secretaria Estadual de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do sul – SEMA/RS; Um representante do Batalhão de Policiamento Ambiental do Rio Grande do Sul;
	Outras organizações públicas	Um representante do departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT; Um representante da polícia Rodoviária Federal; Um representante da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica Rural – EMATER/RS; Um representante do Instituto Rio Grandense do Arroz – IRGA.
	Representantes do poder público local	Um representante da Prefeitura Municipal de Santa Vitória do Palmar/RS Um representante da Prefeitura Municipal de Rio Grande/RS;
Organizações da sociedade civil	Ongs ambientalistas	Um representante da Associação Brasileira para a Preservação Ambiental – ABRAPA; Um representante do Instituto de Preservação Ambiental e Cultural; Um representante do Núcleo de Estudos e Monitoramento Ambiental – NEMA
	Entidades representativas de classe	Um representante do Sindicato Rural de Rio Grande/RS; Um representante da Federação dos Pescadores do Estado do Rio Grande do Sul; Um representante do Sindicato Rural de Santa Vitória do Palmar/RS; Um representante do Sindicato dos Empregados no Comércio de rio Grande/RS;
	Empresas	Um representante da Refinaria de Petróleo Ipiranga S/A; Um representante da Trevo Florestal Ltda;
	Comunidade local	Um representante da Comunidade de Capilha, do Município de Rio Grande/RS; Um representante da comunidade da Serraria e Albardão, do Município de Rio Grande/RS; Um representante da Comunidade de Curral Alto, do Município de Santa Vitória do palmar/RS;

Quadro 4- Composição do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim

Os dados do Quadro 4 mostram certo equilíbrio da composição em relação a participação do poder público (15) e da sociedade civil (12). Se for comparada a participação da comunidade local (3) em relação a de outros atores da sociedade civil (9) registra-se pouca representatividade da comunidade local. Mesmo confrontando-se a participação da comunidade local em relação as organizações de ensino e pesquisa (5) se constata a mesma representatividade reduzida, possivelmente tais fatos confirmem que o objetivo principal da criação estação é a pesquisa.

No mesmo decreto ficou estabelecido que o chefe da Estação Ecológica do Taim representaria o IBAMA/MMA no conselho consultivo e a este presidiria. As atribuições dos membros, a organização e o funcionamento do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim seriam fixados em regime interno.

Com relação a atividade recente do Conselho Consultivo da Estação Ecológica do Taim o representante da gestão da ESEC entrevistado colocou que o Conselho não realizou reuniões ao longo do ano de 2008, apenas retomou os encontros no início de 2009 quando tomou posse o novo gestor da ESEC do Taim. Entende-se que a não realização de reuniões do Conselho para debate durante 2008 indica prazo muito longo entre uma reunião e outra para uma região com características peculiares, como esta área de proteção integral, que está ainda em implantação, com vários conflitos por resolver.

Segundo dados de entrevista existe o reconhecimento dos integrantes de que nem todos com assento no conselho participavam das reuniões no passado, sempre se registrou maior presença dos atores sociais com maiores interesses econômicos na região.

Os levantamentos de campo indicam que a classe social dos arroteiros desempenha um papel importante na dinâmica da região do Taim, preocupa-se em participar das reuniões do conselho de gestão e consideram que são consultados nas diversas decisões. Esta classe procura sempre defender os seus interesses nos debates que participa, como se evidencia na fala de um entrevistado:

O IBAMA (gestão) nos consulta quando quer tomar alguma decisão, nós damos a nossa opinião, tentamos sempre negociar para não sermos prejudicados, o pessoal do IBAMA é muito aberto, trabalhamos a vontade com eles... (entrevistado 19).

O técnico da Trevo Florestal entrevistado indica que esta participa das reuniões do conselho de gestão, considera que a gestão da estação é democrática, que as questões são discutidas e opinadas por todos, estabelecendo uma boa relação com os vários atores com impacto na estação. Segundo o entrevistado:

O gerente participa das reuniões do conselho de gestão, aqui é tudo bem democrático, as questões são discutidas, todos têm direito a opinião. Essa estrada de areia batida surgiu há 8 anos, agora o ônibus chega até a comunidade. Em minha opinião a estação não trás benefícios nem atrapalha, temos uma boa relação com a gestão, nós organizamos palestras com os trabalhadores explicando sobre as normas, estamos buscando a certificação florestal que significa o bom manejo o que é importante para empresa (entrevistado 5).

No caso dos pescadores (Vila Anselmi cuja associação participa nas reuniões do conselho) fica evidente alguma insatisfação na fala de alguns entrevistados em relação ao trabalho que é realizado pelo conselho de gestão. Estes consideram que não se vislumbram benefícios da participação em fóruns como associações ou conselho de gestão, porque não se consegue resolver os problemas por esta via e questiona-se a representatividade da associação. Expressões como “O conselho de gestão não resolve nada”, recolhida de um pescador entrevistado, são representativas desta posição.

Segundo explica o representante da gestão da ESEC em entrevista, em geral o gestor da ESEC preside o conselho, mas qualquer um dos membros tem liberdade para solicitar as reuniões, e as deliberações devem ser cumpridas obrigatoriamente pela presidência. Detalha que o conselho se apresenta como uma instituição de apoio a gestão da Estação do Taim, mas que as decisões do Conselho são inalteráveis, mesmo que o presidente não concorde com elas, este deve dar encaminhamento delas ao órgão gestor [Instituto Chico Mendes].

O entrevistado acrescenta que todos participantes do conselho expõem a sua opinião sem reservas durante as reuniões, lamentando apenas o fato de ficar a impressão da falta de retorno para as bases. Segundo representante da gestão da Estação Ecológica do Taim existe o problema de representatividade, porque os integrantes do Conselho Consultivo não levam as discussões para as bases, de modo a estabelecer uma construção coletiva. Esclarece que o representante expõe a sua própria opinião e não leva de volta aos beneficiários as decisões, de modo que este detém o poder da informação.

5.6 Contrapondo conflitos sociais e cooperação no Taim

Cabe reconhecer pré-existência de conflitos sociais na região (como entre pescadores e arroteiros) de modo que a ESEC insere-se num contexto já conflituoso (referências de Quesada et al. indicam que antes da criação da ESEC haviam problemas com caçadores (de capivara) e pescadores que afetavam o patrimônio de moradores (pecuaristas) e traziam insegurança à região).

O caso da criação da ESEC do Taim revela os problemas históricos das unidades de conservação. Benatti (1998) aborda o cenário das Unidades de Conservação de uso indireto, realça que boa parte das áreas protegidas criadas não foram efetivamente implantadas, na verdade só são “unidades de conservação no papel”, porque segundo ele a maioria dessas unidades de proteção integral apresentam problemas. O autor enumera alguns problemas como: as terras ainda não totalmente regularizadas, demarcadas, insuficiência de equipamentos e de funcionários para fiscalizar e administrar a área; planos de manejo e de gerenciamento em apenas poucas unidades, presença de populações humanas no interior das áreas protegidas.

A questão da delimitação da área a ser preservada constituiu e ainda constitui fonte de conflito na região. A área inicialmente destinada a preservação abrangia 33.000 entretanto até o período atual, apenas cerca de 11.000 ha estão regularizados embora ainda com pendências judiciais. O descontentamento de entrevistados com a forma de implantação da ESEC Taim (processo de desapropriação) é evidente. Por outro lado, existem muitas indicações de que este tipo de conflito ressurgiu periodicamente devido a intenção de ampliação da área a ser preservada. Mesmo com as novas orientações do SNUC os processos de criação de áreas de proteção integral não prometem ser menos conflituosos. O decreto presidencial que previa a ampliação da ESEC do Taim de 2003 é a prova mais flagrante da falta de participação das populações tradicionais em todas as fases do processo de criação de UC's no Brasil, desde a fase de diagnóstico, desenho, execução, implantação, monitoramento e avaliação. Esse decreto acaba colocando em causa os pressupostos da nova legislação ambiental que defende

maior integração das comunidades locais no processo de criação e gestão das UC's. Nesse processo ficou também evidente a falta de multidisciplinaridade das equipes técnicas que assessoram os órgãos do estado, fato que acabou enfraquecendo a tomada de decisão presidencial, sustentada em argumentos incompletos que em certa medida não correspondiam a verdade. Este processo evidenciou também a disposição à organização de grupos locais que se sentem afetados negativamente pelas medidas preservacionistas.

De um modo geral, persistem diversas ameaças à preservação dos recursos. Os moradores do entorno da ESEC do Taim quando abordam a questão dos conflitos na região destacam a pesca ilegal na unidade, a caça no interior e entorno, a morte dos animais por atropelamento na BR 471, o uso da água para o arroz que acaba drenando a água do banhado em grandes quantidades e o representante da gestão acrescenta como ameaças o gado em grandes quantidades que fica pisoteando os ambientes, a proximidade da silvicultura, com o cultivo de *Pinnus sp* que é agressivo e vai tomando áreas de pastagem e banhado.

A persistência destas ameaças está relacionada diretamente a forma como o conflito se manifesta e a possibilidade de interferir nele.

Entende-se que, em parte, algumas infrações estão relacionadas a necessidades de populações tradicionais. Arruda (1999) alertava para o risco do não reconhecimento da identidade sócio-cultural das comunidades tradicionais, que com a criação de áreas de proteção ficariam desprovidas do seu modo de sobrevivência comum, motivado pelo modelo de conservação ambiental vigente. Assim iriam desenvolver uma postura anticonservacionista e passariam a assumir práticas destrutivas para o meio ambiente como estratégia para assegurar sua subsistência e fugir da miséria. Nessa óptica, aumentariam situações em que os objetivos de conservação não são alcançados e as populações locais são criminalizadas e, ao mesmo tempo, excluídas de desfrutar dos recursos naturais de maneira sustentável e garantir sua sobrevivência. Nesse âmbito, seriam privilegiados os grupos que comercializam irregularmente os bens de extração clandestina, ignorando-se a conservação da bio e sócio diversidade, a credibilidade e anuência dos pressupostos da preservação dos recursos naturais.

Segundo Vivacqua e Vieira (2005) as pesquisas realizadas têm demonstrado que os custos sociais e ecológicos da criação de Unidades de Conservação de uso

indireto induzem muitas populações locais a burlar as leis e desrespeitar as regras estabelecidas pelos sistemas de gestão.

Muitas vezes as infrações são justificadas com referência ao estabelecimento de normas desprovidas de legitimidade, que acabam deixando em risco a sobrevivência das comunidades locais e a sustentabilidade dos recursos. Referem-se as contradições das ações preservacionistas (que proíbem a pesca, o aproveitamento da carne dos animais atropelados e não o uso de agrotóxicos nas lavouras de arroz) e os limitados efeitos percebidos em termos de biodiversidade do “fechamento” da área (“agora é reserva do jacaré”). Analisando se o discurso da comunidade local pode se concluir que eles consideram o modelo de unidade de conservação desajustado para as suas necessidades de sobrevivência, tanto que a manutenção dos ecossistemas e biodiversidade estão a ser questionados pelas populações. Exemplos mais flagrantes são os casos da extinção dos pássaros por causa da proibição a caça tradicional e liberalização do uso dos produtos químicos, a extinção de espécies como o rato do banhado, causada pelo crescimento excessivo da população de jacarés. Defendem que a legislação é ignorada por causa do poder econômico de alguns atores sociais na região e da falta de organização das populações locais.

Em parte a literatura aponta que as dificuldades vivenciadas pelas populações tradicionais estão relacionadas a falta de medidas adicionais de criação de novas alternativas de subsistência e desenvolvimento. Barbosa e Santos (2008) comentam que a medida que as unidades de uso restrito vêm ganhando espaço nas políticas públicas, aumenta a pressão sobre populações locais nessas áreas, por não proporcionar-se mecanismos eficazes de gestão sustentável, obrigando essas populações a abandonarem suas propriedades. Nessa ótica as unidades de conservação se tornam parte de um processo de invisibilidade e encurralamento das populações locais. Marangoni e Agudelo (2004, p.15, grifo nosso) colocam:

O choque causado pela restrição de uso dos recursos naturais e a manutenção dos modos de vida tradicionais das populações nativas, **sem uma política orientada de desenvolvimento sustentável**, aprofundou o distanciamento da economia e cultura autóctones ocasionando a perda dos conhecimentos ecológicos originais da população e provocando um comportamento contrário às ações preservacionistas.

Outro conflito estabelece-se entre os objetivos conservacionistas e a principal atividade de maior impacto econômico da região: o cultivo do arroz. Os relatos, os

produtores de arroz vivem uma realidade um pouco distinta do caso dos pescadores: usam água e devolvem com agrotóxicos e não se consegue mudar a situação porque estes investem muito dinheiro, não existe uma força organizada contra essa prática, o pescador se encontra numa situação mais frágil. Segundo dados de entrevista há um reconhecimento de que se pode, apenas, motivar para uma mudança de comportamento dos arrozeiros mas não obrigá-los. É neste sentido que se inclui o projeto demonstrativo na ESEC do Taim com maior impacto, que é o da produção do arroz ecológico. Esta iniciativa vem ganhando mais espaço na região, conquistando o mercado no comércio da região. Analisando o seu crescimento pelo tempo de existência, prevalece a impressão positiva quanto aos objetivos da sua criação, mesmo que total de área cultivada ainda seja pequeno e seu incremento anual, restrito.

Os moradores das comunidades do entorno mesmo que não tenham suas atividades produtivas diretamente influenciadas pelas normas preservacionistas se vêem afetados pela ESEC. Reclamam dos riscos associados ao crescimento da fauna na região (cobras, jacarés) e ameaça representada pelos animais nas estradas, entre outros e não vêem sentido nas restrições ao aproveitamento de recursos existentes.

O trabalho realizado pela ESEC nesta comunidade se limita apenas a fiscalização, o que torna a relação com o Taim somente proibitiva, apresentando grande déficit de sentimento emancipação sobre o local.

O discurso de alguns moradores do entorno evidencia a emancipação em relação ao local, a necessidade de proteção ambiental é ressaltada por todos. Mas por outro lado, reconhecem que a partir do momento que a pessoa é afetada pelas normas, a mesma muda de postura, criticando a fiscalização, propondo que a sua área deveria ficar fora da desapropriação, desse modo se colocam contra os objetivos da ESEC do Taim.

Entende-se que o Plano de ordenamento territorial promovido pelo Nema no período de 2003 a 2008 trouxe benefícios para os moradores da região do Taim, assim como para os objetivos conservacionistas da criação da ESEC do Taim. A execução deste plano defendeu de certo modo atividades com maior impacto econômico como o turismo e a instalação das serrarias, prestando-se menor atenção

para as preocupações dos pescadores que reclamam por melhores acessos para os seus locais de trabalho.

A educação ambiental promovida pelo Nema no período de 2003 a 2008 na região do Taim pode se considerar que atingiu boa parte da comunidade local, mas os seus resultados só poderão ser avaliados ao longo do tempo, uma vez que nesse tipo de ações de sensibilização nem sempre que o ter conhecimento significa automaticamente a aceitação do fato.

Constata-se que existe a preocupação em termos de representatividade no processo de gestão, garantida em certo modo pela criação do conselho consultivo, mas por outro a participação de todos não está garantida pela diversidade de interesses dos envolvidos. O poder de decisão dos mais fortes financeiramente é maior, o que não garante a defesa dos interesses dos mais fracos, assim como da grande maioria que não participa dos debates do conselho consultivo. O fluxo de informação se limita aos representantes da comunidade local, não existe a circulação da informação por todas as classes sociais no momento oportuno, o que põe em causa a participação de todos envolvidos.

Estas constatações nos remetem as reflexões de Bernard (2009) no jornal Rede Pró-UC, este analista questiona o tamanho dos conselhos consultivos em função da presença dos seus integrantes nas reuniões, partindo do princípio de que nas UC's deviam ser representativos, democráticos, atuantes e eficientes. Nessa linha argumenta que a participação depende muito mais da motivação e do engajamento dos conselheiros e de quem gerencia o conselho, mesmo reconhecendo que as chances de ausência, desinteresse e desistência em um conselho com muitos assentos é maior que em conselho com menos membros.

A participação das comunidades no entorno da ESEC do Taim pode ser comparada ao cenário colocado por Barbosa e Santos (2008), onde a participação das populações locais nas UC's ocorre de maneira passiva, limita-se a uma simples transferência de informações, participação somente por consulta, não ocorre uma participação efetiva da população desde a congregação dos valores fundamentais à incorporação dos valores preservacionistas, que promoveria um manejo participativo e democrático dos recursos ambientais.

Os projetos participativos têm algum impacto nas comunidades do entorno da estação, contribuem para a emancipação das comunidades do entorno e melhoria dos modos de sobrevivência das populações. Mas, existe o problema da falta de sustentabilidade dos projetos, dificilmente conseguem se livrar da dependência do financiador externo, em alguns casos tudo termina com o fim do financiamento, apenas dá-se continuidade quando se consegue outro financiador.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ESEC do Taim continua enfrentando conflitos com a desapropriação de terras, pesca e caça nas áreas de reserva, atropelamento dos animais, uso da água, pecuária e silvicultura. Provavelmente estes conflitos resultam de divergências entre os objetivos conservacionistas e a necessidade de desenvolvimento das comunidades locais, que apostam no extrativismo, em modelos de produção de alto rendimento e maior abertura da região para o turismo.

Constata-se que a atividade dos arrozeiros causa maior conflito na região do Taim, e é mais impactante nos objetivos conservacionistas da ESEC, por ser praticada com uso de água e de produtos químicos prejudiciais ao meio ambiente, especialmente aos produtos pesqueiros. Nesta atividade a água é absorvida pelas bombas de irrigação juntamente com os peixes por falta de telas de proteção e é devolvida para as lagoas de modo bastante tóxico para os animais do local. Estes constrangimentos são reconhecidos pela maioria dos atores sociais, mas dificilmente se conseguirá mudar o comportamento desta classe social, por causa do seu poder econômico e político que faz com que dominem os principais fóruns de decisão.

O aumento significativo do número de áreas protegidas nas últimas décadas evidencia que se trata de um sistema em crescimento, embora persistam problemas e contradições nessas áreas. Percebe-se que as entidades ligadas ao setor das áreas protegidas vêm buscando mudanças nos modelos de criação e gestão destas áreas, procurando diminuir os impactos negativos e potenciando os aspectos positivos.

Historicamente a política de áreas protegidas teve como referência as áreas de proteção integral (caso dos parques nacionais), esse fato pode estar associado ao interesse econômico que existe na criação destas áreas, que leva ao favorecimento de projetos ligados ao turismo. Nas últimas décadas, o aumento da área ocupada pelas áreas protegidas no mundo tem sido fortemente acompanhado pelo aumento dos acordos internacionais na sua criação, chegando a alcançar quase metade da área criada em todo mundo. Este fato evidencia a existência de uma articulação política mundial, que influencia todo o processo de criação e gestão

destas áreas, principalmente nos países em desenvolvimento, onde o número das áreas criadas através de acordos é quase metade em relação aos países desenvolvidos, mesmo sendo aproximadamente cinco vezes menor em termos totais. Nesta ótica não se pode pensar na questão da criação das áreas protegidas isoladamente do cenário político mundial, tanto que o seu crescimento em países como o Brasil é acompanhado pelo crescimento a nível mundial da influência dos acordos internacionais.

A falta de participação comunitária na definição das áreas protegidas, como o caso das Estações Ecológicas, contribui para o aumento dos conflitos e resistência das comunidades na incorporação dos objetivos conservacionistas propostos. Na prática comunidades abrangidas ficam sabendo que sua propriedade está inserida dentro de uma unidade de conservação depois de sua criação, como no exemplo recente (2003) do esforço de ampliação da área do Taim:

O projeto deles era para não existirem mais moradores aqui perto, mas o Lula mandou um helicóptero e provou-se que existiam moradores, veja o caso da serraria que movimenta muitas famílias, muito dinheiro, disseram que ninguém morava lá, mas tem centenas de famílias naquele bairro, **aqui as decisões são tomadas sem conversas com as pessoas, só chega com papel já esta na rua...** (entrevistado 20).

Arruda (1997) responsabilizava a legislação ambiental pela marginalização das comunidades nos processos de tomada de decisão, sustentando que a legislação vinha ignorando possivelmente um dos caminhos indicados para atingir os objetivos conservacionistas ao ignorar o potencial da diversidade cultural. Assim, a inserção da visão das populações rurais na política de conservação, consideraria o reconhecimento da identidade sócio-cultural, a valorização de seus conhecimentos, a melhoria das condições de vida, asseguraria sua participação na construção de uma política de conservação ambiental mais abrangente e sustentável. Atualmente, mesmo que a legislação preveja avanços na participação, os conflitos com as comunidades locais persistem.

A noção dos benefícios provenientes da criação da ESEC do Taim é muito relativa, depende dos critérios de análise usados pelos afetados, do ponto de vista dos objetivos conservacionistas praticamente existe unanimidade na importância da

estação, mas por outro lado, os afetados negativamente não se sentem beneficiados pela criação da ESEC, como os casos dos moradores que passaram pela desapropriação que consideraram injusta e financeiramente desajustada, atores sociais que são fiscalizados contra a sua vontade e as vítimas dos conflitos ligados ao uso dos recursos.

Os trabalhos participativos desenvolvidos pelo NEMA na região do Taim, evidentemente na sua concepção contribuem para estimular o desenvolvimento na região e ajudam a incorporar os objetivos da criação da ESEC nas comunidades do entorno. Os resultados mostram que a população reconhece a importância das iniciativas promovidas e que, em algum momento, estas contribuíram para a melhoria da vida socioeconômica das comunidades locais.

O trabalho de investigação realizado por Silva (2005) reforça a idéia do impacto positivo na criação da associação da vila Anselmi, onde fica evidente o surgimento do espírito de união, o crescimento do sentimento de emancipação no seio da comunidade ao buscar objetivos comuns para o desenvolvimento. Este autor apresenta o seguinte relato:

...depois de uma infinidade de encontros, de palestras, e de reuniões, eles acreditaram na transformação, quando muitos desistiram de sonhar, viram as possibilidades de mudança e queriam ir além (SILVA, 2005).

De um modo geral, as populações do entorno da ESEC Taim reconhecem também os benefícios que o ordenamento territorial acarretou para as suas vidas e sua contribuição para conservação dos recursos da região. Aparentemente a execução do plano de ordenamento priorizou ações que afetam atividades com impacto econômico, casos do turismo e exploração madeireira, onde se procurou a melhoria dos acessos a praia na Capilha e organização das vilas da Serraria. Os pescadores continuam reclamando por melhores acessos aos seus locais de trabalho.

A educação ambiental esteve incorporada em todas as iniciativas desenvolvidas pelo NEMA, pode se cogitar que alcançou boa parte das comunidades da região. Os entrevistados na sua maioria reconhecem o potencial de

impacto desses programas, mas ressaltam as restrições no interesse indicando que a incorporação dos seus pressupostos só poderá ser percebida ao longo tempo.

O projeto demonstrativo na ESEC do Taim com maior visibilidade é o da produção do arroz ecológico. A percepção dos atores sociais locais sobre este projeto é positiva, e verifica-se que se trata de uma iniciativa que tem crescido ao longo tempo, mesmo se reconhecendo a lentidão da sua expansão. Este projeto é condicionado pela questão econômica, uma vez que os arroteiros priorizam a viabilidade econômica em detrimento da questão ambiental, de modo que enquanto não estiverem convencidos da sua lucratividade resistem em adotar.

Por outro lado, existe o problema da falta de sustentabilidade dos projetos em longo prazo, como se nota em programas como o das visitas orientadas atualmente com apenas dois (2) monitores e associações de pescadores atravessando crises de organização e liderança. Aparentemente os projetos desenvolvidos pelo NEMA não apresentam perspectivas promissoras para o futuro, tanto que sem o acompanhamento permanente desta entidade as iniciativas têm a tendência de desaparecer. Na fase inicial se verifica a emancipação das pessoas, a mobilização comunitária para o objetivo comum, mas o mesmo não se vislumbra quando as comunidades caminham sem acompanhamento. Constata-se que existe falta de união espontânea entre as pessoas moradoras do entorno do Taim, desse modo não se pode prever um futuro promissor para os projetos desenvolvidos pelo NEMA.

Aproveito este espaço para realçar como esta experiência foi enriquecedora e bastante oportuna, para a minha expectativa de aplicar os resultados desta pesquisa em Moçambique, na reserva de biologia marítima da Ilha de Inhaca. Certamente se tiver oportunidade de intervir neste local procurarei agir me lembrando dos aspectos negativos e positivos vivenciados nesta experiência do Taim, tornando a convivência entre as comunidades no entorno e a reserva de Inhaca muito mais harmoniosa.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE R. C.; LEITE S. Q. M. Uso de ambientes virtuais de aprendizagem como estratégia educacional complementar de ensino de ciências. **Novas Tecnologias na Educação**. Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.cinted.ufrgs.br/renote/jul2008/artigos/2c_rodney_albuquerque.pdf>. Acesso em: 20 Mar. 2009.

ARRUDA, R. Populações 'Tradicionais' e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 1., 1997, Curitiba, **Anais...**, Curitiba: Vol. 1 Conferências e Palestras, 1997. p. 262-276.

BARBOSA, R, S.; SANTOS, F. D. **Unidades de conservação, conflitos sócio ambientais e o encurralamento das populações locais no norte de minas**. Rio Branco: SOBER, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/666.pdf>>. Acesso em: 10 Fev. 2009.

BENATTI, J. H. A criação de unidades de conservação em áreas de apossamento de populações tradicionais, **Novos Cadernos**, Pará, nº 2, v.. 1, p.1-14, 1998.

BERNARD, E. Sobre bons e maus conselhos. **Rede Pró-UC**, 2009. Disponível em: <<http://www.redeprouc.org.br/site2009/noticia-pq.asp/código=363>>. Acesso em: 20 Nov. 2009.

BOLZANI, G. ; KARAM, K. F. **Participação comunitária e conservação de áreas protegidas: Lições do projeto Palomap**. Curitiba: SPVS, 2003. 72p.

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a Entrevistar: Como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Em Tese**.. v. 02, n. 01, p.68-80,. Jan-Jul 2005.

BUCKLES D.; RUSNAK G. Introduccón. In: BUCKLES, D. (Ed.). **Cultivar la paz: Conflicto y colaboración em el manejo de los recursos naturales** , Ottawa: Centro Internacional de Investigaciones para el Desarrollo, 2000. p.1-14.

CARDOSO, D. **Recursos naturais, unidades de conservação e conflitos socioambientais: Estudo de caso da reserva biológica da Mata escura no vale de Jequitinhonha, Minas Gerais**. MG. 2007. 169f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CARDOSO, M. P. **Conflitos socioambientais em áreas protegidas**: interesses e estratégias nas disputas pela legitimidade na redefinição do parque estadual delta do Jacuí-RS. RS. 2006. 130f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

CHAPE, S. et al. (Comp). **United Nations List of Protected Areas**. Switzerland: UICN/UNEP, 2003. 44p.

WEIGEL, J. Y. et al. **Avaliação do papel das áreas de preservação marinhas e costeiras oeste-africanas como vector de conservação dos recursos naturais renováveis e de desenvolvimento econômico e social**. Dakar: PNBA, 2002. Disponível em: http://www.resed.org/consdev/resultats/synth1/por_super_sintese.pdf. Acesso em: 20 ago. 2009.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed São Paulo: Hucitec, . 2001. 161p.

DIEGUES, A. C. **Etnoconservação da natureza**: enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (Ed.). **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000. p.1-46.

Ecoagencia Solidária. Ministério do Meio Ambiente trabalha para ampliar área legal do Taim. Notícia publicada em 26/03/2008. Disponível em: <http://www.biodiversidade.rs.gov.br/portal/index.php?acao=noticias&id=216>. Acesso em : 20 out. 2009.

FARIA, A. A. Etnoconservação como política de meio ambiente no Brasil: desafios políticos de resistência e integração ao mundo globalizado. **Agroecol. e Desenv. Rur. Sustent.**, Porto Alegre, v.3, n.3, p.55-64, 2002.

FLEURY, L. C.; BORBA, C. A. Da conservação ambiental restrita à etnoconservação no Brasil: uma mudança de paradigmas na relação sociedade / natureza. **Rev. Bras. de Agroecologia**,, 2007. Disponível em: <http://www.abagroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/article/viewFile/7164/5263>. Acesso em: 20 Jun. 2009.

FLEURY, L. C. **Cerrado para ser o quê?** Representações sociais e conflitos ambientais em torno do parque nacional das emas, Goiás. GO. 2008. 210f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FLORIANO, E. P. **Educação ambiental como eixo transversal do processo de ensino-aprendizagem**. Santa Rosa: Ambiente Inteiro, 2006. 117p.

GALVIN, M.; HALLER, T. **People, protected areas and global change: Participatory conservation in Latin America, Africa, Asia and Europe**. Switzerland: University of Bern, 2008. v.3, 560p.

GOMES, A.; TRICART, J. L. F.; TRAUTMANN, J. **Estudo ecodinâmico da Estação Ecológica do Taim e seus arredores: Planície costeira do sul do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1987. 84p.

GONÇALVES, M. A. **Informe nacional sobre áreas protegidas no Brasil**. Brasília: MMA, 2007. 124p.

FERREIRA, V. I. et al. **Gestão Participativa do SNUC**. 1. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 205p.

HOLMES, G. Protection, Politics and Protest: Understanding Resistance to Conservation. **Conservation and Society**, Manchester, v. 5, n. 2, p184–201, 2007.

IBAMA ; WWF- BRASIL. **Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação Federais do BRASIL: Implementação do Método Rappam – Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Unidades de Conservação**. Brasília: IBAMA, 2007. 96p.

KERVAN D. D., Les politiques de conservation de la nature en Amérique latine: au coeur de l'internationalisation et de la convergence des ordres politiques. **REVIST A D E L A C E P A L**, Paris, n. especial, p71-85, 2005.

LEWIS, C. **Managing Conflicts in Protected Areas**. Switzerland: IUCN, 1996. 100p.

LIMA, G. F. C., Questão ambiental e educação: Contribuições para o debate. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, ano II, nº 5, p135-153, 1999.

MARANGON, M., AGUDELO, L. P. P, Uso da paisagem e conservação: tensões socioambientais e diálogo de saberes em Ucs, **Educação & Tecnologia**, Paraná, v. 8, n. 1, p. 53-70, 2004.

MARANGON, M., AGUDELO, P. L., **Comunidades rurais da apa de guaraqueçaba: entre diálogos e conflitos**, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://www.bvsde.paho.org/bvsacd/cd25/libia.pdf>>. Acesso em: 20 Jun. 2009.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. IX, n. 1. p 41-64, jan./jun. 2006.

NEMA, **Plano de desenvolvimento sustentável para as comunidades do entorno da estação ecológica do Taim – RS**. Rio Grande: PROBIO/MMA, Setembro de 2002. 85p.

NEMA, **Estação Ecológica do Taim**, Rio Grande: Projeto Costa Doce, 2009. Disponível em: <<http://www.portalcostadoce.com.br/site/reservaTaim.asp> >. Acesso em: 20 jun. 2009.

PAIXÃO, I. L. S. C. et al. **Estação Ecológica do Taim**. Brasília: SEMA, 1984. 37p

PANZUTTI, N. P. M. **Impactos sócio-ambientais na Estação Ecológica jureiaitains**, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-1-03-6.pdf>> Acesso em: 20 de Jun. 2009.

PAZ, A. R., **Análise dos principais fatores intervenientes no comportamento hidrodinâmico do banhado do Taim**, RS. 2003. 176f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

PIMBERT, M. P.; PRETTY, J. N. Parques, comunidades e profissionais: Incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. Londres, 1997. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/cap09.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

RAMADE, F. Os lugares de proteção da natureza. In: CHARBONNEAU, J-P et al. **Enciclopédia de Ecologia**. São Paulo: EPU, 1979. p.453-460

QUESADA, G. M.; DIESEL, V.; SILVA, M. C. et al. **Levantamento de aspectos sócio-econômicos da comunidade de entorno da estação ecológica do Taim-Rs**. Santa Maria: UFSM/SEMA, 1987.80p.

SATO, M. & CARVALHO, I. C. M. **A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p51-64.

SANTILLI, J. **A distribuição socialmente injusta dos ônus gerados pelas políticas de criação e implantação de unidades de conservação ambiental em áreas ocupadas por populações tradicionais.** 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/.../gt17_juliana_santilli.pdf>. Acesso em: 18/03/2009.

SANTOS, L. F. S. E OLIVEIRA, T. Q. **Política de proteção ambiental para o estado do Amazonas: O caso do Município de Barcelos.** 2006. Disponível em: www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/.../ABEP2006. Acesso em: 18 de Mar. 2009.

SCHERL, L. M. et al. **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações.** Suíça: IUCN, 2006. 60p.

SILVA, R. M. D. **Pescando pescadores: uma experiência de educação ambiental em valores humanos junto com os pescadores da Vila Anselmi em busca do conhecimento ecológico.** RS. 105f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande. 2005.

SIMON, A. **Conflitos na conservação da natureza: O caso do parque estadual da serra da Tiririca, UFF, 2003.** Disponível em: http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/alba_simon.pdf>. Acesso em: 20 Jun. 2009.

SIMMONET, D. **O Ecologismo.** Lisboa: Moraes editora, 1981.

SOARES, M.C.; BENSUSAN, N.; NETO, P. S. F. **Entorno de Unidades de Conservação: Estudo de Experiências com UCs de Proteção Integral.** Rio de Janeiro: Funbio, 2002. 112 p.

SOSINSKI, L. T. W. **Caracterização da Bacia Hidrográfica Mirim São Gonçalo e o uso dos recursos naturais.** Pelotas: Embrapa, 2009. 35 p.

TORQUATO, C. C. A.; COSTA, J. A. F. **Ferramentas na construção do sistema de áreas protegidas - Brasil e Colômbia,** Universidade do Estado do Amazonas, Brasil, 2007. 20p.

VALLEJO, L. R. **Unidades de conservação**: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2003. 22p.

VIOLA, E. J. O Movimento ecológico no Brasil (1974-1986): Do ambientalismo à ecopolítica. Rio de Janeiro, 1988. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_01.htm>. Acesso em : 05 ago. 2009.

VIVACQUA, M. VIEIRA, P. F. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. **Política & Sociedade**, Santa Catarina, n.7, p. 139-162, Out 2005.

ANEXO 1

ROTEIRO DE PESQUISA

Roteiro para as principais Classes sociais: Pescadores, arroteiros, madeireiros, comerciantes, simples moradores.

- 1- Tempo de residência no entorno da ESEC do Taim?
- 2- Como foi o processo de passagem para estação ecológica?
- 3- A criação da estação trouxe benefícios?
- 4- acha que as normas conservacionistas são cumpridas?
- 5- Quais são os principais conflitos entre os principais atores da região? Os problemas da desapropriação foram resolvidos? Uso da água?
- 6- A comunidade participa de todas as fases para identificação das soluções?
- 7- quais são os programas de educação ambiental que existem na comunidade? Como é a aceitação na comunidade?
- 8- A comunidade participa da gestão da estação ecológica?
- 9- Como é a relação entre a gestão, conselho de gestão, NEMA e moradores?
- 10- O que acha que devia ser melhorado no funcionamento da estação?

Roteiro para NEMA - Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental

Projeto comunidades Taim: Educação ambiental e desenvolvimento sustentável

- 1- Como surgiu o projeto comunidades Taim? Quais foram os atores envolvidos?
- 2- A comunidade beneficiária participou da fase de diagnóstico e elaboração do projeto.
- 3- Como foi a aceitação e inserção do projeto na comunidade?
- 4- Como avalia a participação comunitária no projeto? Existe a emancipação da população? Percebem a necessidade da preservação ambiental?
- 5- De que modo pretendiam alcançar os objetivos como as práticas sustentáveis à geração de renda, à melhoria da qualidade de vida e à conservação da diversidade biológica.
- 6- Como avalia os resultados do projeto? Os objetivos foram alcançados?
- 7- Qual é o impacto do programa visitas orientadas? Ligação com outros agentes como transporte?
- 8- Quais são os principais conflitos que existem entre os principais atores da estação? Ainda notam se os efeitos da desapropriação?
- 9- Como é a relação entre a gestão, conselho de gestão, NEMA e moradores?
- 10- Como avalia o impacto da criação da estação ecológica na vida dos usuários? Será que trouxe benefícios?

Roteiro para Gestor da estação ecológica do Taim

- 1- Como é nomeado o gestor da estação?
- 2- Qual é a estrutura deste órgão e principais tarefas?
- 3- Quais são os principais conflitos que existem entre os principais atores da estação?
- 4- O problema da desapropriação de terras que afetou mais os pequenos em relação aos grandes foi ultrapassado?
- 5- Como participa a comunidade na procura de soluções?
- 6- Como avalia a participação comunitária no projeto? Existe a emancipação da população? Percebem a necessidade da preservação ambiental?
- 7- Quais são as classes sociais que existem no entorno do banhado? Como é a convivência entre ambos?
- 8- Como é a relação entre a gestão, conselho de gestão, NEMA e moradores?
- 9- Os resultados da fiscalização são satisfatórios?
- 10- Como avalia o impacto da criação da estação ecológica na vida dos usuários? Será que trouxe benefícios?

Roteiro para membros do conselho de gestão

- 1- como surgiu o conselho de gestão?
- 2- Quais são as tarefas do conselho de gestão?
- 3- Qual é a composição do conselho de gestão? Participação comunitária
- 4- Como avalia a participação comunitária no projeto? Existe a emancipação da população? Percebem a necessidade da preservação ambiental?
- 5- Quais são os principais conflitos que existem na estação ecológica? E como são resolvidos? Convivência entre produtores de arroz e pescadores?
- 6- Como avalia os resultados do trabalho realizado pelo conselho?
- 7- Como é a relação entre a gestão, conselho de gestão, NEMA e moradores?
- 8- Os resultados da fiscalização são satisfatórios?
- 9- Como avalia o impacto da criação da estação ecológica na vida dos usuários? Será que trouxe benefícios?